



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Ciências Sociais

Faculdade de Serviço Social

Sabrina Machado de Barcelos

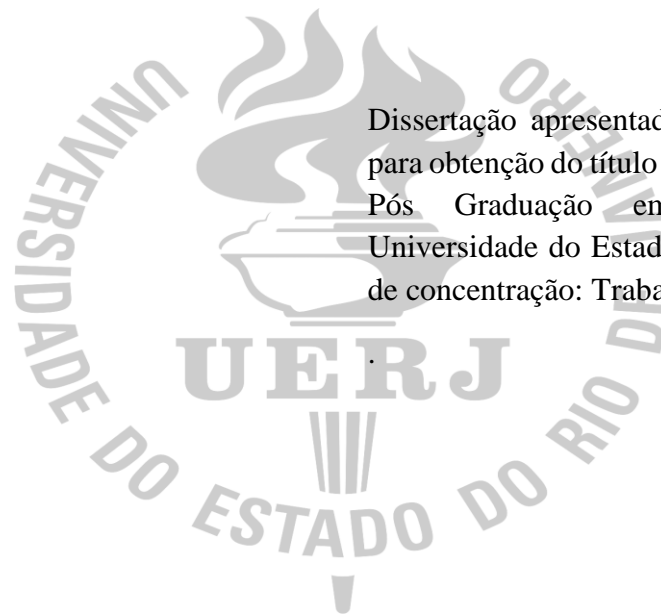
**Juventude, violência e território: um estudo de caso de mortes violentas de
jovens a partir da cidade de Campos dos Goytacazes-RJ**

Rio de Janeiro

2022

Sabrina Machado de Barcelos

Juventude, violência e território: um estudo de caso sobre mortes violentas de jovens a partir da cidade de Campos dos Goytacazes-RJ



Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós Graduação em Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Trabalho e Política Social.

Orientadora: Prof^ª. Dra. Vânia Morales Sierra

Rio de Janeiro

2022

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CCS/A

B242 Barcelos, Sabrina Machado de.
Juventude, violência e território: um estudo de caso sobre mortes violentas de jovens a partir da cidade de Campos dos Goytacazes - RJ / Sabrina Machado de Barcelos. – 2022.
118 f.

Orientadora: Vania Morales Sierra.
Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Serviço Social.

1. Juventude – Teses. 2. Campos dos Goytacazes (RJ) – Teses. 3. Violência – Teses. 4. Território – Teses. I. Gonçalves, Márcia de Almeida, 1964-. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Serviço Social. III. Título.

CDU 308-053.7

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Sabrina Machado de Barcelos

Juventude, violência e território: um estudo de caso sobre mortes violentas de jovens a partir da cidade de Campos dos Goytacazes-RJ

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós Graduação em Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Trabalho e Política Social.

Aprovada em 06 de dezembro de 2022.

Banca Examinadora:

Prof^ª Dra. Vania Morales Sierra (Orientadora)
Faculdade de Serviço Social - UERJ

Prof^ª Dra. Ana Paula Procópio da Silva
Faculdade de Serviço Social – UERJ

Prof^ª Dra. Juliana Thimóteo Nazareno Mendes
Universidade Federal Fluminense

Rio de Janeiro

2022

AGRADECIMENTOS

A minha inserção no mestrado se deu no ano de 2020, o mesmo ano em que iniciou a pandemia de COVID-19. Portanto, esta dissertação foi escrita em um período marcante e controverso da história, em meio a milhares de mortes por dia, isolamento social, distanciamento físico das pessoas e espaços e aproximação por meio da internet, reuniões e aulas na modalidade remota.

Considero importante mencionar o contexto em que esse trabalho foi desenvolvido, mesmo não sendo o tema desta dissertação, pois marcou um período importante na vida de todos. Na minha em especial com frustrações, medo e ansiedade. Portanto, os agradecimentos a este trabalho se estendem não tão somente às pessoas que contribuíram diretamente com a sua produção, mas a todos que de alguma forma foram ponto de escuta e desabafo durante esse período.

Gostaria de agradecer à minha família pelo apoio incondicional, por dividirem a casa com o espaço de trabalho e por sempre ser meu amparo.

Agradeço aos meus colegas de turma da ME2020 que dividiram as angústias, conhecimentos e apoio durante esse tempo.

Agradeço à minha orientadora Vânia Morales Sierra, por ter contribuído na produção deste trabalho, especialmente nas trocas de conhecimento. Gostaria de agradecer também à minha orientadora da graduação, professora Juliana Mendes, que foi a grande incentivadora para tentar o mestrado.

Agradeço a instituição de fomento CAPES, que com o financiamento desta pesquisa me permitiu iniciar e finalizar o mestrado.

E por fim, agradeço aos meus amigos por terem sido durante esse tempo ponto de apoio, escuta, cuidado e amparo.

Desgraçados!

Um irmão é maltratado e vocês olham para o outro lado?

Grita de dor o ferido e vocês ficam calados?

A violência faz a ronda e escolhe a vítima,
e vocês dizem: "a mim ela está poupando, vamos fingir que não estamos olhando".

Mas que cidade?

Que espécie de gente é essa?

Quando campeia em uma cidade a injustiça,
é necessário que alguém se levante.

Não havendo quem se levante,
é preferível que em um grande incêndio,
toda cidade desapareça,
antes que a noite desça.

Bertolt Brecht

RESUMO

BARCELOS, S. M. **Juventude, violência e território:** um estudo de caso sobre mortes violentas de jovens a partir da cidade de Campos dos Goytacazes-RJ. 2022. 118 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

Consideramos neste trabalho que a violência atinge em maior incidência a jovens, negros, pobres e periféricos e que seus territórios de moradia, são estratégicos no controle social, na força e na violência produzida pelas facções criminosas e a Política de Segurança Pública, que tende a considerar a vida desses sujeitos numa perspectiva de descartabilidade dentre uma sociedade em crise. Ao considerar que a juventude deve ser analisada a partir do seu território, este trabalho pondera que o território é o espaço concreto que efetiva e realiza as relações sociais, expressões da questão social, e violência. Desse modo, busca-se analisar a relação entre juventude, violência e território a partir da cidade de Campos dos Goytacazes - localizada no interior do Rio de Janeiro, tendo como objetivos específicos a análise da relação entre controle social e violência letal urbana, que atinge de forma predominante a juventude negra moradora de territórios periféricos e favelados; a compreensão do processo de formação sócio-histórica brasileira, destacando o “lugar” do jovem negro na sociedade brasileira; e em como o território influencia na produção da violência que acomete em maior número os jovens; A metodologia da pesquisa se deu com base nos dados do Instituto de Segurança Pública - ISP e nos documentos produzidos pela Prefeitura Municipal: *Plano Municipal de Assistência Social - 2022 - 2025*; e *Série de estudos - violência em Campos dos Goytacazes: homicídio de adolescentes e jovens*; Tendo em vista, que a violência urbana não é um fator que atinge apenas as grandes metrópoles, mas um fenômeno que também tem crescido no interior e nas pequenas e médias cidades. Portanto, este trabalho busca fazer um estudo de caso das mortes violentas (entendendo que a morte é a expressão letal da violência) de jovens na cidade de Campos dos Goytacazes - RJ e seus territórios de ocorrência, analisando a rede socioassistencial e os serviços de proteção social disponíveis em tais territórios.

Palavras-chave: Juventude. Território. Violência. Campos dos Goytacazes. Racismo estrutural.

ABSTRACT

BARCELOS, S. M. **Youth, violence and territory**: a case study on violent deaths of young people from the city of Campos dos Goytacazes-RJ. 2022. 118 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

We consider in this work that violence affects young people, blacks, poor and peripheral people in greater incidence and that their housing territories are strategic in social control, in the force and violence produced by criminal factions and the Public Security Policy, which tends to consider the lives of these subjects in a perspective of disposability within a society in crisis. By considering that youth should be analyzed from their territory, this work considers that the territory is the concrete space that actualizes and realizes social relations, expressions of the social issue, and violence. In this way, we seek to analyze the relationship between youth, violence and territory from the city of Campos dos Goytacazes - located in the interior of Rio de Janeiro, based on data from the Instituto de Segurança Pública - ISP and documents produced by the City Hall. : Municipal Social Assistance Plan - 2022 - 2025; and Study series - violence in Campos dos Goytacazes: homicide of adolescents and young people; Bearing in mind that urban violence is not a factor that affects only large cities, but a phenomenon that has also grown in the countryside and in small and medium-sized cities. Therefore, this work seeks to make a case study of violent deaths (understanding that death is the lethal expression of violence) of young people in the city of Campos dos Goytacazes - RJ and their territories of occurrence, analyzing the social assistance network and the protection services social resources available in such territories.

Keywords: Youth. Territory. Violence. Campos dos Goytacazes.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 –	Concentração da pobreza por região no Brasil, segundo a POF - IBGE.....	56
Mapa 1 –	Microrregiões do Estado do Rio de Janeiro.....	77
Mapa 2 –	Cidade de Campos dos Goytacazes	82
Mapa 3 –	Territórios da Política de Assistência Social em Campos dos Goytacazes.....	87
Tabela 1 –	Ranking das “vulnerabilidades e riscos sociais” nos territórios de Campos dos Goytacazes.....	88
Mapa 4 –	Territórios de maior “vulnerabilidade social”.....	90
Mapa 5 –	Rede de atendimento de serviços públicos disponibilizados geograficamente no município.....	92
Mapa 6 –	Apreensão de drogas no Estado do Rio de Janeiro.....	97

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 –	Mortes por intervenção de agente do Estado do Rio de Janeiro.....	61
Gráfico 2 –	Homicídios dolosos no Estado do Rio de Janeiro.....	62
Gráfico 3 –	Ocorrências de homicídios dolosos na região Norte Fluminense.....	98
Gráfico 4 –	Vítimas de homicídio doloso por idade em Campos dos Goytacazes.....	98

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CRAS	Centro de Referência da Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
CRIAAD	Centro de Recursos Integrados de Atendimento ao Adolescente
CMPDCA	Conselho Municipal de Promoção e Direitos da Criança e Adolescente
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFF	Instituto Federal Fluminense
ILPI	Instituição de Longa Permanência para Idosos
ISP	Instituto de Segurança Pública
LGBT	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais
OSC	Organização da Sociedade Civil
POF	Pesquisa de Orçamentos Familiares
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
UENF	Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro
UFF	Universidade Federal Fluminense

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1 REPRESENTAÇÕES E DILEMAS DA JUVENTUDE NA FORMAÇÃO SOCIAL BRASILEIRA	20
1.1 Para além das representações sociais: reflexões sobre a concepção de juventude	20
1.2 Raízes históricas da violência contra os jovens no Brasil	27
1.3 Juventude como problema criminal: a questão da “guerra às drogas”	36
2 DESIGUALDADES SOCIOTERRITORIAIS, NEOLIBERALISMO E VIOLÊNCIA CONTRA A JUVENTUDE NEGRA	44
2.1 Capitalismo e Território: a produção das contradições sociais no espaço do cotidiano	44
2.1.2 <u>Neoliberalismo e o acirramento das expressões da questão social nos territórios de pobreza</u>	53
2.2 Os impactos da política neoliberal sobre a juventude no território	58
2.3 A Violência nos territórios contra juventude negra	65
3 ESTUDO DE CASO: MORTES VIOLENTAS DE JOVENS EM CAMPOS DOS GOYTACAZES	75
3.1 Metodologia de estudo de caso	75
3.2 Caracterização econômica e social de Campos dos Goytacazes	77
3.3 Territórios e moralidades em Campos dos Goytacazes	81
3.4 Análise socioterritorial do município	85
3.5 Violência e juventude em Campos dos Goytacazes	95
CONSIDERAÇÕES FINAIS	108
REFERÊNCIAS	111

INTRODUÇÃO

Este trabalho pretende aprofundar os estudos sobre a relação entre juventude, violência e território, visto que os jovens – negros, pobres e periféricos – se constituem enquanto o segmento que mais sofre diretamente com a violência letal urbana – seja ela praticada pelas operações policiais em territórios de domínio do tráfico de drogas ou de milícias, seja pela pelas ações destas organizações nos lugares que atuam. A relação entre violência, território e controle social forma o eixo central desta dissertação.

O interesse neste tema está relacionado a estudos anteriores voltados para os espaços dos acolhimentos institucionais¹ – instituição na qual fiz estágio obrigatório durante a graduação e participei de um projeto de pesquisa/extensão de cunho qualitativo participante.

Durante esse momento da graduação em que estive inserida nos acolhimentos institucionais, tendo um contato mais próximo com os adolescentes acolhidos, ouvi relatos e situações em que a violência estava muito presente na vida daqueles jovens de diferentes maneiras, como a violência doméstica, institucional, criminal e policial.

Os relatos e histórias dos jovens sobre as situações de violência que tinham enfrentado e que, por vezes, também cometiam, traziam consigo importantes elementos dos seus locais de moradia, informações quanto à raça/cor que possuíam, além de sinalizar que a violência continha um caráter de imposição de poder e masculinidade, sendo a violência, portanto, parte de um processo social imbricada com uma série de determinantes impostos através dos contextos em que aqueles jovens vivenciavam.

Nesse sentido, é necessário compreender os sujeitos a partir das suas realidades concretas, como o local de moradia, espaço no qual cria sua sociabilidade, relações sociais, pessoais, culturais; bem como o contexto econômico, histórico e racial ao qual esse jovem está inserido. Considerando que a juventude é composta como um segmento múltiplo e plural, que constrói suas vivências a partir das suas condições de vida, faz-se necessário superar as imagens idealizadas acerca da juventude e da condição juvenil, como um bloco monolítico e homogêneo. Dayrell (2003); Cassab (2016, 2020); Esteves e Abramovay (2008) analisam a categoria juventude no plural - juventudes, sinalizando as diversidades e diferenças que são vivenciadas durante esse momento da vida através dos seus espaços concretos, sociabilidade, raça e classe que possuem. Portanto, é imprescindível a construção de análises a partir da vivência concreta

¹ Os espaços de acolhimentos institucionais são instituições de Proteção Social da Alta Complexidade, que integra a Política de Assistência Social a partir da rede de serviços socioassistenciais e é destinada para crianças e adolescentes que tiveram seus direitos violados e que precisam de um afastamento familiar.

dos jovens, considerando os modos de vidas e relações que são construídas no território, espaço onde a juventude constrói suas experiências cotidianas.

Dessa forma, o território é uma importante categoria incorporada nas ciências sociais que analisa, sobretudo, as relações de poder existentes em um dado espaço, como poder econômico, cultural, político, entre outros (VALE; SAQUET; SANTOS, 2005). Nesse sentido, os territórios são fluidos e se distinguem um dos outros através da divisão capitalista do espaço que impacta na infraestrutura, urbanização, bem como no acesso a direitos, a exemplo do número e qualidade de postos de saúde, escolas, espaços de lazer, segurança, saneamento básico entre outros. Portanto, o território influencia diretamente na forma como a cidadania pode ser exercida, dada as nítidas disparidades nos investimentos estatais e privados que impactam na sociabilidade do lugar.

Não coincidentemente, é nos territórios periféricos onde se dá o maior índice de violência, conflitos, repressões policiais, concentração de tráfico de drogas e violação dos direitos humanos, sendo, portanto, necessário compreender a distinção política, econômica e cultural dos territórios e seus processos sociais.

Assim, o território é também um elemento estratégico no controle social, uma vez que com a justificativa da segurança necessária à ordem urbana, as forças armadas se tornam urgentes no combate ao tráfico de drogas nas favelas. O propósito dessas ações tem como resposta muito pouco sobre o controle dessas atividades, mas expressam, sobretudo, o emprego da força armada contra o conjunto da classe trabalhadora, a população alvo das ações de vigilância e controle (SIERRA; FREIRE, 2021, p.173).

Diante do exposto, este trabalho busca aprofundar os estudos na compreensão de como o território influencia de forma direta na violência que é enfrentada em maior incidência pelos jovens negros, pobres e periféricos. Incorpora também os elementos de raça e classe como primordiais para essa análise e entendimento, uma vez que os dados demonstram que são estes os jovens que mais morrem por homicídio no Brasil.

Segundo os dados do Atlas da Violência 2021, dos 45.503 homicídios ocorridos no Brasil, em 2019, 51,3% vitimaram jovens entre 15 e 29 anos. Ocorrendo a morte de 23.327 jovens, resultando em uma média de 64 jovens assassinados por dia no país. Desse número, a população negra apresenta ainda maiores chances de ser vítima de homicídios, principalmente o segmento mais jovem, tendo em vista que a chance de um negro ser assassinado é 2,6 vezes superior àquela de uma pessoa não negra. Segundo Cerqueira et al (2021, p. 47), “a desigualdade racial se perpetua nos indicadores sociais da violência ao longo do tempo e parece não dar sinais de melhora, mesmo quando os números mais gerais apresentam queda”.

Além do indicador da raça, os números apontam que são os homens os que mais apresentam risco de serem vítimas de homicídios, representando 93,9% do total de jovens vítimas em 2019, sendo, portanto, os jovens do sexo masculino o principal recorte de análise deste trabalho.

Dessa forma, o país enfrenta um problema endêmico, segundo o Atlas da Violência de 2021, com o elevado número de jovens que são mortos e a violência como fator eminente dessas mortes. Ainda que com variações periódicas, para mais ou para menos, nas taxas de mortalidade juvenil, permanece um cenário constante e sem perspectiva de mudança a curto ou médio prazo, em que dezenas de milhares de jovens são vítimas de homicídios todo ano no país (CERQUEIRA, 2021).

Nesse sentido, é importante ressaltar que segundo Rivero (2010), ao fazer um georreferenciamento desses homicídios, foi possível observar que os territórios em que ocorreram os homicídios são os mesmos territórios - ou próximos aos territórios de moradia das vítimas, sendo a "guerra às drogas" a justificativa primordial para o elevado número de mortes precoces.

O crescimento do tráfico de drogas no Brasil se dá sobretudo com a chegada da cocaína nos anos 1980, e atualmente se configura como uma grande indústria que recruta cada vez mais jovens para o comércio ilegal e consumo, além de aumentar a perspectiva de descartabilidade dessas vidas, sendo considerado como o grande responsável pelo aumento da violência nas grandes metrópoles. A década de 1980 foi considerada uma década perdida para a economia, em decorrência da alta da inflação e do declínio da taxa de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB).

A resposta para a crise do capital veio com mudanças que foram implementadas na produção. A reestruturação produtiva provocou o aumento do desemprego em todo o mundo. No Brasil, o desemprego na década de 1990 se ampliou. Além disso, os governos decidiram implementar políticas neoliberais, restringindo progressivamente o orçamento para efetivação dos direitos sociais, além de precarizar os contratos de trabalho.

De acordo com Antunes e Alves (2004), com as mudanças provocadas no mundo do trabalho - que excluiu, cada vez mais, os jovens do mercado de trabalho formal e sem políticas de proteção social amplas destinadas a esse segmento, acentuou-se a falta de perspectivas, tendo eles de sobreviver por meio de atividades informais (venda de balas nos sinais, camelôs, etc.), diminuindo assim o limiar entre o legal e ilegal.

Nesta época, o tráfico de drogas tornou-se o grande vilão da sociedade, visível essa construída principalmente pela mídia, que permitiu encobrir os fatores estruturais que

desencadearam a crise. Como foram os jovens de periferias os que mais se envolveram no tráfico, logo se tornaram alvos de operações policiais.

Consequentemente, a política de criminalização e a demonização das drogas acabou por propiciar a chamada “guerra às drogas”, que falida, promove ainda nos dias atuais, a morte de milhares de jovens e policiais.

Essa política não se constitui como uma disjunção entre a criminalidade e o Estado. Como destacou Silva (2004, p. 70), “há uma profunda crise de autoridade que gera impunidade e corrupção e torna ineficaz o funcionamento das agências estatais, inclusive e especialmente as relacionadas ao controle social e à administração da justiça”. Nessa perspectiva, existe uma cadeia causal reproduzida por processos que não são externos à ordem estatal, não havendo, portanto, uma relação de exclusão, mas de contiguidade (SILVA, 2004). Apesar dessa convivência, os cursos de ação são divergentes e fazem com que a violência se manifeste de forma mais ostensiva nos territórios de favelas, como se de fato houvesse uma luta do Estado contra as drogas.

Nesse sentido, o controle e a ordem social se reforçam, conferindo ao poder político a possibilidade de administração das crises (SIERRA; FREIRE, 2021, p.169). O território periférico torna-se assim um local estratégico para o uso da força e da repressão da política de segurança pública. Da mesma forma, os estigmas em relação à juventude negra, pobre e periférica são reforçados, sobretudo na mídia que incute no senso comum a ideia de que pertencem às “classes perigosas”, das quais a sociedade deve se proteger. Desse modo, é importante problematizar que desde o início de sua formação sócio-histórica, o Estado brasileiro tem efetuado uma política de morte, cujo resultado tem sido o extermínio de negros e indígenas, bem como a usurpação de suas terras, cultura, religião. Portanto, é preciso compreender a formação do Estado brasileiro e o lugar que o jovem ocupa, sobretudo o jovem negro e periférico na sociedade atual.

No entanto, a violência urbana não atinge tão somente as grandes cidades e regiões metropolitanas, mas também tem adensado a dinâmica do tráfico e a “guerra às drogas”, as pequenas e médias cidades localizadas em regiões mais interioranas.

Dessa forma, este trabalho analisará tais questões com maior enfoque a partir da cidade de Campos dos Goytacazes, situada na região Norte Fluminense do Estado do Rio de Janeiro – a fim de compreender como são dados os rebatimentos da violência em jovens de cidades do interior, uma vez que a violência que atinge e amedronta as grandes metrópoles também está se estendendo para as cidades interioranas. Levando em consideração a questão territorial, a

formação sócio-histórica e cultural, além de ser a cidade com maior extensão territorial e mais populosa do interior do estado do Rio de Janeiro.

Desse modo, o objetivo geral deste trabalho é compreender a relação entre território, violência e controle social, no contexto de avanço da política neoliberal. Entendemos que o território é estratégico na produção da violência que atinge de forma predominante jovens negros, pobres e periféricos, a partir de um estudo de caso desenvolvido na cidade de Campos dos Goytacazes - RJ.

Os objetivos específicos são:

1. Analisar a relação entre controle social e violência letal urbana que atinge de forma predominante a juventude negra moradora de territórios periféricos e favelados;
2. Compreender o processo de formação sócio-histórica brasileira, destacando o “lugar” do jovem negro na sociedade brasileira;
3. Compreender como o território influencia na produção da violência que acomete em maior número os jovens;
4. Analisar os dados socioterritoriais da proteção social e da violência contra a população jovem de Campos dos Goytacazes - RJ.

Tendo em vista que este trabalho pretende pesquisar a relação entre territórios, controle social e a violência letal que acomete em maior número a juventude negra pobre e periférica (entendendo como jovens o segmento de faixa etária entre 15 a 29 anos, de acordo com o Estatuto da Juventude), a metodologia deste trabalho compreende a realização de um estudo de caso, com pesquisa qualitativa, a partir de revisão teórico-bibliográfica e documental, assim como dados de georreferenciamento, pois acredita na necessidade de compreender a realidade para além de questões numéricas, aprofundando a compreensão de processos sociais, históricos e territoriais relacionados com a vivência da juventude de Campos dos Goytacazes. Como Moura e Ferreira (2015) elencam, considera-se que nos estudos de natureza qualitativa, a preocupação está pautada na caracterização, compreensão e interpretação dos fenômenos observados num grupo específico.

Desse modo, este trabalho pretende desenvolver uma pesquisa bibliográfica acerca das principais categorias e conceitos referentes ao tema em questão – juventude com os autores Dayrell (2003); Cassab (2016, 2020); Lopes e Silva (2009); Abramovay e Esteves (2008); território a partir de Santos (1999, 2002); Santos e Silveira (2006); Vale, Saquet e Santos (2005); Carlos (2002, 2007) e violência a partir dos dados do Instituto de Segurança Pública (ISP) e dos documentos oficiais da Prefeitura de Campos dos Goytacazes.

A suposição é de que os territórios de pobreza tornam-se estratégicos nas ações de vigilância, controle e repressão, sobretudo da polícia, num contexto de desemprego, precarização do trabalho e restrição de acesso aos programas sociais, e o aumento da criminalidade nas periferias (tráfico e milícias). Considerando que são os jovens tradicionalmente percebidos como o grupo com maior potencial de ameaça à ordem, eles tornam-se frequentemente alvos das operações policiais.

O documento *Plano Municipal de Assistência Social: 2022 - 2025*, produzido pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano e Social, realiza um diagnóstico socioterritorial da cidade, a fim de compreender particularidades do território e a disposição da política de proteção social na cidade. Tal documento será utilizado na pesquisa tendo em vista as importantes considerações sobre a caracterização dos territórios considerados “vulneráveis e de risco social”, análise da rede socioassistencial e da Política de Assistência Social.

Com base no documento: *Série de estudos: violência em Campos dos Goytacazes: homicídio de adolescentes e jovens* – produzido pela Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes em parceria com a Superintendência de Paz e Defesa Social; Gabinete de Gestão Integrada Municipal; Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (Pmerj); 8º Batalhão de Polícia Militar – será feita uma comparação dos dados do diagnóstico socioterritorial com o quantitativo de mortes de jovens, considerando o território de residência, o lugar do assassinato, além da faixa etária, o sexo, raça, escolaridade, meio utilizado para efetuar o homicídio e ocupação dos jovens vítimas de homicídio em Campos dos Goytacazes.

É importante a análise dos dados do Diagnóstico Socioterritorial para compreender a realidade social e territorial da cidade de Campos e a sua relação com o número de homicídios de jovens e a violência que lhes são cometidas, uma vez que o Diagnóstico Socioterritorial permite analisar dados para identificação de demandas expressas, emergentes e potenciais, além de identificar também as necessidades de cada território e a adequabilidade da oferta de serviços socioassistenciais (CAMPOS DOS GOYTACAZES, 2022).

Nesse sentido, a coleta de dados da pesquisa será feita através de revisão bibliográfica e dos documentos citados, possuindo como metodologia o estudo de caso e a pesquisa qualitativa, tendo como foco e eixo de análise a cidade de Campos dos Goytacazes – RJ, levando em consideração que o município possui grande extensão territorial e o projeto de desenvolvimento adotado produziu intensa concentração de renda e terras. Campos dos Goytacazes foi uma das últimas cidades a abolir a escravidão, tendo seus rebatimentos ainda presentes com o resultado da reprodução do ciclo de pobreza que perpassa gerações.

Desse modo, o trabalho está dividido em três capítulos. O primeiro busca através de uma pesquisa bibliográfica conceituar a juventude na sua pluralidade e diversidade, tendo como princípio que a juventude não é uma categoria uniforme, mas que se constrói de acordo com o contexto político, histórico e espacial em que o jovem está inserido. Este capítulo também analisa o lugar da juventude na sociedade brasileira em uma perspectiva sociohistórica, considerando os estigmas e discriminações sofridas sobretudo pela juventude negra, pobre e periférica.

O segundo capítulo visa analisar como o território é um elemento estratégico na apropriação pelo capitalismo e conseqüentemente na produção do poder, na intervenção das políticas sociais e de segurança pública. Analisa a relação entre território e o controle social, destacando o acesso ou não a direitos, tendo em vista que a implementação da política neoliberal no Brasil impacta de forma direta nos territórios de moradia da juventude negra e pobre.

Por fim, o terceiro e último capítulo analisa as mortes violentas de jovens na cidade de Campos dos Goytacazes - RJ, buscando compreender a caracterização social, econômica e histórica do município, que é atravessada pela desigualdade social e violência, tendo como elemento de análise a rede de proteção social nos territórios da cidade.

1 REPRESENTAÇÕES E DILEMAS DA JUVENTUDE NA FORMAÇÃO SOCIAL BRASILEIRA

Este capítulo tem como objetivo discutir de forma teórica a concepção atual de juventude e o “lugar” da juventude no processo da formação sócio histórica brasileira, em especial dos jovens negros, pobres e periféricos, que se constituem como o segmento mais acometido pela violência letal urbana, produzida na relação entre as atividades criminosas do tráfico de drogas e de milícias e as agências estatais de repressão ao crime.

Neste sentido, busca-se ir além das representações idealizadas da juventude, que em geral não correspondem ao cotidiano de muitos jovens, para compreender as realidades vivenciadas a partir da formação sócio-histórica e do território que ocupam. Para isso, é importante considerar os espaços por eles vividos, entendendo a violência como parte de processos sociais que reforçam a discriminação e a segregação socioespacial, agravadas, sobretudo com o avanço do neoliberalismo.

1.1 Para além das representações sociais: reflexões sobre a concepção de juventude

É importante ressaltar a diferença entre adolescência e juventude, que não se dá apenas por uma delimitação de faixas etárias, mas também de concepções. Enquanto para o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) a adolescência compreende as idades entre 12 e 18 anos, o Estatuto da Juventude define jovens com idade entre 15 e 29 anos.

De acordo com Lopes e Silva (2009), a adolescência é marcada, sobretudo por uma perspectiva psicológica, centrada na puberdade e nas mudanças hormonais, em contrapartida a juventude está mais presente em estudos sociológicos, concebida como parte de uma cultura. Assim como afirmam:

O termo adolescência parece estar mais vinculado às teorias psicológicas, considerando o indivíduo como ser psíquico, pautado pela realidade que constrói e por sua experiência subjetiva. Ao passo que o termo juventude parece ser privilegiado no campo das teorias sociológicas e históricas, no qual a leitura do coletivo prevalece. Sendo assim, a juventude só poderia ser entendida na sua articulação com os processos sociais mais gerais e na sua inserção no conjunto das relações sociais produzidas ao longo da história. (LOPES; SILVA, 2009, p. 88)

A relevância do debate de concepções entre adolescência e juventude se dá, principalmente, a partir de suas conceituações, que serão retratadas e interpretadas com base em suas formas de ser e estar no mundo. Nesse sentido, as formas de ser e estar no mundo vivenciadas pelo segmento juvenil, não pode ser compreendida enquanto uma categoria

unitária, ou imutável. A concepção de juventude que temos hoje não é a mesma do século passado, nem tão pouco as formas de se vivenciar e experimentar a condição juvenil. Assim como o tempo se modifica, a realidade, os contextos sociais, econômicos, a juventude e o seu modo de experimentá-la também mudam. Desse modo, Simão (2020) classifica a juventude como uma categoria relacional:

Trata-se de uma categoria relacional. Só pode ser compreendida quando a correlacionamos com outras. Isto é, a juventude não se encerra em si mesma. Ela é uma categoria produzida e produtora do mundo. Não é uma categoria abstrata ou simplesmente teórica, que não tem rebatimento algum com a realidade. Ao contrário, os referenciais utilizados para fixar limites, estabelecer agrupamentos, eleger repertórios sobre os jovens são necessariamente construídos numa teia de símbolos e práticas sociais que envolvem relações de forças em nossa sociedade. (SIMÃO, 2020, p. 31)

Portanto, é possível afirmar que a juventude não deve ser compreendida de forma homogênea, ou como uma categoria que se encerra em si mesma, mas como uma construção social. Segundo Abramovay e Esteves (2008, p. 21), a juventude, por definição, é uma construção social, ou seja, a produção de uma determinada sociedade originada a partir das múltiplas formas como ela vê os jovens, produção na qual se conjugam, entre outros fatores, estereótipos, momentos históricos, múltiplas referências, além de diferentes e diversificadas situações de classe, gênero, etnia, grupo, etc.

Para tanto, também há necessidade de compreender a juventude na sua dimensão espacial, entendendo que o espaço tem centralidade como elemento ativo e definidor da própria condição juvenil. Nesse sentido, os jovens fazem parte de um complexo conjunto de relações sociais que também são espaciais (CASSAB, 2020).

Desse modo, o território assume uma importante função no modo como a juventude se apropria e vivencia a cidade, o seu espaço de moradia, bem como o acesso a direitos, lazer, educação, segurança, saúde, uma vez que os territórios são divididos de maneira desigual, e, portanto, apropriados de forma desigual.

A juventude ainda é frequentemente entendida como um momento de “devir”, transição da infância para o mundo adulto, momento de preparação para o mercado de trabalho, formação familiar etc., ou até mesmo como um “estado de espírito”, aliado a ideias de vigor, energia, sucesso e consumo. Entretanto, tais elementos são vividos de maneiras distintas pelos jovens, tendo em vista o recorte de gênero, raça, classe, território, já que para os jovens pobres, os desafios colocados são outros. Como Cassab (2020) destaca:

Para muitos jovens é a precariedade que marca sua formação – constantemente interrompida -, a incerteza quanto ao emprego, a vigilância policial sobre seus corpos,

o risco eminente de morte são condições reais que os colocam cotidianamente diante do desafio de re-existirem. (CASSAB, 2020, p. 88)

Desse modo, ao pensarmos em juventude é importante levarmos em consideração o seu contexto histórico, social e econômico, bem como as especificidades que esse jovem vivencia em seu território, sua formação familiar, escolar, gênero, raça, pois estes elementos se constituem como fundamentais no próprio entendimento de que juventude estamos nos referindo, uma vez que as vivências e realidades são distintas. Os contextos sociais em que cada jovem está inserido impactam na sua vivência, sociabilidade e individualidade, além do fato de que tais características são mediadas pelo tempo e espaço.

Segundo Simão (2020), o tempo dedicado à formação, os espaços de socialização, não são os mesmos para todos, pois as condições adversas da vida, sobretudo das classes menos favorecidas, antecipam as “obrigações da vida adulta”, como trabalho, ajuda com o orçamento familiar. Assim sendo, a ideia e a imagem de infância e juventude são muitas vezes privadas de possibilidades pela condição de classe.

Nesse mesmo sentido, Soares (2019, p. 253-254) coloca que:

Curioso e paradoxal é que, no Brasil, para os jovens pobres, de modo geral, quase não há adolescência (ou dela só resta o calvário do crescimento inseguro): salta-se direto da infância ao mundo do trabalho (ou do desemprego).

A ideia de que a juventude seria então uma “fase” de consumo, experimentação, poucas responsabilidades, não expressa exatamente uma realidade vivida pelos jovens pobres. Portanto, é importante ressaltar que a juventude não deve ser entendida como uma categoria unitária, homogênea, mas heterogênea e múltipla, pois os sujeitos jovens vivem e experimentam a juventude a partir de determinadas condições objetivas.

Com base nesse entendimento, alguns autores (DAYRELL, 2003; ESTEVES; ABRAMOVAY, 2008) vão trabalhar com o conceito de juventudes, no plural, como uma forma de sinalizar tal distinção, compreendendo-a como uma categoria coletiva. Abramovay e Esteves (2008), ao citar as ideias de juventude no imaginário social, afirmam que a sociedade tem uma enorme dificuldade em conceber o jovem como sujeito de identidade própria, oscilando entre considerá-lo adulto para algumas exigências e infantilizá-lo em outras circunstâncias, estabelecendo, então, três grandes aspectos a respeito da juventude vista socialmente de duas formas:

1. De maneira dualista e maniqueísta, ora considerada como futuro da nação, esperança de um mundo melhor; ora vistos como irresponsáveis no tempo presente;

2. De forma adultocrata, na medida em que as populações mais jovens são consideradas potencialmente capazes de contestar, transgredir e reverter a ordem estabelecida. Nesse sentido, os tratamentos dos mais velhos à juventude são na maioria das vezes com estratégias e posturas essencialmente conservadoras e rígidas;

3. Imputados de culpa - A juventude é constantemente associada à ameaça social, à criminalidade, à delinquência, como se o ser jovem implicasse, de forma potencializada e direta, no desvio e na transgressão criminosa, cujos desdobramentos seriam capazes de colocar em risco tanto a sua própria integridade física e moral quanto a de toda a sociedade (ESTEVES; ABRAMOVAY, 2008).

Baseando-se nos itens dois e três de Abramovay e Esteves (2008), que consideram a juventude vista comumente no imaginário social como um período de transgressão, segmento capaz de reverter à ordem, além de ser frequentemente associados à criminalidade, ameaça social e delinquência, tais elementos reforçam o estigma da juventude entendida como um “problema social”, atribuindo a este segmento um comportamento de risco, fazendo associações quase que “naturais” ao fato de ser jovem como um período de desobediência e violência.

Nesse sentido, a juventude acaba por ser apontada de forma frequente como “fase”, “período”, “momento de transição”, “vir a ser”, não possuindo uma importância em si, não considerando como sujeitos que constroem as suas próprias histórias a partir das condições materiais e subjetivas que possuem, mas muito frequentemente são compreendidos na perspectiva do devir, da transição, da passagem da infância para o mundo adulto. Tais noções prejudicam o entendimento da juventude como categoria de análise enquanto sujeitos de direitos e sujeitos políticos, e que durante a condição juvenil possuem particularidades e atravessamentos que se constituem numa importância em si.

Entretanto, apesar da juventude ser comumente associada a fase de maior predisposição a violência, transgressão, crises e conflitos, de acordo com Dahlberg e Krug (2007, p. 1164) “pesquisas sugerem que, enquanto fatores biológicos e fatores individuais que explicam a predisposição para a agressão, com frequência tais fatores interagem com questões familiares, comunitárias, culturais ou outros fatores externos, criando situações em que a violência pode ocorrer”. Desse modo, é equivocado pensar que a condição por si só de juventude possui maior predisposição a situações de violência ou agressões, mas deve-se considerar o contexto social e a coletividade ao qual o jovem está inserido.

Todavia, a mídia também desenvolve um papel importante ao contribuir com a imagem da juventude e violência como binômio causal. Cassab et al. (2016) afirma que esse imaginário

acompanha como a juventude é concebida pelo senso comum, mas também nas políticas públicas, sendo entendida como momento transitório que exige atenção e vigilância por parte do mundo adulto, uma vez que os jovens seriam naturalmente propensos a rompantes violentos.

Nesse sentido, as ideias e as políticas são formuladas considerando os “jovens como sujeitos que precisam de constante vigilância, controle e tutela para que não se pervertam ou não se percam no mundo das drogas ou do crime” (CASSAB et al., 2016, p. 110).

Para além dessas imagens, a juventude é vista como um momento de crise, uma fase difícil, dominada por conflitos com a autoestima e/ou com a personalidade. Atrelada a essa ideia, existe uma tendência em considerar a juventude como um momento de distanciamento da família, apontando para uma possível crise da família como instituição socializadora (DAYRELL, 2003).

Outro trabalho bem conhecido de Erik Erikson (1972) definiu a adolescência como período de crise de identidade, em razão das tensões geradas pelos anseios por autonomia dos jovens diante da dependência que possuem dos adultos. Porém, este trabalho além de naturalizar a “crise na juventude”, homogeneizando os modos de vida dos jovens, não considera as diferenças de classe, gênero e lugar, que são imprescindíveis à compreensão dos modos de vida e dos desafios enfrentados pelos jovens no mundo atual.

Margareth Mead (1990) ao estudar a adolescência em Samoa, questionou a crise na adolescência, mostrando que seus conflitos estão relacionados com as exigências e expectativas da sociedade. Mostrou que as causas desses conflitos não são de natureza individual ou biológica, mas possuem relação direta com a coletividade

É possível afirmar, portanto, que a juventude é um momento da vida que se define em um determinado contexto histórico e geográfico (CASSAB et al., 2016, p. 105), tendo em vista que os jovens são inseridos em processos, complexos e conjunturas sociais diversas, que diferenciam e impactam sua sociabilidade e sua forma de vivenciar a condição juvenil. Desse modo, conforme Cassab et al. (2016) a juventude deve ser compreendida a partir das suas experiências individuais e coletivas, reforçando a categoria juventudes, no plural.

É importante compreender a juventude aliada aos processos sociais no qual ela está inserida, a sua coletividade, além dos contextos políticos, sociais, econômicos, históricos e territoriais, pois o modo como o segmento juvenil constrói suas vivências e histórias está diretamente atrelado às condições materiais e as circunstâncias encontradas e transmitidas, uma vez que esses elementos diferenciam e impactam a condição juvenil.

Tendo em vista que o Brasil é um país extremamente desigual, a desigualdade acaba por produzir realidades distintas, a partir da classe social, do gênero, etnia, território, entre outros.

Como por exemplo, os jovens negros, das classes populares residentes em periferias, que possuem condições materiais e subjetividades diferentes dos jovens ricos, brancos e moradores de áreas nobres das cidades, o que fica explícito também nas condições de acessos a direitos e nas ações e formas de controle pautadas para a juventude.

Apesar do imaginário social de associação da juventude à transgressão e à violência, o controle social da juventude é específico e estratégico. Como aponta Batista (2015), para os ricos, os problemas como o uso de drogas, por exemplo, são vistos para a classe média como uma questão médica, enquanto que para os pobres, torna-se um problema criminal, gerando “um controle específico daquela parcela da juventude considerada perigosa” (BATISTA, 2015, p. 4).

Segundo as autoras Sierra e Freire (2021), o controle social se constitui enquanto modalidade do exercício do poder que expressam a disputa e as formas de resistência à dominação. Não é exclusividade do Estado, contudo, é imprescindível na sua função de assegurar a manutenção da ordem na sociedade capitalista.

O controle social é sempre exercido sobre a população ou grupo social de um determinado lugar, que pode ser uma empresa, um serviço, uma instituição pública ou privada. Pode ser mais ou menos coercitivo, conforme as regras que determinam os limites nos relacionamentos entre grupos distintos ou sujeitos com diferentes posições sociais (SIERRA; FREIRE, 2021, p. 169).

Portanto, mesmo que a juventude seja frequentemente entendida como um período de transgressão, são os jovens pobres que sofrem com o controle específico e estratégico por parte do Estado, sendo possível afirmar que a juventude considerada “perigosa” possui uma clara distinção de classe. Para além da condição de classe, a raça dos jovens também se faz como um fator relevante, tendo em vista que os jovens negros são os que mais sofrem com a repressão policial, com o encarceramento e ainda se constituem como os mais assassinados por armas de fogo.

Nesse sentido, as juventudes e a condição juvenil assumem posições diferentes não apenas no imaginário social, mas também como grupo alvo de ações concretas por parte do Estado. É necessário salientar, que tais concepções acerca da juventude considerada como perigosa, está atrelada a classe desses jovens, ao racismo e autoritarismo que concebe a sociedade brasileira, bem como seu local de moradia. As desigualdades sociais e violências formam o pano de fundo que expõe os determinantes da raça, classe e as desigualdades socioterritoriais.

Assim, ao nos referirmos à juventude, é importante levarmos em consideração os contextos sociais de um país desigual, e qual conjuntura o jovem está inserido, sobretudo os jovens pobres.

Se a desigualdade é marca indiscutível na vida dos jovens de origem popular; ela está inscrita em seus espaços de vida, tanto no seu corpo, como no território onde residem, seja com a mediação de um conjunto de representações socialmente construídas ou por intermédio de um território urbano extremamente desigual em termo de acesso a direitos. (SIMÃO, 2020, p. 36)

As desigualdades sociais resultam na privação do acesso a direitos, à circulação, ao exercício da cidadania, bem como à escolaridade e às oportunidades de empregos, sendo expressa ainda na produção de subjetividades que promovem discriminação e estereótipos (SIMÃO, 2020). Pautados nessa construção de discriminação e estereótipos estão os jovens negros, pobres e periféricos que frequentemente são associados ao perigo, risco e maiores chances de envolvimento com a criminalidade.

Importa destacar que o medo da violência e do crime também se constrói socialmente, a partir das diversas representações sociais que reforçam a associação de medo a determinados lugares da cidade, forjando estigmas a lugares e aos sujeitos que neles residem (CASSAB et al., 2016). No entanto, os jovens de camadas populares, negros, residentes de favelas, já sofrem frequentemente com o processo sistêmico de discriminação que reforçam estereótipos, são ainda atingidos pela desproteção social que se faz como a tônica do Estado brasileiro, uma vez que muitas vezes são impedidos de acessar direitos sociais, impactando na sua relação com a cidade e no acesso às oportunidades de mobilidade social.

Ao invés desses territórios empobrecidos possuem maior presença de serviços de proteção social, buscando a garantia de direitos e a cidadania desses sujeitos, o Estado se faz presente com maior intervenção da segurança pública, concentrando-se na repressão policial, sobretudo com os jovens negros e pobres.

Desse modo, Simão (2020) sinaliza que para compreendermos a juventude, sobretudo a juventude pobre, é importante reconhecer a desigualdade e a distinção de direitos como chaves de leitura.

A distinção territorial de direitos recai sobre o corpo do jovem. [...] sobre o corpo do jovem de origem popular, pobre em sua maioria negra, constrói-se um discurso perverso. Associam-se suas práticas sociais e culturais ao vulgar, ao violento e ao imoral. Basta observarmos o olhar crítico e severo sobre sua música, suas roupas e as marcas identitárias corporais. (SIMÃO, 2020, p. 39)

Para tanto, o território deve ser compreendido como o espaço concreto onde se realiza e se efetiva as relações sociais, bem como as disparidades na forma de vivenciar a condição juvenil, através dos recortes de classe, raça e gênero. Além disso, a distinção territorial de direitos que o autor menciona, está atrelada de forma direta com o sistema capitalista e sua forma de apropriação dos espaços e das relações sociais, que beneficiam diretamente classes e territórios em detrimento de outros.

Os jovens pobres, negros e periféricos, por sua vez, acabam sendo os mais atingidos por essa distinção territorial de direitos, assim como pela discriminação sistêmica, inclusive as frequentes associações com a criminalidade. No entanto, tal violência possui suas marcas na formação sócio-histórica do Brasil, que é constituída pela desproteção social, violência, autoritarismo, sobretudo referente a corpos negros, não superando os efeitos deletérios de um país escravocrata e racista. Nesse sentido, se faz importante compreender as raízes históricas da violência que atinge a juventude contemporânea e o seu “lugar” no tempo presente.

1.2 Raízes históricas da violência contra os jovens no Brasil

Para compreender a sociedade brasileira contemporaneamente e as ramificações da violência e desigualdades sociais que são produzidas e vistas atualmente, é necessário recorrer aos percursos da nossa formação sócio-histórica, que expõem a violência, o racismo e o autoritarismo como elementos estruturantes da formação social brasileira, ainda sendo visíveis no tempo presente.

Nesse sentido, é preciso salientar que historicamente a violência se apresenta como um traço estruturante da sociedade brasileira, a exemplo do extermínio da população indígena que aqui habitava anteriormente à colonização; a perduração de três séculos de escravidão contra os negros, contando com os mais diversos tipos de maus-tratos, violência e sendo as condições degradantes pelas quais eram obrigados a se submeterem.

O Brasil foi um dos últimos países a abolir a escravidão, não dando nenhuma condição de subsistência ao povo recém-liberto pela Lei Áurea assinada em 1888. Abdias do Nascimento considera que a libertação de escravos e a própria abolição acabaram gerando o “assassinato coletivo” do povo negro, por deixá-los a própria sorte:

Depois de sete anos de trabalho, o velho, o doente, o aleijado e o mutilado - aqueles que sobreviveram aos horrores da escravidão e não podiam continuar mantendo satisfatória capacidade produtiva - eram atirados à rua, à própria sorte, qual lixo humano indesejável; estes eram chamados de "africanos livres". Não passava, a

liberdade sob tais condições, de pura e simples forma de legalizado assassinio coletivo. As classes dirigentes e autoridades públicas praticavam a libertação dos escravos idosos, dos inválidos e dos enfermos incuráveis, sem lhes conceder qualquer recurso, apoio, ou meio de subsistência. Em 1888 se repetiria o mesmo ato “liberador” que a História do Brasil registra com o nome de Abolição ou de Lei Áurea, aquilo que não passou de um assassinato em massa, ou seja, a multiplicação do crime, em menor escala, dos “africanos livres”. (NASCIMENTO, 1978, p. 65)

Dessa forma, compreendendo que a abolição da escravidão no Brasil ocorreu sem respaldar ou criar condições dignas de sobrevivência ao povo negro, essa grande parcela da população foi obrigada a viver a “sua própria sorte”, não sendo incorporada na política, na economia, socialmente ou em postos de trabalho, colocados nas palavras de Nascimento (1978) “para fora da sociedade”.

Assim sendo, o ex-escravo não teve nenhum tipo de política para integração ao novo mercado de trabalho que se instalava no Brasil. Os trabalhos assalariados com o “novo modo de produção” foram destinados aos imigrantes, e o ex-escravo, que anteriormente era o centro da produção, passará a ser periférico, criando as premissas econômicas para a sua marginalização e como exército industrial de reserva (MOURA, 1977).

A esse respeito, Florestan (apud SOARES; BRAGA; COSTA, 2002) comenta que com a universalização do regime de trabalho livre surge um dilema nacional, em vista da impossibilidade da desigualdade de classe suplantar a desigualdade racial. Florestan (apud SOARES; BRAGA; COSTA, 2002) destaca as dificuldades de inserção dos negros no mercado de trabalho, uma vez que foram preteridos aos trabalhadores estrangeiros com a justificativa da falta de preparo técnico.

O negro, que após a abolição tornou-se ex-escravizado, se constituiu em um grande grupo populacional que, ao não ser incorporado ao mercado de trabalho, se viu desprovido de meios de sobrevivência, apoio estatal, restando apenas os subempregos, o desemprego e a marginalização, de forma a ocupar progressivamente os territórios mais periféricos, os cortiços e regiões desvalorizadas. Tais elementos, a respeito da discriminação que o povo negro vivenciara, as condições de vida e trabalho pelas quais foram submetidos, são basilares para se compreender a violência e a discriminação vivenciada contemporaneamente.

Ao longo dos anos o racismo foi calcado por diferentes justificativas, tendo começado com noções imbuídas da religião. No fim do século XVIII, o ideário de liberdade e igualdade exclui os não brancos mediante a instituição do universalismo burguês; no século XIX, aparecem as ideias de darwinismo social associadas às doutrinas do “racismo científico”, que estão relacionadas com a expansão imperialista dos países europeus.

Mesmo após a abolição da escravidão e da independência formal do país, as a economia e a cultura expressaram a dependência dos povos colonizados, tendo em vista que a Europa continuava como o ponto de referência acerca das ideias, padrões estéticos, atividades científicas (NASCIMENTO, 1978). Nesse sentido, o racismo e a discriminação contra o povo negro não foram abolidos junto com a escravidão, mas permanecem nas mais diferentes formas ao longo dos anos.

Retomando a construção do racismo pelas elites no passado, observa-se que a partir de meados do século XIX e começo do século XX, as teorias eugenistas predominaram no Brasil, servindo de justificativa para a política do branqueamento, fundada a partir da ideia da miscigenação (MUNANGA, 1999). Clarear a população brasileira seria uma forma de eliminar tudo que pudesse estar associado ao negro.

O Brasil assim teria a diversidade cultural como um problema, tendo em vista que o objetivo após a colonização era tornar o povo mais parecido com o Europeu, tanto física quanto culturalmente. Neste sentido, negar a diversidade e sobrepujar a cultura negra pela cultura europeia consistia num projeto civilizatório para o país. Como se sabe, os índios logo foram rebaixados como selvagens, enquanto os negros foram desumanizados. O racismo no começo da República era naturalizado, seja porque o negro teria sido escravo, seja pela inferioridade que lhe era atribuída pela representação da sua cor.

De acordo com Hasenbalg (1982), o racismo tem a sua essência na negação total ou parcial da humanidade do negro e outros não-brancos, o que constitui a justificativa para exercitar o domínio sobre os povos de cor. O racismo no Brasil funcionou como arma ideológica de dominação contra os negros, impedindo que fossem reconhecidos como cidadãos (MOURA, 1994).

Moura (1977) analisa que a passagem do negro como ex-escravo para cidadão, não ocorreu de forma efetiva no Brasil.

Há quem divida a passagem do status o escravo brasileiro para o de cidadão em dois estágios. No primeiro, ele seria apenas ex-escravo para, posteriormente, ingressar na categoria de cidadão, integrando-se definitiva e completamente na sociedade brasileira. De um ponto de vista sociologicamente formal e acadêmico, talvez se possa aceitar pacificamente o gradiente. No entanto, se o cientista social penetrar nas áreas onde se encontra a maioria da população negra e mestiça no Brasil, especialmente na capital paulista e na maioria das grandes cidades do país, verificará sem muito esforço, depois de um período de contato com seus habitantes, que a extensão do conceito de cidadão a eles é muito relativa. Na realidade, são tratados como se nenhum daqueles preceitos jurídicos que protegem o cidadão e as conquistas sociais que lhe dão conteúdo fossem-lhes aplicadas. Sem analisarmos, por enquanto, o preconceito de cor, devemos destacar aqui o comportamento das instituições e órgãos repressores, membros de organismos de controle social e lideranças políticas tradicionais para

concluirmos que, de fato, de cidadãos eles não têm quase nada. (MOURA, 1977, p. 23)

Dessa forma, a discriminação sistêmica contra o povo negro também é operada como estrutura de poder, que é possível ser visualizada até o tempo presente, através da ausência de direitos, das dificuldades de condições dignas de vida e de mobilidade social. Em 1950, a discriminação em empregos era uma prática recorrente. Conforme Nascimento (1978) aponta, os anúncios procurando empregados publicavam explicitamente o alerta de que “não se aceita pessoas de cor”. Portanto, mesmo após anos da abolição da escravidão, “com lei ou sem lei, a discriminação contra o negro permanece difusa, mas ativa” (NASCIMENTO, 1978, p. 82).

Ainda segundo Nascimento (1978, p. 83), a discriminação acontece de forma tão efetiva que os negros, mesmo onde constituem a maioria da população, existem como minoria econômica, cultural e política, a exemplo das condições de vida que a maior parte do povo negro vivencia, superexplorada no mercado de trabalho, ocupando cargos de subempregos, residentes de periferias, guetos, favelas, que muitas vezes carece do básico da infraestrutura e de serviços básicos.

De acordo com o exposto, Lélia Gonzalez (1982) faz uma reinterpretação do “lugar natural” de Aristóteles ao comparar com a realidade brasileira, salientando que desde a época colonial até os dias de hoje há uma evidente separação dos espaços físicos ocupados por grupos dominados e dominadores. Nesse sentido, o lugar que seria natural do homem branco é o de dominante, que ocupa moradias amplas em espaços nobres e protegidos por diferentes tipos de policiamento. O lugar natural do negro por sua vez, seria o oposto, indo das senzalas às favelas, cortiços, conjuntos habitacionais, sendo possível afirmar a existência de uma clara divisão racial do espaço.

Em suma, a posição que o negro assume mesmo posteriormente a abolição da escravidão, continua sendo de um lugar mal desejado, marginalizado, fora de uma inserção econômica, política, social, ou seja, situando-se numa posição rebaixada na sociedade, ocupando de forma majoritária, o lugar do desemprego e subempregos, das favelas, cortiços, sendo alvo de uma discriminação sistêmica e violenta que se ramifica através dos aparelhos repressivos do Estado, da ausência de oportunidades e de direitos, que tem como centralidade a raça. Como Nascimento (1978) destaca:

Se os negros vivem nas favelas porque não possuem meios para alugar ou comprar residência nas áreas habitáveis, por sua vez a falta de dinheiro resulta da discriminação no emprego. Se a falta de emprego é por causa de carência de preparo técnico e de instrução adequada, a falta desta aptidão se deve à ausência de recurso financeiro. Nesta teia o afro-brasileiro se vê tolhido de todos os lados, prisioneiro de um círculo vicioso de discriminação - no emprego, na escola- e trancadas as oportunidades que

permitiriam a ele melhorar suas condições de vida, sua moradia inclusive. Alegações de que esta estratificação é "não-racial" ou "puramente social e econômica" são slogans que se repetem e racionalizações basicamente racistas: pois a raça determina a posição social e econômica na sociedade brasileira. (NASCIMENTO, 1978, p. 85)

Aliada a discriminação sistêmica que o povo negro vivencia, pautada nas condições precárias de moradia, de inserção laboral, de baixa escolaridade, ainda há maiores ações de controle e repressão voltadas a esse grupo populacional, onde “a presença policial não é para proteger, mas para reprimir, violentar e amedrontar. É por aí que se entende que o outro lugar natural do negro seja dentro das prisões e dos hospícios” (GONZALEZ, 1982, p. 15).

Nesse sentido, pensando nesse “lugar natural” do negro denunciado pela Lélia Gonzalez ao fazer uma releitura de Aristóteles, o negro na sociedade racista brasileira possui uma imagem desfavorável, de um lugar indesejado, que prejudica também suas possibilidades de mobilidade social, conforme afirma Hasenbalg (1982).

Esta visão negativa do negro, pautada em uma estética racista é veiculada e transmitida através dos meios de comunicação em massa e está incorporada em um conjunto de representações e estereótipos discriminatórios, que reforçam e consubstanciam a violência simbólica contra o negro (HASENBALG, 1982). Tais imagens e estereótipos negativos do negro são pilares não apenas de uma violência simbólica, como também de uma violência física e de um maior controle e repressão policial.

Bem como Lélia assinalou de forma provocativa, “segundo a polícia, todo crioulo é marginal até que se prove o contrário”, dada a sistemática repressão policial que através do seu caráter racista tem como objetivo a imposição da submissão e do medo, ao passo que o discurso dominante justifica a atuação desse aparelho repressivo, falando em ordem e segurança social (GONZALEZ, 1982, p. 16).

Nesse sentido, o jovem negro, aliado ao imaginário social e a nossa formação social racista, classista e autoritária, é apresentado como perigo, risco, no qual a sociedade deve mover ações de controle, de repressão, de disciplinamento. Assim como Marques Junior (2020) afirma que a suspeição é sempre negra por princípio, tendo a culpa já instituída, colaborando para a “naturalização” do assassinato e prisões de pessoas negras.

Importa destacar, portanto, que as ações de controle, repressão e disciplinamento, executadas pelo Estado no tempo presente, não se configuram como ações isoladas, mas fazem parte da formação do Estado brasileiro desde o período do Império. Tendo em vista que a formação do Estado se deu com posturas e práticas, autoritárias, racistas e genocidas, partindo do entendimento de que genocídio é configurado como extermínio deliberado, parcial ou total de uma comunidade, grupo étnico, racial ou religioso, torna-se possível afirmar que “o

extermínio da população negra" no Brasil, bem como da população "indígena", é um fato histórico e permanente" (CARVALHO, 2016, p. 81).

Dessa forma, é importante compreender que a violência, o autoritarismo e o racismo vão se destacar como elementos estruturantes da sociedade brasileira, o que Marques Junior (2020, p. 367) chama de "marca de inauguração", visto que a violência e a expressão letal dessa violência são o seu registro de nascimento. Acrescenta-se ainda a superexploração da força de trabalho no período escravocrata e após a abolição com o trabalho assalariado. Além disso, tem a espoliação de terras indígenas, o saqueamento de riquezas, a dominação, a hierarquia, a subalternização de classes e raças, como características que vão se estabelecendo e se enraizando no Brasil ao longo dos anos.

Com o fim da escravidão e o início de uma produção para o mercado interno em um país de capitalismo tardio e periférico, a economia brasileira continua dependente, uma vez que o processo de formação do capitalismo no Brasil é marcado por particularidades próprias do desenvolvimento de países periféricos, que fogem ao "modelo universal" das revoluções burguesas nos países do centro do capitalismo (FERNANDES, 2006 apud DANTAS, 2019).

Desse modo, o Brasil, desde a sua colonização, foi se constituindo e reservado ao grupo populacional de brancos e ricos, sendo extremamente hierarquizada e com concentração de poder e riqueza nas mãos de poucos.

Como resultado desse processo, temos barreiras de acesso à educação e aos outros direitos sociais à maioria da população menos favorecida. Tais práticas tornam nítidas as disparidades sociais, econômicas e a cristalização de um país violento e desigual (BERNASKI; SOCHODOLAK, 2018).

Portanto, conforme Dantas (2019) destaca, que com as nítidas disparidades sociais existentes no país e com o autoritarismo praticado pelas elites e pelo Estado brasileiro, do período colonial até atualmente com a democracia burguesa, o Estado tem dado respostas violentas e autoritárias aos atos de resistência e levantes populares. Desse modo, a classe trabalhadora, pobre e, sobretudo periférica é frequentemente compreendida como um problema, como "classes perigosas".

O que se faz importante destacar é que a formação sócio-histórica do Brasil é constituída pela violência, autoritarismo, hierarquização, de modo que frequentemente o negro é subjugado, violentado e marginalizado. Fato ocorrido durante o período colonial com a escravidão e após com a superexploração do capitalismo dependente. É necessário compreender tais elementos para se ter clareza da questão étnico racial que ainda enfrentamos atualmente, sobretudo em relação aos jovens negros, que continuam sendo alvos das políticas de repressão

e extermínio. O Estado brasileiro ainda possui a violência como principal meio de política nos lugares ocupados majoritariamente pelos negros, nas favelas e periferias.

Apesar do permanente e histórico genocídio do povo negro desde o contexto colonial, forjou-se a ideia de que nem mesmo quando os negros morrem aos “milhões” em operações da polícia, não há comoção social (CARVALHO, 2016), havendo, portanto, naturalização da violência contra eles em decorrência da raça/etnia, um enquadramento que acaba por produzir grupos com mais ou menos valor.

Inseridos nesse contexto, estão os jovens negros que configuram o segmento mais atingido pela violência letal urbana, seja através da violência de Estado ou atingidos pelo tráfico de drogas. A juventude, entendida frequentemente como período de crise, instabilidade, momento de transgressão, sofre ainda maior controle e repressão quando estigmatizada pela etnia, classe e território de moradia.

De certa forma a “crise na juventude” costuma ser comumente naturalizada, deixando na sombra que a tensão se dá no momento do ingresso no mercado de trabalho, que é central na conquista da autonomia dos mais jovens. A competição por vagas no mercado de trabalho traz à tona uma série de questões que afetam diretamente e de modo distinto jovens de diferentes classes, gênero, raça/cor.

Os jovens de famílias empobrecidas são em maioria negros (pretos e pardos) que precisam se lançar ao mercado de trabalho para ajudar no orçamento familiar, começando a trabalhar na adolescência e até mesmo na infância. Deste modo, a tendência é para a reprodução das condições de pobreza pela redução das chances de ascensão social, em decorrência do déficit educacional que muitos apresentam pela dificuldade de conciliar trabalho e estudo.

A sociedade estruturada sobre o princípio do mérito e da competição no mercado de trabalho tem ciência da situação social destes jovens e, por isso mesmo, teme e não se incomoda com os excessos da polícia contra eles. Por outro lado, o funcionamento das “armas ideológicas” atuando na produção de subjetividades, que foram construídas no país ao longo dos séculos, sedimentaram a relação entre pobreza e criminalidade, que junto com ações e práticas excluem, estigmatizam a população pobre e, sobretudo negra, caracterizada como “classes perigosas” (COIMBRA, 2001).

Desse modo, ao longo dos anos e em determinados contextos históricos, econômicos e sociais, foi sendo reproduzida uma política higienista, classista e com diferentes dispositivos, que produzia “subjetividades nas quais o “emprego fixo” e uma “família organizada” tornam-se padrões de reconhecimento, aceitação, legitimação social e de direito à vida”. Portanto, como consequência, “fugir” desse “modelo padrão” implicaria em ingressar em uma cultura de

perigo, risco, "daqueles que devem ser olhados com desconfiança e, no mínimo, afastados e evitados" (COIMBRA, 2001, p. 131).

Esse afastamento da população excluída do mercado de trabalho é travado também na arquitetura das cidades, e com o movimento do próprio capital que ao valorizar determinados territórios em detrimento de outros, possibilita apenas que essa população empobrecida ocupe os territórios periféricos, os aglomerados urbanos, chamados de favelas. Locais estes que também sofrem com a sistêmica discriminação e marginalização.

As estratégias de ordenação dos espaços urbanos têm se caracterizado, portanto, pela segregação, exclusão e isolamento das classes subalternizadas, corroborando a crença de que com elas estão as doenças, os perigos, as ameaças, a violência. Isso motiva o ataque diretamente empreendido sobre o espaço onde a sociabilidade dessas classes consideradas perigosas viceja e se consolida: a rua. (COIMBRA, 2001, p. 100)

Ainda segundo Coimbra (2001), essa "marginalização impiedosa" sobre os "excluídos do trabalho" gera subjetividades que responsabilizam os desempregados pela sua condição, pobreza, e ainda cria associações a criminalidade, doenças, perigo e risco, aliadas a ideias de insegurança e medo. As "classes perigosas", portanto, são constituídas de jovens que não conseguiram se alocar ao mercado de trabalho cada vez mais excludente, jovens empobrecidos, moradores de territórios periféricos, favelas, e em sua maioria negros. A visão hegemônica construída ao longo dos anos considera tais jovens como sinal de perigo, alerta e dos quais os "cidadãos de bem" devem-se proteger e evitar.

Em conformidade com o exposto, de acordo com Almeida (2018), o capitalismo para além das condições objetivas para seu desenvolvimento, necessita de condições subjetivas "e esse processo, muitas vezes passa pela incorporação de preconceitos e de discriminação que serão atualizados para funcionar como modos de subjetivação..." (ALMEIDA, 2018, p. 132). Assim sendo, o racismo é funcional ao sistema capitalista, pois reforça a naturalização da discriminação e da exploração de grupos étnicos, tornando-os a força de trabalho mais precarizada:

O racismo de formas não propriamente econômicas, ajuda a legitimar a desigualdade, a alienação e a impotência necessárias para a estabilidade do sistema capitalista. O racismo faz com que a pobreza seja ideologicamente incorporada quase que como uma condição "biológica" de negros e indígenas, naturalizando a inserção no mercado de trabalho de grande parte das pessoas identificadas com estes grupos sociais com salários menores e condições de trabalho precárias. (ALMEIDA, 2018, p. 135)

Dessa forma, pode-se dizer que o racismo normaliza a superexploração do trabalho, com remuneração abaixo do valor necessário para a reposição da força de trabalho e maior exploração física do trabalhador, que pode ser exemplificado com o trabalhador (a) que não

consegue com o salário sustentar a própria família ou o faz com muita dificuldade, e isso independentemente do número de horas que trabalhe (ALMEIDA, 2018).

Os trabalhadores negros juntamente com a superexploração da força de trabalho se encontram em maior número nas periferias, onde o conceito de “cidadão” é relativo (MOURA, 1977), uma vez que são tratados com total ausência dos preceitos jurídicos que protegem os cidadãos e suas conquistas sociais. Para o autor, basta observar “o comportamento das instituições e órgãos repressores, membros de organismos de controle social e lideranças políticas tradicionais para concluirmos que, de fato, de cidadãos eles não têm quase nada” (MOURA, 1977, p. 23).

Os aglomerados marginalizados das grandes cidades destacam-se exatamente por isto: não há para os seus habitantes nenhuma garantia de segurança, isto sem destacarmos a falta de estabilidade nos empregos eventuais (pois quase sempre funcionam na faixa do sub-emprego). A violência é quase cotidianamente usada contra eles, através de razias noturnas do aparelho policial. Há falta de elementos de defesa dos membros dessas comunidades marginalizadas quase total. Muitas vezes registram-se “batidas” coletivas feitas pela polícia violentamente, invadindo domicílios. Comumente verifica-se o desaparecimento puro e simples de seus membros, muitos deles delinquentes, que são sumariamente eliminados pelos órgãos repressivos, os Esquadrões da Morte, sem que tenham a mínima possibilidade de invocar, muito menos aplicar, os seus direitos de cidadãos. (MOURA, 1977, p. 24)

Os efeitos destes processos de discriminação se manifestam nos corpos dos jovens, que são condicionados, disciplinados, explorados, em condição maior ou menor segundo a classe social, gênero, raça e território de moradia. Trata-se de um processo de discriminação sistêmica, cuja síntese é a destituição de direitos que acompanha um processo de aumento da repressão. Neste sentido, a juventude não se resume apenas a uma representação social, seja ela homogênea ou plural, mas remete a um grupo social, alvo de ações objetivas. Ações estas voltadas especialmente aos corpos negros nas regiões de maior concentração da população negra.

Há de se salientar que o genocídio presenciado atualmente da juventude negra está associado de forma direta à formação sócio-histórica do Brasil, fazendo parte da sua constituição no processo de colonização, na invasão das terras e extermínio indígena, no sequestro e morte de milhões de africanos escravizados, na morte da terra, através dos ciclos da monocultura, e da morte de rios e lagos para o progresso (MARQUES JUNIOR, 2020). Tal processo de violência e extermínio que fez parte da nossa formação e constituição enquanto país ainda não foi superado e é visível até o tempo presente de diversas maneiras.

Não nos desvencilhamos das imagens de negros em troncos sendo açoitados e mortos, aliás, vemos essa imagem sem muitas críticas até hoje, em alguns livros didáticos e

novelas, ainda não foi possível quebrar as estruturas dessa sociedade com suficiente força, para revertermos o lugar da trilogia dominação-exploração-morte. [...] mas as raízes desse processo são históricas, sociais e profundamente arraigadas nas relações sociais brasileiras. (MARQUES JUNIOR, 2020, p. 371)

Portanto, compreender a formação sócio histórica brasileira se faz necessário para compreendermos o “lugar” do negro na sociedade atual, que ainda permanece como grupo social alvo de maior repressão, com poucas oportunidades no mundo do trabalho, com baixa escolaridade e ainda como vítima do genocídio permanente efetuado tanto pelo Estado, como promovido pela organização do tráfico de drogas, que recruta cada vez mais jovens e aumenta a perspectiva de descartabilidade das vidas negras.

1.3 Juventude como problema criminal: a questão da “guerra às drogas”

A transição do modelo colonial escravista para o início do capitalismo, é pautada e constituída através da realidade social de violência e autoritarismo que existiu no Brasil. De acordo com Batista (2003), o processo de modernização do Brasil se dá “pelo alto”, de forma conservadora, não havendo uma destituição da elite agrária e permanecendo a “despersonalização legal” das massas negras e pobres, ainda sem o entendimento de sujeitos. “A urbanização do Rio de Janeiro (e do Brasil) é o retrato fiel de sua visão de cidadania: a exclusão permanente das classes subalternas” (BATISTA, 2003, p. 40).

Essa massa de pessoas pobres, negras, desempregadas e urbanas, constituídas sobretudo por ex-escravos, torna-se uma massa que passa a sofrer maior controle social por parte do Estado. Onde na transição para o capitalismo, o direito penal é orientado diretamente a esses setores populares, a fim de combater os delitos contra a propriedade, uma vez que do ponto de vista das elites brasileiras, essa massa urbana de trabalhadores negros, residentes em sua maioria em morros e quilombos, se constituem em contingentes perigosos, reivindicando mais mecanismo de controle social (BATISTA, 2003).

Como elencado no item anterior, que após o período escravocrata o Brasil não forneceu nenhuma medida ou política pública de integração do ex-escravo à sociedade, como empregos, moradia, entre outros elementos necessários a vivência em sociedade, a maior parte dos ex-escravos tornaram-se desempregados, moradores de regiões desvalorizadas, em que paralela a construção da ordem burguesa, destinou-se o controle social a esse segmento, baseando em modelos racistas. Nesse sentido, a ideologia do trabalho assume uma importante característica

em que divide os trabalhadores como pessoas honestas e os não trabalhadores como pessoas perigosas:

A ideologia do trabalho neste processo de ideologização, desempenha uma função importante nos discursos jurídicos. "Assim, o trabalho está, dentro deste processo de ideologização, relacionado à honestidade, bem-estar dignidade, sendo que seu oposto, a ociosidade, relaciona-se a afrontamento, corrupção, depravação, suspeita". Pode-se imaginar que estereótipo se armava para o contingente de ex-escravos sem perspectiva de inserção no mercado de trabalho, desqualificados pela: condições de miséria e opressão da ordem escravocrata. (BATISTA, 2003, p. 59)

Desse modo, esse maior controle social é efetuado na prática através do punitivismo, com o encarceramento em massa e genocídio – funcional aos objetivos colonialistas que permanece subalternizando e exterminando os pobres e negros. Como analisa Batista (2003, p. 55), em nossa região [América Latina], o sistema penal adquire características genocidas de contenção, diferentes das características "disciplinadoras" dos países centrais.

A morte e o encarceramento de negros, pobres e majoritariamente jovens, acaba se constituindo enquanto uma política de controle social no Brasil, dado os alarmantes números de homicídios que atingem os jovens negros - principais vítimas da ação letal da polícia e o perfil predominante da população prisional. O Estado que ao não promover uma política de proteção social, baseada na educação, geração de emprego e renda, segurança, saúde, promove uma política de controle baseada na morte e no encarceramento, que se efetiva de forma ainda mais acentuada durante as políticas neoliberais.

O enfraquecimento do Estado com o colapso das políticas públicas, o aumento da desocupação e do subemprego, o rebaixamento dos salários e da renda per capita, enfim, todo este quadro neoliberal afeta principalmente as classes urbanas marginalizadas, aumentando os níveis de pobreza absoluta. "Desta nova marginalização nutre-se, para sua reprodução de clientela, o sistema penal latino-americano, selecionando prisioneiros ou fuzilados sem processo". (BATISTA, 2003, p. 55)

Os “fuzilados sem processo” são os sujeitos mortos que não tiveram ao menos a chance de serem julgados através do processo legal, que inclusive, não prevê a pena de morte constitucionalmente, mas, no entanto, acaba sendo naturalizada devido ao alto número de mortes que se dá através da “superpresença” da segurança pública, como aponta Marques Junior (2020). Tal fato acontece de forma frequente nos territórios periféricos, de favelas, em que a segurança pública realiza mais operações e confrontos policiais em detrimento de uma maior proteção social em nome da retórica guerra contra as drogas.

Assim, ao invés de ser alvo da proteção do Estado, esses lugares representam por um lado a ausência do Estado no campo da garantia dos direitos, inclusive aqueles garantidos constitucionalmente, por outro, uma superpresença do Estado, pela via da chamada segurança pública, que de modo geral ao invés de buscar garantir a chamada

segurança que aqui poderia ser traduzida como a garantia de não morrer de forma violenta, é ao contrário uma das maiores responsáveis pela morte daqueles que vivem nesses territórios. (MARQUES JUNIOR, 2020, p. 368)

Os territórios periféricos e de favelas são os mais acometidos por operações policiais violentas, baseada no entendimento de serem locais em que “reside o crime e o criminoso”, a retórica guerra contra as drogas, o tráfico e o crime organizado é utilizado como justificativa para toda e qualquer ação, desejando a eliminação do “inimigo comum”.

Nesse sentido, com o entendimento em comum de que nos territórios periféricos reside o crime, o tráfico e é a residência de bandidos, justifica-se o “fuzilamento sem processo” de diversos jovens, em sua maioria negros, sem que haja uma comoção social ou até mesmo questionamentos sobre essas operações e execuções, uma vez que é amplamente difundida a ideia punitiva, autoritária e racista, de que eliminando esses jovens, estariam assim eliminando o crime e o tráfico.

O processo de disseminação do medo, da sensação de insegurança, amplamente propagandeada pelos veículos de comunicação, frente a um Estado ineficaz, acaba por provocar desesperança nas massas que cada vez mais anseiam por controle com base na força, linchamento, dando lugar a exclusão social e a demonização dos territórios de favelas e periféricos bem como os sujeitos que nele residem. Assim como afirma Batista (2003, p. 35-36):

Os objetos do processo de demonização são desumanizados: a eles não se aplicam os direitos à vida, à justiça, muito menos à cultura, à educação. E o pior é que o imaginário os vê por toda parte, organizados em poderosos comandos, inexpugnáveis e indestrutíveis se não forem combatidos ao estilo de uma verdadeira guerra, digamos, uma cruzada.

Desse modo, juntamente com a formação sócio histórica brasileira, que é violenta, racista e autoritária, os negros (principalmente os jovens), excluídos cada vez mais do mercado de trabalho formal, é estigmatizado, marginalizado e acaba sofrendo com maior controle social, aliados a estereótipos do que seria a figura do bandido. Como Batista (2003, p. 36) afirma: “O estereótipo do bandido vai-se consumando na figura de um jovem negro, funkeiro, morador de favela, próximo do tráfico de drogas, vestido com tênis, boné, cordões, portador de algum sinal de orgulho ou de poder e de nenhum sinal de resignação ao desolador cenário de miséria e fome que o circunda”. E nesse cenário de estigma, a existência e presença desses jovens já se apresenta como sinal de medo, perigo.

Importante destacar para além dos estigmas e estereótipos criados, a situação dos jovens do mercado de trabalho formal tornou-se em decorrência do processo de reestruturação

produtiva que acabou por fragmentar cada vez mais a classe trabalhadora, precarizando postos e vínculos de trabalho, além de aumentar o desemprego.

De acordo com Antunes e Alves (2004), a crise do capital nos anos de 1980 provocou uma mudança que resultou na reestruturação produtiva e na mundialização do capital, tendo como resultado o aumento no investimento em tecnologia e inovação, provocando o aumento do trabalho imaterial (com a indústria robótica e inteligência artificial), desenvolvido pelas máquinas, robôs, inteligência artificial, reduzindo com isso a contratação da força de trabalho de homens e mulheres.

Com o crescente aumento do trabalho imaterial, ocorre ainda a flexibilização do trabalho, gerando também a flexibilização dos direitos trabalhistas, a precarização dos vínculos e das condições de trabalho, informalização e a terceirização dos serviços – horistas, part-time, subcontratados, etc; além dos enormes índices de desemprego. Nesse cenário, os jovens estão sendo cada vez mais excluídos do mercado formal de trabalho, devido ao desemprego industrial. Por conseguinte, amplia-se a quantidade de contratos de trabalho precários e de trabalho na informalidade. Paralelamente há a exclusão de adultos com idade próxima ou superior a 40 anos, que são considerados “idosos” para o capital (ANTUNES; ALVES, 2004).

Aliado a esse aumento do desemprego estrutural que exclui os jovens do mercado de trabalho, na história do Brasil não houve universalização das políticas públicas de proteção social aos jovens, sendo eles frequentemente associados ao “desvio” e só havendo ações estatais visando o controle deste segmento. Em 1927 foi criado o primeiro Código de Menores que não tinha como objetivo tratar ou criar políticas para todas as crianças ou jovens, mas apenas para os abandonados e delinquentes. Em 1979, foi promulgado outro Código de Menor elaborado para aqueles considerados em situação irregular. Ou seja, a legislação para o menor fez com que apenas aqueles que deveriam ser assistidos ou punidos, se tornassem “menores” tutelados pelo Estado. Desse modo, o termo “menor” passou a identificar crianças e adolescentes pobres que deveriam ser tutelados.

De acordo com Batista (2003) fica claro que os processos do trabalho do juizado era analisar jovens negros e pobres acusados de crimes contra a propriedade, sendo a maioria esmagadora dos casos referentes a meninos pobres, já que as elites resolviam seus casos em outras instâncias, informais e não segregadoras, o que demonstra uma clara diferença do tratamento no controle que era destinado aos jovens pobres e aos ricos.

Dessa forma, ao longo da história, as políticas públicas de proteção voltadas para a juventude foram focalizadas e insuficientes, reforçando a ideia dos jovens como risco social, enfatizando a necessidade de sua inserção no mercado de trabalho formal – cada vez mais

excludente após as transformações no mundo do trabalho e a reestruturação produtiva. Nesse sentido, o jovem excluído do mercado de trabalho formal, também não possui apoio ou o alicerce de políticas públicas e sociais que possam promover maior segurança para o seu pleno desenvolvimento e construção de projetos de vida. Desse modo, a juventude, sobretudo pobre, sofre prejuízos com a falta de oportunidades e perspectivas.

Por sua vez, se por um lado, as políticas de proteção são consideradas rasas e ineficientes, a política de segurança pública tem o jovem como alvo de suas operações. Essas tendências têm se afirmado com o avanço das medidas neoliberais no país. Segundo Batista (2015), o neoliberalismo volta a trazer a juventude para o centro das atenções criminológicas.

O fim das ilusões do pleno emprego keynesiano, a descartabilidade da mão-de-obra e a supremacia da ideologia do mercado reconfiguraram a visão da juventude como problema. A destruição das políticas públicas, a falta de perspectiva de trabalho em contraste com a energia juvenil fizeram com que grandes contingentes de crianças e adolescentes passassem a ser “tratados” pela lógica penal. As estratégias de sobrevivência e também a cultura das periferias passam por um gigantesco processo de criminalização que pode ser observado pelo crescimento sem precedentes do encarceramento. (BATISTA, 2015, p. 9)

Esse cenário de criminalização e encarceramento da juventude ocorre especialmente após os anos 1980 com a chegada da cocaína e o aumento expressivo do tráfico de drogas. O mercado informal de drogas ganha maior relevância, pois lhe é atribuída a causa principal do aumento da violência nas grandes metrópoles.

Para Batista (2015), a política criminal de drogas forja uma nova guerra e um novo inimigo comum: a ponta pobre do mercado varejista. O tráfico, visto muitas vezes como estratégia de sobrevivência nesse contexto de ausência de perspectivas, começa a ocupar as periferias, favelas e campos com a comercialização das substâncias ilícitas. Esta economia proibicionista gerou uma criminalização não antes vista na história do sistema penal. No panorama mundial foi um grande vetor da maior onda de encarceramento do ocidente. Desse modo, “a droga se converteu no grande eixo moral, religioso, político e ético da reconstrução do inimigo interno, alavancando o crescente aumento da população encarcerada, como sempre seletivamente composta por pobres, jovens e afro-descendentes” (BATISTA, 2015, p. 2).

O tráfico de drogas e armas é a dinâmica criminal que mais cresce nas regiões metropolitanas brasileiras (SOARES, 2019), articulando ainda como rede do crime organizado, tiranizando comunidades empobrecidas e recrutando jovens. As drogas financiam as armas e as armas intensificam a violência. Segundo Soares, “tal matriz da criminalidade tem assumido uma característica peculiar ao infiltrar-se e disseminar-se como estilo cultural e meio econômico de vida, com mercado próprio e promissor” (SOARES, 2019, p. 248).

O tráfico de drogas nas grandes metrópoles se intensificou após a chegada da cocaína, quando a disseminação do seu uso trouxe como contrapartida a especialização da mão de obra das comunidades periféricas na venda ilegal da mercadoria. Aumentou então nas delegacias e nos juizados de menores as infrações relacionadas à posse, consumo e venda da droga. Entretanto, para os jovens de classe média se aplicava o tratamento médico, enquanto que para os jovens pobres a criminalização e o estereótipo criminal. Desse modo, foram sendo forjados discursos políticos da droga como ameaça social à ordem, justificando maiores investimentos no controle social contra esse inimigo (BATISTA, 2003).

Desse modo, o controle sobre a classe trabalhadora vai se tornando bélico em substituição às outras formas de controle. A intenção da massificação ou da universalização da política vai sendo abandonada. O domínio sobre a classe trabalhadora empobrecida acentua o estigma, em decorrência da desigualdade estrutural (SIERRA; FREIRE, 2021, p.173).

No entanto, é importante ressaltar que de acordo com Feffermann (2006), o tráfico de drogas está inserido na sociedade em que o modo de produção estabelece relações sociais e econômicas. Desse modo, deve-se pensar nas suas condições de existência e na totalidade social. Feffermann (2006) acredita que as mudanças no mundo do trabalho e o crescente índice de desemprego que atingiram a população constituíram um processo propício para o crime organizado, deixando mais tênue o limiar do legal e o ilegal.

Nesse sentido, o tráfico de drogas e os jovens traficantes também estão inseridos na sociedade capitalista, que tem como uma de suas formas de sociabilidade o consumo. Eles não se constituem numa ameaça à ordem, pois buscam elementos que lhe conferem legitimidade, como o poder, astúcia, mulher, lucro, arma, carro, entre outros.

As relações existentes no tráfico de drogas também visam o lucro e a manutenção do poder vigente. Esses jovens no tráfico, homogeneizados pela indústria cultural, buscam, pela aquisição de bens, o reconhecimento e a valorização social. Respondem à promessa constante da indústria cultural, na qual o consumo materializa o poder e desta forma, correspondem à expectativa da sociedade atual. (FEFFERMANN, 2006, p. 33)

Para os jovens pobres, periféricos que muitas vezes convivem com a realidade do tráfico de drogas desde a infância, o tráfico aparece como uma possibilidade de trabalho e consumo. No entanto, nas engrenagens da organização do tráfico, esses jovens são ora indispensáveis – para realizar o trabalho de venda e ora descartáveis, tendo como punição de alguma regra descumprida, a morte.

Segundo Feffermann (2006), constatou-se que o tráfico de drogas faz parte da vida de grande parcela da população das periferias da cidade de São Paulo e a morte é uma de suas

principais consequências. “A realidade destes jovens mostra toda a violência incrustada na economia ilegal do tráfico. Na periferia da cidade, da economia e do tráfico, os jovens sofrem e são coadjuvantes dessa violência, de forma cruel e avassaladora.” (FEFFERMANN, 2006, p. 32).

A realidade presente nas vidas desses jovens recrutados pelo tráfico de drogas é da violência, da falta de infraestrutura, de serviços básicos, de saúde, educação, lazer, segurança, proteção social e a forte presença da repressão, autoritarismo. Estes jovens, portanto, fazem parte do exército industrial de reserva, à disposição do mercado e das necessidades de expansão do capital – lícitas e ilícitas. E é nesse sentido que Feffermann (2006) afirma que o futuro desses jovens não é incerto, pois muitos sabem dos riscos que correm inseridos na dinâmica do tráfico, o da morte (pela polícia e traficantes) ou a prisão.

Nesse contexto de menor presença do Estado em termos de serviços públicos, empregos, proteção social nas periferias e favelas - territórios historicamente mais empobrecidos e desvalorizados pela lógica do capital, em contraponto a uma maior presença da repressão, autoritarismo, o comércio ilegal de drogas cresce e recruta cada vez mais jovens, aumentando a perspectiva de descartabilidade das suas vidas, seja através da força policial ou do tráfico.

Segundo Batista (2015), o enfraquecimento do Estado, o aumento do desemprego, durante o período neoliberal serviram para fortalecer e aprimorar os mecanismos de controle social, junto ao processo de demonização do tráfico de drogas, que aprofundou o caráter de violador de direitos com o alto número de mortos na “guerra contra as drogas”. Neste contexto, “a violência policial é imediatamente legitimada se a vítima é convertida em suposto traficante” (BATISTA, 2015, p. 4).

Inicia-se então, juntamente a política de controle social, a chamada guerra às drogas, que se apresentava na grande mídia como a inimiga interna, presente nas periferias e favelas, que pode ameaçar a ordem social e instaurar o caos. Cria-se mecanismos de coerção, enfrentamento com grande poder bélico para ser utilizado na apreensão das drogas e armas e prisão dos traficantes.

A política de “guerra às drogas” passa a atuar dominada por uma lógica bélica crescente atuando nos territórios periféricos e favelas, violando direitos dos moradores, pautando na repressão, na violência, autoritarismo, difundindo o sentimento de medo e insegurança. Entretanto, a política ostensiva da “guerra às drogas” não contribuiu para diminuir ou controlar o consumo e a venda de drogas. Batista (2015) analisa o fracasso dessa política:

Ao analisar a história dessa política criminal com derramamento de sangue no Brasil, nos damos conta de algo velado. Em mais de quarenta anos de guerra contra as drogas

percebemos o colossal fracasso de seus objetivos: aumentou a produção, a comercialização e o consumo de forma constante, cresceu a corrupção entre as forças de combate e observamos dados impressionantes de mortos e feridos pela guerra em si. (BATISTA, 2015, p. 2)

Os números chocantes e alarmantes de mortos dessa guerra evidenciam o seu fracasso, sobretudo de jovens – negros, pobres e periféricos, que correspondem o principal segmento vitimado pela violência letal urbana, seja ela produzida pelo Estado, pelo tráfico ou milícias. No entanto, apesar do elevado número de mortes e encarceramento, a política contra as drogas continua se pautando e atuando pelo lado mais fraco da grande engrenagem do tráfico de drogas e de armas.

Importante destacar que esse mercado ilícito é internacional e concentra grandes investimentos no sistema penal, na indústria bélica, e propicia argumentos para uma política permanente de genocídio e violação dos direitos humanos, sejam eles jovens negros e pobres das favelas do Rio de Janeiro, sejam camponeses colombianos, sejam imigrantes indesejáveis no Hemisfério Norte (BATISTA, 2015, p. 4).

O controle social e penal é dirigido de forma predominante aos setores mais pobres da população e é feito com o máximo de arbitrariedade, onde tem como marco o genocídio (BATISTA, 2015). Desse modo, o genocídio que acomete o povo negro continua permanente, através das agências de controle do Estado e do tráfico de drogas que atuam em uma guerra falida, mas que ainda gera lucros.

2 DESIGUALDADES SOCIOTERRITORIAIS, NEOLIBERALISMO E VIOLÊNCIA CONTRA A JUVENTUDE NEGRA

Este capítulo tem como objetivo analisar como o território se constitui em um importante eixo para análise da violência e da desigualdade enfrentada em maior parte pela juventude negra. Nesse sentido, o território será abordado a partir dos autores Milton Santos (1999, 2002, 2006) e Vale, Saquet e Vale (2005) para o entendimento da produção do espaço urbano na sociedade capitalista. Tendo em vista que o lugar é afetado pelas mudanças estruturais que incidem na sociabilidade, na qual os jovens participam, o território torna-se também um espaço de controle social e, portanto, de intervenção e repressão do Estado, assim como de disputas e resistências.

2.1 Capitalismo e Território: a produção das contradições sociais no espaço do cotidiano

O conceito de território, usado no âmbito da geografia, tem sido cada vez mais apropriado também por outras áreas do conhecimento, como é o caso das ciências sociais, a fim de pensar e compreender melhor os diferentes objetos de estudo e pesquisa. A perspectiva da geografia crítica foi desenvolvida a partir do materialismo histórico e dialético na década de 1970, tendo sido gestada no contexto de crise urbana e das múltiplas lutas sociais que eclodiram nos anos 1960. Essa corrente surgiu como reação à crescente hegemonia da nova geografia teórica de cunho neopositivista, cujo foco no estudo descritivo e sistêmico dos padrões espaciais impedia o entendimento dos processos socioeconômicos e ideológicos subjacentes (BOSCO FILHO, 2013, p. 41).

Um dos autores dessa corrente foi Milton Santos, que segundo Saquet e Silva (2008), teve participação efetiva e ativa por cerca de 30 anos como pioneiro e renovador, pensando a relação tempo-espaço como materialidade central da dialética sócio-espacial, sendo um autor central na renovação e no fortalecimento da geografia no Brasil, explicando a realidade e suas transformações. Na sua abordagem, o território é o seu ponto de partida para a compreensão dos processos sociais desenvolvidos na sociedade capitalista. De acordo com Milton Santos “o território é o lugar em que desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas, isto é, onde a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações da sua existência” (SANTOS, 2002, p. 13).

Desse modo, o território deve ser entendido como espaço concreto em que se realizam as relações sociais, portanto, *território usado*, ou seja, apropriado pelos sujeitos.

O território não é apenas o conjunto dos sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas; o território tem que ser entendido como o *território usado*, não o território em si. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho. O lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida. O território em si não é uma categoria de análise em disciplinas históricas, como a geografia. É o território usado que é uma categoria de análise. Aliás, a própria ideia de nação, e depois a ideia de Estado nacional, decorrem dessa relação tornada profunda, porque um faz o outro, à maneira daquela celebre frase de Winston Churchill: “Primeiro fazemos nossas casas, depois nossas casas nos fazem”. Assim é o território que ajuda a fabricar a nação, para que a nação depois o afeiçoe. (SANTOS, 2002, p. 14)

Milton Santos (1999) destaca a importância de considerar o conteúdo social dos territórios, – o dinamismo socioterritorial, socioespacial, essas formas-conteúdo que têm a ver com a existência. Desse modo, a ideia de território usado seria mais adequada a noção de um território em mudança, de um território em processo, uma vez que o território também se constitui enquanto campo de forças, lugar do exercício, de dialéticas e contradições entre o vertical e o horizontal, entre o Estado e o mercado, entre o uso econômico e o uso social dos recursos.

Segundo Santos (1999), a categoria de análise é o território usado, tendo em vista que quando uma empresa, instituição ou grupo, por exemplo, age sobre uma fração do território, em um determinado momento, não há como desconsiderar o que ali já existe, não apenas “coisas”, mas também as pessoas e suas relações.

Portanto, a partir desse ponto de vista, deve-se levar em conta a interdependência e a inseparabilidade entre a materialidade, que inclui a natureza, e o seu uso, a ação humana, isto é, o trabalho e a política. Dessa maneira, defrontamo-nos com o território vivo, vivendo (SANTOS; SILVEIRA, 2006, p. 247).

Assim sendo, o território é um elemento vivo, histórico, atravessado por relações sociais e de poder, sendo as configurações territoriais um conjunto de sistemas naturais herdados por uma determinada sociedade, acrescido dos objetos técnicos e culturais, bem como as ações realizadas sobre elas.

As configurações territoriais são apenas condições. Sua atualidade, isto é, sua significação real, advém das ações realizadas sobre elas. É desse modo que se pode dizer que o espaço é sempre histórico. Sua historicidade deriva da conjunção entre as características da materialidade territorial e as características das ações. (SANTOS; SILVEIRA, 2006, p. 248)

A partir desse entendimento, pode-se afirmar que o território é o espaço concreto, apropriado e usado pelos seres humanos e que, portanto, constituído por relações sociais moldadas por elementos culturais, históricos, políticos, sendo também influenciadas pela própria natureza e as ações realizadas sobre ela.

Por outro lado, de acordo com Santos (2006, p. 19), a territorialidade é tida como sinônimo de pertencer, sentimento que se estende também aos animais, e prescinde da existência de Estado. A ideia de territorialidade é tida como sinônimo de área de vivência e reprodução, mas a territorialidade humana pressupõe também a preocupação com o destino, a construção do futuro, o que, entre os seres vivos, é privilégio do ser humano.

Nesse sentido, a territorialidade está atrelada ao sentimento de pertencimento, de ocupação que os seres humanos e animais têm em relação com aquele espaço. No entanto, conforme aponta Santos (2006), os humanos possuem preocupações particulares com o futuro, ocupação e apropriação do território, podendo pensar e planejar seu uso.

Tendo em vista que o território é concreto e se constitui como produto histórico, fruto das relações humanas que o constituem e modelam, é preciso se ater aos contextos históricos, políticos, econômicos e culturais para a melhor compreensão de um dado local e suas expressões. O território como um produto histórico é estudado considerando o constante movimento, possuindo contradições, mudanças, sendo necessário entender o seu movimento dialético, “entre os elementos que constituem o território, internos e externos ao homem, naturais e sociais” (VALE; SAQUET; SANTOS, 2005, p. 14).

Desse modo, os territórios são atravessados e se constituem também pelas relações sociais. Conforme afirma Carlos (2002):

Visto que as relações sociais, a vida cotidiana, se materializam enquanto relações espaciais num espaço/tempo passível de ser apropriado, vivido, representado. Enquanto modo de uso, o espaço varia ao longo do tempo determinando e sendo determinado pela realização da vida social no território - assim revelando, em suas transformações, modificações importantes na sociedade. (CARLOS, 2002, p. 170)

Desse modo, também dentro das ciências sociais, o território é entendido a partir das relações sociais expressas nas formas do poder político, cultural e econômico, como definem os autores Vale, Saquet e Santos:

Na dimensão econômica, sucintamente, o território é discutido como produto da divisão territorial do trabalho; na dimensão política ou jurídico-política, compreende-se o território como um espaço delimitado e controlado, no qual se exerce um poder, na maioria das vezes, relacionado ao Estado e, na cultural ou simbólico-cultural, o território é visto como um produto de apropriação/valorização simbólica. (VALE; SAQUET; VALE; 2005, p. 13-14)

Dessa forma, o território possui importantes elementos formados por questões políticas, econômicas e culturais, estando submetido às relações de poder e dominação definidas em dadas temporalidades, e, portanto, construídas socialmente.

A dimensão cultural do território está pautada sobretudo nas relações simbólicas estabelecidas, que constituem referências para a construção de identidades, que expressam a relação com a cultura. O território consiste num espaço que agrupa seres sociais que ao viverem e compartilharem da mesma paisagem, atividades cotidianas, cultura, dividem representações afetivas, que formam uma unidade (VALE; SAQUET; VALE, 2005).

Em síntese, o território se constitui como um espaço de apropriações culturais, identitárias, que também representam questões afetivas. A dimensão cultural do território de algumas cidades ou Estados nos remete quase de forma instantânea às representações daquele espaço, seja na música, na comida, no esporte, nas vestimentas. Um exemplo é a cidade do Rio de Janeiro tão retratada em filmes, curtas metragens, músicas, como a cidade do carnaval, samba, lugar boêmio, com praias, a figura do malandro; ou o Estado da Bahia que nos remete a cultura do axé, religiões de matrizes africanas, o acarajé como comida tradicional, entre outros elementos. Essas características refletem as simbologias que constituem o território a partir da apropriação dos sujeitos nesses espaços construindo as identidades culturais.

Em relação à dimensão econômica do território, os autores sinalizam que “mostra-se a dominação, a difusão tecnológica, redes de circulação e comunicação, enfim, as condições históricas, territoriais, do desenvolvimento econômico e do papel do Estado, apreendendo elementos e aspectos da relação espaço-tempo” (VALE; SAQUET; SANTOS, 2005, p. 15).

Ainda no âmbito econômico, ocorre a divisão territorial do trabalho, que segundo Santos (2006), cria uma hierarquia entre lugares e redefine a capacidade de agir das pessoas, das firmas e das instituições, uma vez que se constitui como base material da vida em sociedade.

A ocupação econômica do território ainda é indispensável para compreender o povoamento, o movimento dos homens, capitais, produtos, mercadorias, serviços, que acontece de forma predominante nos espaços urbanos.

Com a instalação de um número cada vez maior de pessoas em um número cada vez menor de lugares, a urbanização significa ao mesmo tempo uma maior divisão do trabalho e uma imobilização relativa e é, também, um resultado da fluidez aumentada do território. (SANTOS; SILVEIRA, 2006, p. 21)

Desse modo, o mercado contribui para mudanças concretas no território, produzindo uma distribuição, uso e demandas próprias, devendo considerar os conflitos de classe e interesses que são efetivados e realizados nesses territórios, capazes de mudar a dinâmica, paisagem e movimento dos sujeitos que nele habitam.

É nesse sentido que Milton Santos e Maria Silveira (2006) colocam que o território é o melhor indicador para crise, através da instabilidade, ingovernabilidade. Pois no âmbito

econômico, pensando as empresas, a competitividade e a busca pela mais-valia, que exige uma adaptabilidade permanente das empresas, aumentando a instabilidade do território. Tendo em vista tal fato, o autor ressalta que a noção de poder não pode ser estudada somente a partir do Estado, uma vez que o maior poder sobre o território deixa de ser do Estado e passa a ser das grandes empresas. A gestão e regulação do território passam a ser cada vez mais exercidas pelas instâncias econômicas.

Para tanto, é importante ressaltar a dimensão política do território, que está diretamente atrelada ao papel do Estado dentro desse processo, que possui uma clara definição das relações de poder e da correlação de forças. A racionalização do espaço geográfico impõe mudanças no território, modificando a sua paisagem, produzindo contradições manifestas nas diversas formas de relacionamentos no espaço público e no privado, fazendo emergir as expressões da questão social. Portanto, se o território é estratégico para a acumulação e expansão do capital, também se constitui num espaço de contradições submetidas à administração do Estado. Dessa forma, o território tem o sentido econômico, visto que é ajustado para melhor atender ao objetivo da acumulação, mas também é um espaço de intervenção e de controle social.

No território, o Estado desempenha funções de suporte a empresas, garantindo a infraestrutura e transporte, efetuando o controle da força de trabalho, entre outros elementos. No território, o Estado exerce o seu poder de vigilância, seja na forma de policiamento, seja através das tecnologias (câmeras, drones etc), seja mediante as instituições das políticas sociais, como a escola, as unidades de saúde, as instituições da assistência social. O controle no território pode ser mais ou menos institucionalizado, conforme a predominância da ingerência das instituições formais ou informais. Em grande parte, as diferenças nos territórios urbanos se convertem em desigualdades sociais em razão do acesso e da qualidade dos serviços disponíveis à população em determinado território.

Portanto, o território deve ser entendido a partir dos seus elementos contraditórios, dialéticos, fator geográfico na apropriação e organização da sociedade capitalista e na estruturação do poder, o que causa influência de forma direta na sociabilidade, no acesso a direitos e em uma maior incidência da violência em espaços estratégicos. Além do seu uso e apropriação pelo capitalismo e neoliberalismo, que evidenciam as desigualdades socioterritoriais.

O território é constituído e apropriado pelo sistema capitalista e se modifica ao longo da história de acordo com as relações de poder existentes e ao movimento do capital. Assim sendo, o território possui dimensão econômica e política atrelada de forma direta ao movimento do capital, que prioriza determinados territórios em detrimento de outros.

Segundo Carlos (2007) constata-se hoje grandes transformações no processo produtivo em função do desenvolvimento de novas tecnologias que produzem transformações incessantemente na organização do trabalho e da produção, fato que produz uma nova articulação espacial. Tal fato faz com que o capital migre constantemente em função das suas necessidades de reprodução, ou seja, pela busca de novas vantagens locais, que conseqüentemente gera uma nova redistribuição espacial da atividade e do emprego.

Essa busca do capital a maiores vantagens locais, gera por consequência territórios valorizados e territórios desvalorizados e empobrecidos, tornando nítida a clara segregação do espaço urbano e as disparidades das regiões centrais em comparação às regiões periféricas, também conhecidas como favelas/comunidades. Entretanto, segundo Davis (2006, p. 197 apud DUARTE, 2018, p. 62), as favelas são comumente entendidas como expressões de um “mau governo, e não resultado da globalização e desigualdade de renda”.

Como já sabido, vivemos em uma sociedade com sistema econômico capitalista, que tem no seu cerne a contradição e instabilidade, visto suas variações de acordo com o período histórico e local. O capitalismo tem como objetivo a acumulação de riquezas e lucro, pautados na propriedade privada. Desse modo, na sociedade contemporânea, a busca pelo lucro e acumulação também tem como consequência direta as mudanças nos espaços urbanos, na arquitetura e na geografia das cidades, que são “divididas” em áreas mais valorizadas, nobres e nas áreas desvalorizadas pelo capital, que conseqüentemente são mais empobrecidas.

As nítidas disparidades existentes intrínsecas da sociedade capitalista podem ser vistas empiricamente nas ruas das grandes metrópoles, através do alto número de trabalhadores precarizados, pessoas em situação de rua, em contraste a grandes prédios luxuosos em torno de uma boa infraestrutura urbana, saneamento básico, entre outros elementos. Tais disparidades são ainda mais evidentes na sociedade brasileira, periferia do capital, em que o capitalismo junto ao processo de urbanização produz e reforça as desigualdades sociais.

Dessa forma, é importante ressaltar que o capital por si só é também produtor da miséria, pobreza e se beneficia dessa condição de empobrecimento dos sujeitos através da superexploração da força de trabalho e com a reprodução desse sistema, que ao passo que promove violência e miséria para uns, garante o privilégio para as elites e a classe burguesa (COIMBRA, 2001). Assim sendo, apesar das cidades parecerem “divididas” ou “repartidas” entre as áreas nobres e as áreas empobrecidas, elas fazem parte do mesmo conjunto articulado, necessário a reprodução do capital:

Com isso, reproduz-se a existência de duas cidades em qualquer centro urbano: as “zonas nobres” e os “territórios de pobreza”. Essa construção dicotômica das cidades

escamotearia o fato de que ela é um conjunto articulado: uma não existe sem a outra, pois uma assegura a existência e a reprodução da outra. (COIMBRA, 2001, p. 82)

Tal fato pode ser explicado a partir de Marx, que afirma que à medida que ocorre a grandeza do capital em funcionamento, ampliação da escala de produção e aumento dos trabalhadores em movimento, há também a ampliação da “escala em que uma maior atração dos trabalhadores pelo capital está vinculada a uma maior repulsão desses mesmos trabalhadores” (MARX, 2006, p. 858).

A própria acumulação do capital produz de forma crescente uma população trabalhadora relativamente supranumerária. Esta população trabalhadora excedente vai se constituir enquanto um produto produzido pela acumulação e necessário a ela, tornando-se ainda meio de alavanca da acumulação capitalista. Marx vai denominar essa população excedente em exército industrial de reserva, que estará disponível para ingressar no mercado a qualquer momento, sempre pronto para ser explorado.

Portanto, quanto maior a acumulação de capital há também uma maior massa de superpopulação relativa que é repelida pelo capital. Nesse sentido, a lei geral da acumulação capitalista prevê contraditoriamente que uma maior acumulação do capital gera ao mesmo tempo maior miséria, pauperismo e um exército industrial de reserva, ou em outras palavras, certo número de pessoas desempregadas. O que nos revela que o movimento do capital contribui também para manter uma taxa de pessoas desempregadas, que servem como maior exploração da força de trabalho e baixos salários.

Dessa forma, através do entendimento do movimento do capital, que produz riqueza ao mesmo tempo em que produz pobreza e miséria, podemos refletir tal relação de desigualdade ao pensar que o estrato da população mais pobre da sociedade (e também negra) é que vai ocupar os territórios periféricos e desvalorizados pelo capital.

Nesse sentido, é enganoso pensar em “dois brasis”, como se as regiões abastadas nada ou pouco tivessem a ver com as regiões periféricas, pois estão “atados por relações, processos e estruturas que os reiteram continuamente, em distintas formas, diferentes regiões; em geral por intermédio de instrumentos e técnicas controladas pelos que mandam” (IANNI, 1989, p. 150).

Desse modo, são os estratos mais pauperizados da sociedade que habitam os territórios desvalorizados pela lógica do capital e do mercado imobiliário, em que com a impossibilidade de pagar pelas áreas nobres, são afastados e “empurrados” para as regiões periféricas da sociedade, bem como os aglomerados urbanos. Tais regiões, em oposição às áreas nobres, carecem muitas vezes do mínimo da infraestrutura necessária, como saneamento básico,

transporte, moradias seguras, espaços de lazer, além de serem espaços frequentemente marginalizados, estigmatizados e criminalizados pelo discurso hegemônico, como espaços associados à criminalidade, sujeira e locais impróprios que devem ser evitados.

Aliados ao processo de urbanização das cidades e o movimento do capital, os territórios conhecidos como grandes metrópoles atualmente, com maior ênfase no Rio de Janeiro e São Paulo, são cidades que tiveram grandes processos migratórios no final do século XIX e durante o século XX, ligados diretamente à dinâmica produtiva com o início do processo de industrialização. No entanto, receberam maior contingente populacional e se desenvolveram sem o planejamento urbano necessário para incluir a população trabalhadora migrante e local como parte constitutiva da cidade. Dessa forma, a cidade passou a crescer produzindo espaços de segregação, favorecendo o núcleo de empregadores, enquanto que “as favelas passaram a figurar como lugar extraoficial do Estado e da força de trabalho do capital” (DUARTE, 2018, p. 62).

O crescimento urbano, desvinculado de um programa de geração de empregos, que pudesse abranger a todos, e de políticas públicas suficientes para conter as necessidades existentes, acentuaram as desigualdades sociais. Desse modo, Abreu (2015, p. 51) reforça a “necessidade de conhecer a dinâmica da reprodução ampliada do capital quando falamos de território”.

No entanto, a realidade tende a ser vista de forma imediata, não na sua totalidade, considerando os percursos sociais, econômicos e o movimento da história, o que beneficia o entendimento da sociedade de forma fragmentada, obscurecendo as relações de opressão e dominação de uma classe sobre a outra, “falseando-a com a imagem do desenvolvimento econômico e negando seus efeitos deletérios, expressos no aprofundamento da desigualdade e de exploração de força de trabalho” (DUARTE, 2018, p. 54).

Portanto, é possível afirmar que o processo de urbanização impulsionado pelo capital, ao favorecer as regiões mais centrais em detrimento das periféricas, está correlacionado de forma direta à segregação espacial dos estratos mais pobres da sociedade. Nesse sentido, as formas de produção, que se estabelecem nesses territórios, afetam diretamente a classe trabalhadora, uma vez que, segundo Ana Fani Carlos (2007, p. 30) “as condições de produção cristalizam-se no plano da cidade, no traçado das ruas, na confluência das vias de acesso”. Em vista disso, as condições materiais de produção possuem relação direta com o modo de vida da população, podendo dizer que ambas são territorializadas.

Em suma, a divisão capitalista do espaço tende a realizar processos de segregação territorial a determinadas populações, o que as afeta diretamente na sua relação com a cidade,

no acesso aos direitos, bens, propriedades, entre outros aspectos. Scherer (2018) sintetiza tal fenômeno com a afirmação a seguir:

Nesse processo de valorização de determinados territórios, aqueles segmentos populacionais mais empobrecidos são expulsos dos espaços no momento em que se criam estratégias de segregação, como o aumento do custo de vida nesses territórios, obrigando determinadas populações a procurarem outros espaços na dinâmica da cidade. Desta forma, um vasto conjunto de sujeitos vê-se obrigado a migrar para outros territórios – com custo de vida mais baixo, porém, em grande parte das vezes, distantes de centros urbanos que concentram a maior parte dos aparelhos de políticas públicas (como escolas e hospitais) e reúnem grande parte das ofertas de emprego –, tornando assim muito mais complexo o processo de reprodução da vida social, uma vez que – em muitos casos – grande parte dessa população gastará diversas horas em deslocamento para chegar até o seu local de trabalho ou para acessar seus direitos. (SCHERER, 2018, p. 257)

Por conseguinte, pode-se afirmar que os territórios influenciam os modos de vida dos sujeitos, uma vez que uma camada populacional é obrigada a se deslocar - a partir da valorização do capital - para territórios mais distantes dos centros urbanos, com ausência de respaldo estatal às demandas desses sujeitos. A gestão dos territórios urbanos, de modo geral, se realiza com respostas que se resumem a ações superficiais e focalizadas não alterando as bases sociais, ao contrário, em comum acordo com o avanço e expansão do capital, com ações que se restringem à higienização e à privatização das cidades.

Assim sendo, nos espaços dos territórios, espaço concreto onde ocorrem os processos sociais e econômicos, torna-se clara as desigualdades sociais provocadas pelo capitalismo, bem como a desigualdade socioterritorial, dadas as diferenças de habitação, lazer, acesso a cidadania, meios de transporte e perfil da população que ocupa os territórios periféricos em detrimento dos centrais.

Desse modo, é possível assegurar que a desigualdade socioterritorial tem como justificativa os efeitos do processo de valorização do capital no território, uma vez que o capitalismo impõe a sua lógica no espaço concreto, apropriando-se e modificando o lugar em função dos interesses do capital.

O movimento do capital em conjunto ao processo de urbanização gera consequências e rebatimentos diretos nas vidas dos sujeitos, a exemplo das diversas demandas sociais que os mesmos vivenciam pelas contradições do capitalismo. Tais demandas sociais podem ser reconhecidas como expressões da questão social, que se apresentam de forma clara e concreta nos espaços urbanos. As expressões da questão social são ainda mais acirradas após a implementação da política neoliberal, que prevê um enxugamento das políticas sociais, deixando uma grande camada da população sem proteção social.

2.1.2 Neoliberalismo e o acirramento das expressões da questão social nos territórios de pobreza

A questão social é um conceito de natureza reflexiva, intelectual (PONTES, 1995 apud SANTOS, 2012, p. 18) que compreende a contradição entre a relação capital versus trabalho. Portanto, as demandas e necessidades sociais apresentadas na sociedade são condensadas como expressões da questão social, ou seja, demandas que surgem através da desigualdade inerente à produção capitalista. O autor Ianni (1989) destaca que há processos estruturais que formam a base da questão social no Brasil:

Há processos estruturais que estão na base das desigualdades e antagonismos que constituem a questão social. Dentre esses processos, alguns podem ser lembrados agora. O desenvolvimento extensivo e intensivo do capitalismo, na cidade e no campo, provocam os mais diversos movimentos de trabalhadores, compreendendo indivíduos, famílias, grupos e amplos contingentes. As migrações internas atravessam os campos e as cidades, as regiões e as nações. Movimentam trabalhadores em busca de terra, trabalho, condições de vida, garantias, direitos. A industrialização e a urbanização expandem-se de modo contínuo, por fluxos e refluxos, ou surtos. Assim como ocorre a metropolização dos maiores centros urbanos-industriais, ao longo das várias repúblicas, assinalam os mais diversos movimentos de populações e negócios, de fatores econômicos ou forças produtivas. As crescentes diversidades sociais estão acompanhadas de crescentes desigualdades sociais. Criam-se e recriam-se as condições de mobilidade social horizontal e vertical, simultaneamente às desigualdades e aos antagonismos. (IANNI, 1989, p. 147)

Desse modo, para além das condições objetivas, do desenvolvimento do capital e dos aspectos políticos, a questão social também mescla aspectos raciais, regionais e culturais. “Isto é, o tecido da questão social mescla desigualdades e antagonismos de significação estrutural” (IANNI, 1989, p. 147).

Nesse sentido, faz-se importante ressaltar que dentre os aspectos raciais, culturais e econômicos, o Brasil ainda possui profundas marcas do tempo escravocrata, que se sobressai até o tempo presente nas condições deploráveis em que grande parte da população negra vive, habitando aglomerados urbanos constituídos pela mão de obra superexplorada e precarizada e ainda com maiores chances de homicídio e encarceramento.

Por outro lado, em decorrência da maior velocidade dos fluxos de capital que entram e saem com facilidade do país e da implementação das políticas neoliberais, ocorre também um maior acirramento das expressões da questão social que se manifestam nos territórios na forma de aumento da pobreza, da violência, da informalidade, etc.

As políticas neoliberais ganham força no Brasil a partir de 1990, como resposta à crise, apoiada por muitos partidos de centro e direita sob a justificativa de ser a única via de modernização do país – apresentada como uma política inevitável, se apropriando da ideia de

“progresso econômico” – trazendo no seu bojo a ideia de modernidade, desenvolvimento, progresso (SADER, 1995).

O neoliberalismo possui uma perspectiva de gerência do Estado a partir de interesses e modo privado, incorporando a lógica de concorrência e produtividade, em que através de reformas e ajustes econômicos, como maior incentivo a privatizações, também provocam uma mudança de mentalidade, evocando maior competitividade e palavras de ordem como meritocracia e liberdade.

Segundo Sader (1995), o neoliberalismo prevê a necessidade de diminuir o tamanho do Estado como forma de combater a inflação, maior privatização para desenvolver tecnologicamente as empresas e abrir a economia para internacionalizá-la. Desse modo, a modernidade é concebida apenas na sua dimensão econômica, ignorando seus efeitos sociais, mudando a compreensão dos sujeitos como detentores de direito para clientes, e ainda estabelecendo uma “privatização” dos direitos com o incentivo de parcerias público-privada, a partir do entendimento dos direitos sociais como algo mercadológico do sistema capitalista.

Desse modo, o dito desenvolvimento e progresso econômico deixam cada vez mais na margem a população subalterna, tendo em vista que os principais fundamentos do neoliberalismo estão ancorados na desregulamentação da economia, a privatização e o corte no déficit público. Trata-se de diminuir os gastos estatais com as políticas públicas que atingem na sua maioria as camadas médias e populares da sociedade (SADER, 1995).

O diagnóstico neoliberal considera que a inflação e o descontrole dos gastos estatais viriam da folha salarial do Estado e de seus gastos em educação, saúde, habitação, saneamento básico, considerados populistas. Uma parte destes seria absorvida pelo mercado, na medida em que as pessoas dispusessem de recursos para se associar a planos privados de saúde ou para colocar seus filhos em escolas particulares. (SADER, 1995, p. 189)

Tendo o entendimento das políticas sociais como gastos a serem cortados e não como investimentos e melhoria nas condições de vida da população, sobretudo em uma sociedade marcada pela desigualdade, hierarquia e autoritarismo como o Brasil, a política neoliberal promove o desemprego, a precarização das condições e vínculos de trabalho, “com o aumento radical das pessoas sem carteira assinada e sem cobertura previdenciária, dos quais a terceirização é um dos fatores” (SADER, 1995, p. 190).

Sendo possível afirmar, com base em Sader (1995), que o neoliberalismo acaba por intensificar a exclusão, desproteção, o abandono de amplos setores da população, trazendo ainda no seu bojo, o aprofundamento do racismo e da discriminação daqueles que pouco tem condições e acesso de alcançar uma vida digna sem as políticas sociais, além de promover o

aumento da competitividade que assola as relações sociais, para participar de um mercado de trabalho cada vez mais excludente e sem proteção social, bem como dificultando o acesso a serviços e políticas públicas, ainda mais precarizados.

Entretanto, anteriormente, o Estado sempre esteve no centro do debate do desenvolvimento, não apenas pela sua importância como instituição matriz, coordenadora e reguladora, com poder sobre toda a sociedade, mas também pela relação que se estabelece entre a configuração do Estado e as políticas a ele associadas (SILVA; MARQUES, 2020).

Desse modo, a política neoliberal afeta territórios de forma direta, uma vez que segundo Silva e Marques (2020), o desenvolvimento que deveria ser promovido por parte do Estado, visando ampliar as potencialidades humanas e materiais, não tem se inclinado a esse objetivo. O neoliberalismo tem instituído o papel ativo dos mercados na determinação da localização e distribuição da atividade econômica, emprego e população, ao mesmo passo que institui maior contenção do envolvimento do Estado. Como resultado dessa estratégia, temos a exacerbação de um padrão desigual de desenvolvimento social e econômico, uma vez que o capital tende a procurar áreas que geram maior rentabilidade – prejudicando o desenvolvimento de determinados territórios, bem como o acesso a direitos e serviços por parte da população que nele reside.

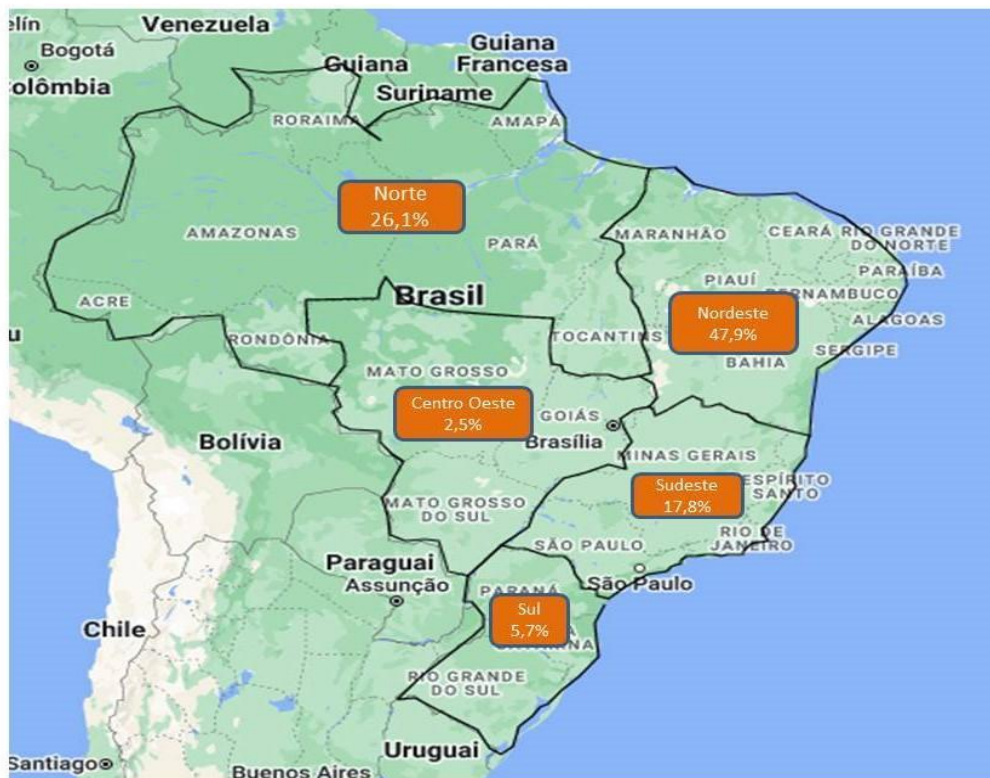
Assim, as políticas de desenvolvimento regional, que tradicionalmente têm como objetivo moderar o desenvolvimento desigual e promover a equidade espacial, não estão alcançando este resultado, pois as evidências indicam que o livre mercado tem produzido resultados "economicamente eficientes", no entanto, geograficamente desigual. Neste sentido, no modo como as políticas regionais atualmente estão sendo desenvolvidas pela ótica neoliberal, não são suficientes para gerar mudanças na estrutura de produção das regiões periféricas do Brasil, pois o enfoque está em atender aos interesses de mercado e à geração de lucro e não o desenvolvimento e nem os interesses das comunidades e de sua população local (SILVA; MARQUES, 2020).

Portanto, de acordo com os autores, o Brasil ainda necessita de políticas regionais que lidem com as disparidades persistentes no país, repensando novas formas de ordenamento territorial para além da inserção ao mercado, mas com participação das comunidades locais visando seus interesses e potencialidades. Além disso, cabe repensar a forma de atuação do Estado para uma lógica que não privilegia a lógica de mercado, mas a vida das pessoas. A subordinação do Estado às diretrizes de austeridade fiscal persistente tende a inviabilização do perfil de políticas necessárias.

Nesse sentido, pensando as desigualdades existentes nos territórios, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) realizou o estudo intitulado como “Perfil das despesas no Brasil: Indicadores selecionados” que integra a Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF), consultando indivíduos de todas as regiões do Brasil entre 2017 e 2018, com o objetivo de identificar as desigualdades sociais existentes no Brasil e nas grandes regiões, através da dimensão da renda, moradia, serviços de utilidade pública, saúde e educação.

Tal levantamento estatístico aponta a região Nordeste como uma grande região concentradora de pobreza no Brasil, com um valor proporcional a 47,9%. Em seguida, também com alto índice está a região Norte, com 26,1%. O Sudeste é a terceira região, com 17,8%. Por fim, Centro-Oeste (2,5%) e Sul (5,7%) apresentam menores taxas, com pouca concentração de pobreza, em relação às demais regiões.

Figura 1 - Concentração da pobreza por região no Brasil, segundo a POF-IBGE



Fonte: POF - IBGE²

Nesse sentido, os rendimentos (valores médios da renda disponível familiar per capita) da área rural são sempre menores do que os rendimentos do Brasil como um todo para qualquer recorte da distribuição (qualquer classe). Os rendimentos de outros subgrupos apresentam comportamento semelhante, como, por exemplo, aqueles associados às linhas Norte, Nordeste,

² Elaboração do mapa a partir do google maps, feita pela autora.

pretos e pardos, sem instrução, um adulto com ao menos uma criança e empregado doméstico (IBGE, 2018, p. 39).

A metodologia utilizada na pesquisa é com base no índice de Watts - sensível à desigualdade de renda das camadas mais pobres da sociedade. O índice não avalia a média absoluta de renda per capita das regiões, mas a concentração de pobreza existente. Em que apesar da região Norte possuir o menor valor de renda familiar média no País, (com estimativa de R\$ 938,06, em detrimento do Nordeste, segunda menor média com R\$ 1.077,85) os estados nordestinos possuem maior densidade populacional.

Como o índice de Watts é decomponível e sensível à desigualdade de renda dos pobres, o exercício de decomposição da pobreza é realizado apenas para este índice. Quando estratificamos a sociedade por área urbana e rural, conclui-se que apesar da área rural ter apenas 14,7% da população, ela contribui com 34,6% de toda a pobreza estimada. Quando estratificamos por Grandes Regiões, fica claro que apesar da Região Norte ter apenas 8,6% da população, ela contribui com 26,1% de toda a pobreza estimada. Estes fatos mostram a capacidade do índice de identificar as pessoas mais pobres e dar um peso mais adequado para elas no total da pobreza estimada. (IBGE, 2018, p. 44)

Sendo assim, este índice pode contribuir com o entendimento da necessidade de alocação de recursos no combate à pobreza a determinados territórios, uma vez que o Sudeste é a região que mais contribui para a desigualdade no País, tendo em vista que há uma grande densidade populacional concentrando a maior parte da renda nacional, em comparação com a população de renda inferior, segundo o IBGE.

Nesse sentido, o programa Bolsa Família foi um programa de transferência de renda, que apesar dos seus limites contribuiu para que um alto número de pessoas saíssem da condição de extrema pobreza, principalmente pessoas das regiões Norte e Nordeste, o que evidencia a necessidade para além de programas de transferência de renda, a elaboração e execução de políticas públicas pautadas nas potencialidades do território e no aumento do acesso a direitos.

Desse modo, com o aprofundamento das políticas neoliberais e da desigualdade regional, o território compreende de forma concreta a sociabilidade expressa pelo modo como esses sujeitos acessam ou são impedidos de acessar direitos, como educação, saúde, assistência social, segurança e lazer. Para além disso, em territórios de concentração de pobreza, a violência se intensifica a partir do modelo de gestão neoliberal, que tem no seu escopo maior focalização e redução das políticas voltadas à proteção social e maior controle a partir dos aparelhos repressivos.

Dentro desse cenário de aumento da pobreza, da precarização das condições de trabalho e das políticas sociais, um dos segmentos mais atingidos por essa desproteção social e

acirramento das expressões da questão social é a juventude, que vai sofrer também com maior controle e repressão social por parte do Estado, sobretudo a juventude pobre, negra e residente de territórios periféricos.

Podemos afirmar, portanto, que no contexto neoliberal os territórios são estratégicos para o controle da questão social, pois se tornam centrais à medida que as instituições vão sendo sucateadas e reduzidas. A elevação dos conflitos nos territórios ocorre com o avanço da agenda neoliberal no Brasil e com o aumento do desemprego e da precarização do trabalho, que submetem um grande contingente de jovens à pobreza, sem acesso à cidadania. O segmento juvenil é um dos mais atingidos com a desproteção social e maior controle de ações violentas.

Loïc Wacquant destaca a emergência do Estado Penal contra os pobres no modelo político neoliberal que provocou nos Estados Unidos o aumento da população carcerária. O recrudescimento da violência estatal expressa a forma de gestão neoliberal da pobreza, que, segundo Batista (2015), conforma um sistema de controle social marcado pelo genocídio.

2.2 Os impactos da política neoliberal sobre a juventude no território

No Brasil, a destruição contemporânea dos direitos está determinada por ajustes fiscais permanentes em curso desde meados dos anos 1990. Tal processo, com suas particularidades nacionais, vem ocorrendo em todos os países do capitalismo central e periférico (BOSCHETTI, 2020).

Com a implementação e o andamento das políticas neoliberais, em que predominam a ideologia do “corte de gastos” e da austeridade fiscal, que objetivam reduzir a parcela do fundo público utilizado na realização dos direitos, culminou no Projeto da Emenda Constitucional 95 criada em 2016, conhecida como “PEC da Morte”, “PEC da Maldade”, “PEC do Teto”, entre outras alcunhas (PEC 241/2016, quando em tramitação na Câmara dos Deputados e PEC 55/2016 no Senado Federal).

Este Projeto de Emenda Constitucional estabeleceu uma legislação que altera o regime fiscal e tem como seu principal foco o congelamento por 20 anos das despesas primárias, – passando a partir de 2017 a serem corrigidas pela previsão da inflação (IPCA) sem que haja crescimento real. Estabelece, assim, a desvinculação orçamentária para a Educação e Saúde, causando impactos que geram a insuficiência de recursos para o funcionamento e qualidade das políticas públicas, ao mesmo passo que se mantém o gasto com o pagamento dos juros da dívida

pública. Tal medida de austeridade limita e enfraquece os investimentos nas políticas sociais e fragiliza a rede de proteção social.

A fixação de limites para as despesas públicas é a tônica da emenda constitucional, e os desafios permeados por esse congelamento são enfrentados pela população mais pobre e vulnerável da sociedade. Segundo Oliveira e Silva (2018, p. 264), as decisões políticas quase sempre recaem apenas na minimização das despesas que, quase sempre, alcançam os mais necessitados e as áreas sociais que já foram, no passado recente, uma das alavancas do desenvolvimento econômico e social do país.

Desse modo, com o congelamento dos gastos sem o aumento real necessário, a política de educação sofre com os baixos investimentos, perpetuando os desafios de atendimento a demanda, impedindo a universalização da educação obrigatória, emperrando a infraestrutura necessária, a qualificação e a garantia dos recursos materiais e humanos envolvidos e necessários para assegurar qualidade a política (OLIVEIRA; SILVA, 2018).

Com o déficit material e de número de funcionários que já havia na política de educação, a situação tende a ficar pior com a implementação da PEC 95, visto que restabelece o teto dos gastos e avança na política de austeridade, percebendo a educação como gasto e não como investimento na população infanto-juvenil brasileira. Essa medida acentua a desigualdade educacional que ainda permanece no país.

Ao limitar os gastos com despesas não obrigatórias por 20 anos, o Estado retrai os investimentos em política social e abre caminho para a privatização e ampliação do mercado. Como exemplo temos a redução do Orçamento da Seguridade em 2017, em relação a 2016: OSS: -1,7%; Saúde: -7%; Assistência Social: -2,8%; Previdência Social: -0,2% (BOSCHETTI, 2020).

Desse modo, com o déficit no orçamento - que “congelado” não consegue suprir as demandas sociais, sobretudo na área da educação e saúde, o segmento juvenil é atingido com a precarização da educação pública, ainda não universalizada no Brasil. Importante ressaltar que a precarização das políticas sociais fragiliza a rede de proteção social e os serviços básicos que passam a ser mercantilizados. Não coincidentemente a população mais pobre é a mais atingida com a implementação da lei do teto dos gastos, bem como a juventude que sem o acesso adequado a políticas sociais, torna-se força de mão de obra barata e desqualificada.

Tais medidas implementadas pela ordem neoliberal se constituem em estratégias para expropriação dos direitos conquistados pela classe trabalhadora, que eram financiados com parte do fundo público, mas que vão sendo mercantilizados. Conforme afirma Boschetti:

As expropriações por meio da subtração de direitos designam os processos econômicos e sociais que intensificam a disponibilização de trabalhadores e trabalhadoras para o mercado e, ainda, criam novas formas de acumulação e extração de mais valor, a exemplo da mercantilização que se processa em campos anteriormente instituídos como de prestação de serviços e bens públicos (trabalho, previdência, saúde, educação). Assim, qualificamos a destruição de direitos e a redução do Estado Social como processos de expropriação que subtraem condições históricas de reprodução da força de trabalho, por meio da reapropriação, pelo capital, de parte do fundo público destinado aos direitos conquistados pela classe trabalhadora. (BOSCHETTI, 2020, p. 7)

Assim sendo, a redução do Estado Social favorece maior apropriação do fundo público pelo capital, o que intensifica a exploração de trabalhadores e trabalhadoras, gerando mais valor e mais acumulação (BOSCHETTI, 2020), sobretudo da população mais jovem residente em territórios periféricos, marcados pela pobreza e violência, que sem acesso a direitos, qualificação e no contexto de desemprego estrutural são atingidos pelos baixos salários, trabalhos informais ou precarizados, ou seja, super explorados.

A lógica neoliberal também atinge a outros setores da sociedade como a política de segurança pública, que passa a ter um aumento considerável do encarceramento e extermínio da população.

Segundo Mendes (2016) a lógica neoliberal se utiliza da necessidade da intervenção do Estado somente para que os indivíduos tomem decisões no mercado. Porém, estas escolhas, para os pobres, são restritas ao trabalho precário. Assim, as políticas de tolerância zero – que preveem esse aumento do encarceramento e mortes - não correspondem a um aumento real da criminalidade, e sim ao objetivo de controle das classes pobres.

Como exemplo do aumento do punitivismo adotado no Brasil, a Anistia Internacional em seu relatório anual de direitos humanos, no ano de 2011 constatou que o número de execuções legais em vinte países com pena de morte (exceto a China, que não divulga os dados) foi de 676, enquanto no Brasil – país onde não existe a pena de morte legalmente, o número de mortes em ações policiais foi de 961, correspondendo a 41,16% a mais do que em todo o planeta (MENDES, 2016).

Tal dado demonstra como o Brasil, país que possui uma forte herança escravocrata, autoritária e que ainda têm a violência como marca estruturante na sociedade, lida com a criminalidade, concentrando-se sobre o controle social das massas, efetuando a política de segurança pública, de forma punitivista e genocida. Cabe lembrar que a implementação das reformas neoliberais no Brasil acentuou a seletividade penal, tendo em vista que um grande contingente populacional se tornou disfuncional para o sistema produtivo por conta de sua falta de capacitação ou pela mão de obra se tornar desnecessária (MENDES, 2016). Dessa forma, o

meio de controle efetuado a essa parcela da população tem sido o encarceramento e o genocídio, sobretudo da população mais jovem.

De acordo com os dados do Atlas da Violência de 2021, no Brasil, a violência é a principal causa de morte dos jovens. Dos 45.503 homicídios ocorridos no Brasil em 2019, 51,3% vitimaram jovens entre 15 e 29 anos, totalizando a morte de 23.327 jovens e uma média de 64 jovens assassinados por dia no país.

Nesse sentido, as políticas econômicas que preveem a redução do investimento nas políticas sociais (educação, saúde, segurança pública, etc;) têm relação direta com o controle punitivo e violento feito das massas consideradas sobranes, e sobretudo de jovens. Assim como demonstra o gráfico abaixo com os dados do Instituto de Segurança Pública (ISP), em que a faixa etária de 23 anos é a mais atingida por intervenção de agentes do Estado no estado do Rio de Janeiro no ano de 2021.

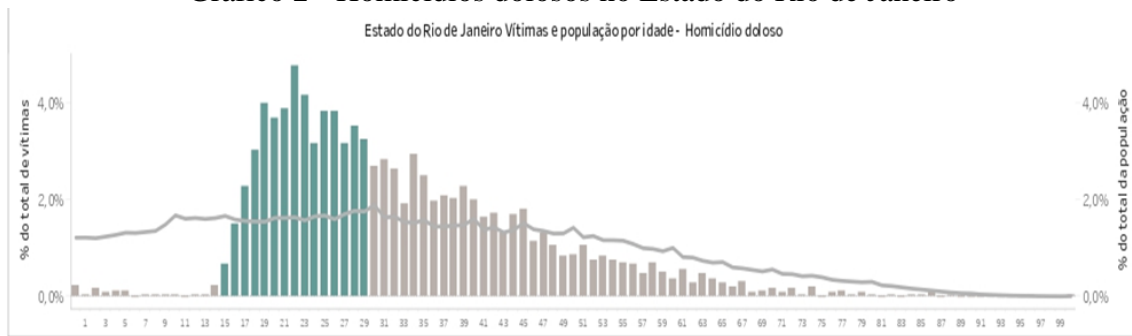
Gráfico 1 - Mortes por intervenção de agente do Estado no Rio de Janeiro



Fonte: ISP-RJ - Instituto de Segurança Pública da Secretaria de Segurança do Estado do Rio de Janeiro. Grupos Vulneráveis: Morte por intervenção de agente do Estado, 2021.

Tal dado nos revela que as operações policiais e as intervenções praticadas pelos agentes do Estado, possuem os jovens – predominantemente homens (99,7%) e negros (somando pretos e pardos – 80,8%) como alvos. Os jovens ainda são os mais atingidos por homicídio doloso, no qual há intenção de matar. Segundo os dados do Instituto de Segurança Pública (ISP), a faixa etária de 22 anos é a que mais morre por homicídio no Estado do Rio de Janeiro. Desse total, 93,8% são do sexo masculino, sendo maioria formada por pretos e pardos somando 75,7%.

Gráfico 2 - Homicídios dolosos no Estado do Rio de Janeiro



Fonte: ISP-RJ - Instituto de Segurança Pública da Secretaria de Segurança do Estado do Rio de Janeiro. Grupos Vulneráveis: Homicídio doloso, 2021.

Sendo possível afirmar que os jovens negros são o principal alvo da violência. Nesse sentido, o território também se constitui como importante elemento no que diz respeito à concentração da violência e das estratégias de controle social, tendo em vista que são nos territórios periféricos, desvalorizados pelo capital, que a violência se acentua com a falta de políticas públicas e sociais.

Assim, as desigualdades sociais se manifestam concretamente, definindo áreas, caracterizando e hierarquizando territórios. O processo de construção de aglomerados urbanos, como as favelas, acaba reforçando estigmas e preconceitos, transmitindo a ideia de que nestes territórios se concentram a violência e a criminalidade.

Portanto, submeter a cidade à lógica do capital é também controlar a população a partir das formas de gestão dos territórios. A distribuição socioespacial é organizada conforme os interesses do capital, fazendo com que as cidades produzam quadros sociais e paisagens bem diversificados, que correspondem em grande parte ao montante dos investimentos urbanos. Quer dizer, a lógica do capitalismo produz diferenças territoriais, que impactam na sociabilidade do lugar, assim como no acesso à cidadania e ao mercado de trabalho, uma vez que as instituições públicas vêm progressivamente sendo sucateadas em meio ao processo de precarização que ocorre no mundo do trabalho.

Tendo em vista que na sociedade capitalista o trabalho possui grande centralidade, uma vez que as relações sociais se efetivam com o intercâmbio de mercadorias mediante o dinheiro, o trabalho se assume mais do que uma atividade laboral, mas se configura como elemento central para a subsistência e reprodução dos seres humanos. Neste sentido, a crise do modelo fordista de produção acompanhou as mudanças nas políticas sociais em razão da orientação neoliberal adotada pelo Estado, que deixou uma grande parcela da população desprotegida socialmente.

Desse modo, nos períodos de crise do capital, a precarização do trabalho e o desemprego aumentam, tendo como consequência a agudização da pobreza e da violência, além da marginalização e estigmatização dos territórios periféricos, acentuando a vigilância da polícia sobre os sujeitos que neles vivem, principalmente os mais jovens que passam a representar o perigo numa sociedade em que o trabalho é condição de acesso a bens materiais e simbólicos.

Neste sentido, a cidadania juvenil vai se tornando inacessível para grande parte dos jovens. Na sociedade que convive com o desemprego estrutural, a vigilância sobre as famílias no território aumenta, voltando-se especialmente aos jovens, vistos como o grupo social mais perigoso, um alvo da repressão. Quer dizer, o controle social que poderia ser exercido mediante políticas de promoção social, como educação, qualificação para o trabalho, saúde, moradia, assistência social, vai sendo suplantado pela vigilância ostensiva da polícia nos territórios. Em outras palavras, a política neoliberal inclina as ações do Estado para o combate à violência, reduzindo o orçamento para os programas de promoção social. O Estado assim torna-se mínimo no “gasto social”, mas é pressionado a responder pela violência crescente, provocando como reação a essa situação o extermínio dos jovens negros.

Aliados a estereótipos e estigmas racistas – a juventude negra, pobre e periférica é o segmento que mais sofre com o controle social e a repressão, bem como o segmento mais atingido pela violência, frequentemente associada com a criminalização, perigo e risco.

Desse modo, a fim de compreender como a população tende a enxergar tais elementos postos na violência que acomete com maior incidência os territórios periféricos e a população jovem e negra, Caldeira (2000) fez uma pesquisa evidenciando como a população, de modo geral no senso comum, costuma visualizar tais espaços.

No senso comum dos paulistanos entrevistados por Caldeira (2000), a tendência é achar que os espaços do crime são os espaços marginais, como as favelas e cortiços, ou seja, habitações que as pessoas consideram residências inapropriadas, preconceito arraigado na cultura popular, que imagina os seus habitantes como pessoas que estão no limite da sociedade, da humanidade e da comunidade política. Isto é, excluídos do universo do que é tido como adequado, eles são simbolicamente constituídos como espaços do crime, espaços de características impróprias, poluidoras e perigosas. Dessa forma, “o que pertence ao crime é tudo o que a sociedade considera impróprio” (CALDEIRA, 2000, p. 80).

Caldeira (2000) aponta ainda que o medo e a fala do crime não apenas produzem certos tipos de interpretações e explicações, habitualmente simplistas e estereotipadas, como também organizam a paisagem urbana e o espaço público, moldando o cenário para as interações sociais que adquirem novo sentido numa cidade que progressivamente vai se cercando de muros. Dessa

forma, a fala e o medo organizam as estratégias cotidianas de proteção e reação que coíbem os movimentos das pessoas e restringem suas interações, além de construírem o que Caldeira (2000) denomina de “enclaves fortificados”, a partir de uma segregação por escolha de uma camada da população mais favorecida em luxuosos condomínios fechados, a fim de se manterem resguardados da violência. Tais fatores reforçam a percepção de como os territórios se diferenciam na construção da cidadania dos sujeitos que neles habitam, ao passo que o Estado intervém nos territórios periféricos de forma predominante através da repressão, enquanto nos territórios centrais ou mais luxuosos os serviços básicos de infraestrutura são presentes.

Portanto, tendo em vista tal percepção, é visível que o medo e a insegurança acabam por reforçar os estigmas entorno dos territórios periféricos como espaços de perigo, medo, criminalidade, e dos sujeitos que neles habitam, sem considerar os contextos políticos, históricos e econômicos vigentes que formam o pano de fundo dessas relações.

Em consonância com tal fato, Coimbra (2001) afirma que:

Ao lado do crescimento da miséria nas cidades brasileiras, do aumento do desemprego, da expansão da pobreza que cada vez se torna mais visível a todos e mais, ameaçadora para as elites, mecanismos de segurança e proteção começam a ser desenvolvidos. É a "militarização do cotidiano", onde ruas particulares, guardas e seguranças privados", condomínios fechados e exclusivos proliferam. A preocupação com a segurança, que atinge seu auge nesses anos 90, desde o início dos 80 traduziu-se no isolamento, onde o "outro é potencialmente um invasor, um violador da intimidade"; tenta-se, com isto, "escapar das agressões providas do meio externo, como os assaltos, roubos – da violência, enfim". (COIMBRA, 2001, p.120-121)

Desse modo, o estigma criado em relação aos jovens negros e pobres e aos territórios periféricos, também influencia na produção das subjetividades e do pensamento popular. Aliado à precarização das políticas sociais, ao desemprego e maior controle social, que também impedem o exercício da cidadania e acentuam a incidência da violência sobre a juventude negra e as favelas.

Portanto, é necessário compreender que o cotidiano dos jovens é vivenciado em determinados espaços que expressam as condições objetivas do seu território, cujas expressões estão associadas aos modos de existência dos diferentes grupos sociais. Pensar a juventude tomando como unidade de análise o território requer considerar o que nele existe de concreto, identificando as formas de sociabilidade ali desenvolvidas, bem como a racionalidade imposta pela política. Racionalidade essa que está intrínseca ao movimento do capital na busca de valorização, que transforma o espaço geográfico de forma estratégica, mudando o seu aspecto físico e a sociabilidade dos seus moradores. Desse modo, o capital contribui com as desigualdades socioterritoriais existentes nas metrópoles, bem como atua de forma estratégica com maior incidência de ações violentas em outros territórios.

Neste sentido, os territórios adquirem relevância na abordagem sobre os jovens negros e pobres, visto que ali são desenvolvidas formas de sociabilidade, capazes de exprimir a mentalidade e os modos de vida do lugar. Portanto, os jovens vivem sua juventude em determinados espaços, reúnem-se e interagem em situações, cujos significados remetem a determinados lugares. Conhecer o que pensam e como se comportam implica em identificar as determinações políticas, econômicas, sociais e culturais relacionadas com o lugar onde vivem.

No território, as experiências e os modos de vida juvenis são produzidos continuamente, uma vez que as expressões culturais, políticas e sociais estão concatenadas. Portanto, compreender a juventude como múltipla e plural, implica em reconhecer que a condição juvenil pode ser vivenciada de diferentes formas, a partir das determinações de classe, raça e território. O que também implica em enxergar a juventude como alvo de medidas e ações de controle, sobretudo, a parcela considerada como “perigosa” - a negra, pobre e periférica.

Neste sentido, importa compreender a juventude destacando e problematizando os estigmas a ela criados, tais como “classe perigosa” ou “período de transição”, sendo de primordial relevância considerar seu contexto, conhecendo modos de vida e vivências que são territorializadas, bem como as ações de controle e repressão que são destinadas a esse segmento.

2.3 A Violência nos territórios contra juventude negra

No território, os processos sociais nos quais a violência se faz presente revelam as condições de vida da população, segundo classe, gênero, geração e raça/cor. Dessa forma, se faz necessário perceber que os sujeitos negros são os que, em maior número, ocupam os territórios periféricos, local onde a violência é mais acentuada.

A importância do território implica em considerar que são nos aglomerados negros que ocorrem o maior acúmulo da violência. Portanto, os territórios contribuem na caracterização e construção dos modos de vida da juventude, já que neles as desigualdades se manifestam concretamente, para além dos números e conceitos, e são reconhecidas mediante a identificação de um conjunto de determinações.

Certamente, o controle e a repressão contra o negro não é apenas territorializada. O corpo negro como “lugar” remete a consideração com a violência para além do território, porém o território como espaço de reunião de corpos negros torna as ações de controle ainda mais ofensivas. De certo modo, a corporalidade é um diferencial no acesso e na garantia dos direitos. Segundo Santos (1997, p. 135) “o preconceito contra os negros não decorre do exame da

individualidade e nem da consideração com a cidadania, mas da corporalidade”. Nesse sentido, o corpo negro é tradicionalmente lugar da violência, da exploração, da opressão. De certo modo, a violência contra o negro pode ser encontrada em diferentes espaços, envolvendo as instituições públicas e privadas, sobretudo, onde se executam as políticas.

Conforme Minayo (2005), a violência não pode ser caracterizada enquanto um conceito estanque ou finalizado, uma vez que é um fenômeno que parte da ordem do vivido, e cujas manifestações provocam ou são provocadas por uma forte carga emocional de quem a comete, de quem a sofre e de quem a presencia. Logo, necessita de elementos históricos, geopolíticos, culturais, econômicos que devem ser considerados para a melhor compreensão da totalidade, - a realidade em movimento.

Neste sentido, analisando os elementos postos até então, a violência pode ser considerada como um fator estruturante da sociedade brasileira, dada a nossa formação sócio histórica e as profundas desigualdades sociais e raciais, permanecendo atualmente com a profunda desigualdade econômica, social, habitacional, educacional, cultural, além de manter as suas marcas do autoritarismo social e político, estabelecidas ao longo dos anos.

Soares (2014) analisa essa perpetuação da violência na sociedade brasileira como “acúmulo social da violência”, entendido não apenas através de fatores que são apresentados na contemporaneidade, mas também da forma como a violência foi integrada à história da nossa formação. Neste sentido, a violência contra os negros é uma prática desde a escravidão, que foi sendo banalizada a tal ponto que crianças e adolescentes são percebidos como suspeitos de cometer crimes, mesmo sem ter praticado qualquer infração (MISSE, 2007).

Desse modo, se faz importante analisar a violência no espaço do território associada à questão racial, uma vez que os territórios periféricos são os mais acometidos pela violência das ações e operações policiais, conflitos armados, além de ocupados predominantemente pela população negra.

Os territórios periféricos são ainda desvalorizados pelo capital e possuem pouco investimento estatal. Desse modo, é no território onde se efetiva de forma concreta as relações sociais, políticas e econômicas, tendo em vista que o conceito de território é marcado, sobretudo, por relações de poder (VALE; SAQUET; SANTOS, 2005).

Dentro das relações e estruturas de poder estão presentes as frequentes associações da juventude, identificada como produtora da violência, em especial os jovens negros, pobres e periféricos, naturalizando a imagem desses jovens como responsáveis pela violência, risco iminente, os transformando em inimigos comuns dos ditos “cidadãos de bem”, que devem ser

protegidos e defendidos dos perigos da violência dos jovens, principalmente nos espaços urbanos.

Nesse contexto é possível observar que o controle dos pobres é feito basicamente de modo repressivo, pautado sobretudo nas operações policiais e encarceramento. Assim como observa Ianni (1989), há a tendência de transformar as manifestações da questão social em problemas de violência, cujas respostas são a segurança e a repressão, uma vez que as manifestações dos setores subalternos podem trazer consigo o “germe” da subversão da ordem social vigente. Como efeito, cresce a ideologia pautada nas forças policiais e militares.

Tendo em vista tais aspectos, junto à política neoliberal, a precarização das políticas públicas que fragilizam a proteção social, crise na educação pública, dificuldades para conseguir o primeiro emprego, redução do investimento em esporte, lazer e cultura, aumento da pobreza, fizeram dos jovens um perigo em potencial. Neste contexto, os territórios de pobreza adquirem visibilidade como lugares da violência, reduto de traficantes.

Nesse sentido, de acordo com Scherer (2018), as marcas da crise estrutural do capital se evidenciam nos mapas das cidades, podendo ser percebidas por meio da segregação espacial nas dinâmicas territoriais – criando “territórios marginais”, destinados a determinadas populações, que possuem suas vidas marcadas pela perspectiva da descartabilidade. É a força de trabalho, sem emprego e sem proteção social, que concentrada em territórios de pobreza, torna-se alvo das ações repressivas do Estado.

Essa população é frequentemente identificada como produtora de violência - sobretudo os jovens negros, através da mídia e discurso hegemônico, sem que sejam considerados os mecanismos que produzem e reproduzem tais violências no âmbito da sociabilidade capitalista. Tais territórios frequentemente classificados e entendidos como violentos ou de “pessoas violentas”, tornam as operações violentas e mortes justificáveis ao ocultar as raízes estruturais que escancararam as contradições de um modo de produção em crise (SCHERER, 2018).

Dessa forma, tais associações e estigmas substanciam narrativas que dão suporte e funcionam como justificativas para as inúmeras execuções realizadas nos territórios periféricos por parte do Estado, ignorando os direitos fundamentais dos cidadãos que ali habitam. Tais ações escamoteiam a percepção da violência contra os jovens nos territórios de concentração de pobreza como uma expressão da questão social, tendo em vista que o principal motor da violência é o processo de acumulação do capital, gerador do aumento da concentração da riqueza e da desigualdade social.

Tal conjuntura, ainda é comumente justificada, pelas associações da juventude como período de descumprimento de regras, desobediência, transgressão, conflito, mais inclinada a

enfrentar situações de risco e perigo. Aliada a essas noções se constrói a imagem do jovem negro, pobre e periférico, como representação de risco ou perigo em potencial, sendo possível afirmar que a violência e a condição juvenil são vivenciadas de modos diferentes para os jovens negros das camadas populares, uma vez que historicamente estão associados ao risco do envolvimento com o crime, além de serem os que mais morrem por armas de fogo.

Desse modo, como afirma Chauí (2018), a violência tende a ficar circunscrita ao campo da delinquência e da criminalidade, podendo assim determinar os “agentes violentos” que de modo geral são das classes populares e moradores dos territórios periféricos. Desse modo, o Estado pode justificar e legitimar a violência policial contra a população pobre, pois se trata de proteger “nós” contra “eles” (CHAUÍ, 2018).

O “eles”, destacado pela Chauí (2018), se constitui, em suma, nos jovens negros que através da mídia e do discurso hegemônico, representam a imagem do “inimigo comum”, reforçando os valores da classe dominante e responsabilizando pela violência, quase exclusivamente às pessoas negras, pobres e periféricas, com condicionantes de classe, raça, gênero e território muito bem definidos.

É importante ressaltar o papel fundamental que a mídia desempenha ao corroborar e disseminar o estigma do “jovem criminoso”, “do agente da violência” “das classes perigosas”, “lugar violento”, “território perigoso”, uma vez que assim se constrói a imagem de um inimigo comum com determinado local de moradia.

Nesse sentido, é importante destacar que o aprofundamento das políticas neoliberais têm como consequência o aumento da violência nesses territórios, com políticas repressivas ao mesmo tempo em que ocorre a expansão do tráfico de drogas, ao passo que ainda se intensifica o enxugamento das políticas sociais e de proteção, o que põe em xeque a condição de cidadania dos sujeitos.

Em conformidade com o exposto, um estudo feito por Rivero (2010) sobre o georreferenciamento dos homicídios no Rio de Janeiro, colocou em evidência que a maior parte da vitimização por homicídio, assim como da ocorrência criminal de mortes letais encontra-se em áreas de favelas ou próximas às favelas. Além do fato que as mortes ocorreram no local ou próximo ao local de moradia das vítimas. Assim sendo, podemos afirmar que existe uma segregação urbana pela violência e os homicídios, que tende a se concentrar em favelas/bairros, áreas em que habitam os estratos mais pobres.

Esse resultado confirma, então, a distribuição desigual da violência na cidade, relacionando-a com algumas características socioeconômicas e de infraestrutura de serviços

urbanos, assim como o sistema urbano de conexão e a mobilidade entre elas, fatores estes que podem estar contribuindo para a distribuição localizada da violência (RIVERO, 2010).

A violência que incide de forma mais acentuada nos territórios periféricos, principalmente com os jovens negros e pobres, é reprimida por parte do Estado, não apenas mediante a polícia, mas também por meio do punitivismo, como se bastasse o Código Penal para se chegar ao comportamento almejado.

É preciso recordar que o entendimento de juventude que possuímos hoje, compreende a juventude como período de intensidade, proteção, construção social definida por elementos políticos, sociais e culturais, mas que também está relacionada com a necessidade qualificação profissional. Por outro lado, o espaço da força de trabalho também se faz limitado em decorrência da redução das oportunidades, o que cria instrumentos de controle social e contenção para a juventude dita como “desnecessária” (LEAL, 2018).

Essa parcela da juventude classificada como desnecessária por Leal (2018), no ponto de vista dos detentores do capital, é a juventude marginalizada e subalterna. Desse modo, os jovens estão dentro de uma estrutura que possui uma distribuição seletiva tanto dos bens positivos – como oportunidades no mercado de trabalho, proteção, acesso a bens de consumo – quanto dos negativos – como exclusão, violência física, institucional, segregação. Nesse segundo aspecto, se enquadra a situação dos jovens no Brasil com o discurso da defesa social que constitui a juventude enquanto inimiga (LEAL, 2018).

Nesse sentido, a juventude marginalizada, subalterna e segregada do mercado de trabalho e da educação formal, é muitas vezes recrutada pelo mercado ilegal e pelo tráfico de drogas.

Trata-se da juventude apartada dos meios tradicionais para acessar possibilidades de sucesso pessoal; apartada da educação formal ou com acesso a ela em condições mais que precárias; não selecionada para oportunidades no mercado de trabalho formal, cada vez mais competitivo e exigente. Tal situação os empurra para a dinâmica de meios comodamente aceitos pela fatia da população médio-superior como ilegais, informais e reprimíveis. Essa juventude é centrifugada pela sociedade moderna, ao mesmo tempo em que é impulsionada pelo consumo e pelo sonho de uma vida que pauta sua alteridade, seu reconhecimento por meio de bens materiais e simbólicos, e é desprovida de meios para obtenção desses bens. Utilizam, assim, estratégias próprias, mais ou menos regulares, com um maior ou menor potencial ofensivo ou lesivo, em maior ou menor medida tradicionais, a partir de seu contexto de possibilidades individuais – estratégias que remontam ao inconformismo mertoniano na sua face reconhecida como ilegítima e criminalizada. (LEAL, 2018, p. 198)

Desse modo, segundo o autor, forma-se um consenso de punição que é alimentado e potencializado pela sociedade moderna sobre as camadas jovens da população, que se reflete

não apenas no controle social direcionado à juventude, mas também no alto índice de mortalidade.

As drogas são usadas como álibis para o combate e a manutenção da ordem liberal-burguesa, com suas desigualdades e antagonismos, segundo Leal (2018, p. 199), uma vez que o consumo pelos pobres é demonizado e apontado como causa de práticas de crimes, violência, enquanto que o uso e consumo pela juventude da classe média branca torna o discurso patologizante, atribuindo ao indivíduo branco a necessidade de cura e purificação.

Há de se problematizar, portanto, o controle social que é realizado apenas por uma parte da juventude que consome drogas – a pobre, negra e periférica. A mesma parcela da juventude que segregada das oportunidades de inserção no mercado de trabalho formal, da educação formal de qualidade, de territórios regulamentados e da proteção social, é tida como a parcela desnecessária para o capital e que deve ser contida.

Tais jovens, muitas vezes ao ingressarem no mais baixo escalão da linha de produção do tráfico, vivenciam e reproduzem as mais diversas formas de violência, que ao adentrarem na falida dinâmica da guerra às drogas, aumenta-se a perspectiva de descartabilidade da vida desses sujeitos.

Outro componente imprescindível para compreender o paradoxo que é a política de drogas são a geração, manutenção e oficialização do ciclo interminável de violência. Policial que mata e policial que morre; jovem que mata e jovem que morre – e a grande batalha nunca termina. Assim, falar de violência da juventude e das dinâmicas ilegais é falar da própria estrutura ideológica político-jurídica que criou essa dinâmica genocida, que tem nos jovens das classes baixas, geralmente negros, como aponta Waiselfisz (2012a; 2012b), seu público-alvo, erigido à categoria de inimigo. (LEAL, 2018, p. 203)

Nesse sentido, a guerra ao tráfico de drogas falhou e tem falhado com o propósito de diminuir o consumo, venda ou acabar de fato com as substâncias ilícitas, apenas sendo usada como justificativa para a repressão e atuação genocida a uma parcela seletiva da juventude e de territórios.

Desse modo, é importante destacar como os territórios são estratégicos no uso da força, do controle social e também da formação do crime organizado, tendo em vista que os territórios periféricos são os mais atingidos pela repressão – o que não ocorre nas zonas mais centrais da cidade.

É nos territórios periféricos onde a falta de acesso à cidadania, pobreza, dificuldade de mobilidade social, segregação, omissão do Estado, torna tais territórios mais vulneráveis a ações criminosas. Os territórios são utilizados e apropriados por organizações criminosas/ilegais, que os fazem como espaço de poder (FERREIRA; PENNA, 2005).

À violência estrutural desses territórios vem-se articular a violência organizada do crime na atualidade. Cria-se, assim, o território da violência, porções do espaço urbano apropriadas pelas organizações criminosas que exercem seu poder sobre eles transformando-os em redutos de poder do crime organizado que daí comanda sua atuação na cidade, enfrenta o estado e manobra o seu exército formado pela população excluída que habita esses locais. (FERREIRA; PENNA, 2005, p. 158)

A omissão do Estado referente a políticas sociais, de urbanização, cidadania aos sujeitos residentes das periferias e favelas do país, contribui com o processo de vulnerabilização desses territórios e a transformação do mesmo em espaços ocupados pelo crime organizado, facções criminosas, milícia, entre outros grupos ilegais – que com o uso da força e violência transforma a população em refém, explorando as suas carências materiais a seu favor.

Compreender a territorialização da violência, portanto, implica entre alimentar a violência pela via da inércia espacial – sem qualquer ação efetiva nesses territórios – e pelo papel do espaço no processo social. Conforme o geógrafo francês Yves La Coste, “o espaço não é neutro nem inocente”. Não é neutro porque interfere no processo social e não é inocente por ser estratégico (FERREIRA; PENNA, 2005 p. 159).

Desse modo, os territórios periféricos são estratégicos, uma vez que são ocupados de forma predominante pela população pobre, negra, sem acesso a direitos sociais, com forte carência material e desprotegida socialmente, tornando este território mais vulnerável a ações e permanência de grupos armados e criminosos, ao mesmo tempo que é estratégico para imposição de maior força e repressão por parte do Estado – como forma de contenção da população excedente.

No entanto, com a permanência dos ciclos atrelados a esses processos sociais de segregação sócio espacial, ausência de serviços públicos, carência material, continuará existindo a possibilidade dessa territorialização pautada na violência. “Não basta, então, retirar uma favela de um local, desmontar um território, porque a mesma forma espacial vai aparecer em outro lugar, desde que os processos que lhe deram origem persistam” (FERREIRA; PENNA, 2005 p. 159).

Importante ressaltar, que não se trata de uma relação de causa x efeito – em que pobreza gerará criminalidade, mas de um fenômeno multidimensional, em que no contexto socioespacial de crescimento urbano desassociado de políticas que integram a sociedade e suas demandas a esse crescimento, junto à interação de processos econômicos, sociais, espaciais, políticos e culturais que vão se manifestar de forma concreta nos territórios.

Ferreira e Penna (2005, p. 160) colocam sobre a formação de territórios da violência:

Essa interação de processos forma um “constructo” socioespacial que tem um grande impacto no território devido à concentração numa mesma área urbana densamente

povoada. Nesses territórios, assim constituídos, grupos criminosos – de menor ou maior organização e armamentos – apropriam-se desse espaço, se instalam, dominam a população e o local, e ali se fortalecem para desenvolver suas ações. A criminalidade se impõe porque esses grupos criminosos submetem a comunidade a toda espécie de usos e abusos, aterrorizando a população, principalmente os jovens. Nesse contexto não podemos esquecer, ainda, a ação de grupos de policiais corruptos, envolvidos na extorsão dos lucros obtidos com a atividade criminosa.

Como forma a exemplificar a dinâmica do território apropriado e estratégico pelo uso da força e violência, Sardinha (2020) elenca alguns elementos da cidade do Rio de Janeiro – que envolve as esferas políticas, sociais e econômicas, e que atinge ainda mais duramente a parcela mais vulnerável da cidade.

Como bem sabido e já retratado através da mídia, filmes e músicas, a cidade do Rio de Janeiro possui grandes disputas territoriais promovidas pela atuação de grupos armados. Como expressão da militarização do espaço, esses grupos realizam em diferentes localidades o controle territorial, armado e ostensivo, com práticas militares e recorrendo ao uso da violência direta para se legitimar enquanto manifestação do exercício do poder e dominação para determinados fins, sejam eles econômicos, políticos, sociais ou simbólicos (SARDINHA, 2020).

Os grupos armados são constituídos de facções criminosas, tráfico de drogas, grupos de extermínio, milícia, facções policiais e possuem suas ações de forma parecidas, como grupos que atuam no espaço urbano periférico ou favelado da cidade, com controle territorial militarizado e exploração econômica, através da: imposição política pelo medo, controle armado, extorsão econômica de mercados legais e ilegais etc. Porém, não podem ser classificados como uma única coisa (SARDINHA, 2020). Dessa forma, segundo Ferreira e Penna (2005) a violência organizada atua como um novo processo que atua no espaço urbano, valendo-se da informalidade e da ilegalidade da ocupação, da especulação do mercado imobiliário, da ausência do poder público, da impunidade e da vulnerabilidade da população pobre.

O território, por sua vez, dentro dessa dinâmica e relações sociais acaba por produzir e reproduzir violências das mais distintas formas no cenário urbano constituindo enquanto um problema coletivo. Como resultado temos a crescente estatística da criminalidade, o agravamento do quadro de segregação social com a estagnação econômica e a diminuição dos investimentos públicos - que se traduz na falta de perspectiva principalmente para os jovens (FERREIRA; PENNA, 2005).

Desta forma, pode-se reiterar que a violência em que os jovens vivenciam também são territorializadas, ao passo que o lugar de moradia se coloca como elemento importante para a

construção da cidadania. A diferença de investimentos do Estado e do capital nos territórios incide de forma direta sobre os modos de vida das juventudes, influenciando nas oportunidades de emprego, bem como sobre as ações de vigilância voltadas à população, visando à manutenção da ordem.

Portanto, é também no território que é possível acompanhar o avanço e o movimento do capital e de seus efeitos, tais como a segregação socioespacial, o empobrecimento e a violência contra os jovens negros, operando uma política que oculta as suas determinações, mediante a culpabilização dos pobres. Não por acaso, a violência que acomete as favelas e comunidades é em maior grau, porém não gera comoção popular a ponto de provocar alguma mudança na situação.

Tendo em vista as considerações da formação dos territórios, a partir de elementos culturais, políticos e econômicos, e compreendendo que a violência é estratégica em determinados territórios, é de clara associação que os territórios periféricos também possuem práticas e manifestações culturais, como o banho de sol na laje, bailes funks, raps, hip hop, que, além de frequentemente marginalizadas, são também criminalizadas. A dimensão econômica associada à política de escassez, parca infraestrutura e a lógica da produção capitalista do espaço urbano, que gera segregação, resulta em ações de controle e violência por parte dos governos.

Os jovens negros, pobres e periféricos se constituem, assim, no segmento que mais é acometido pela violência letal e sequer possui políticas sociais efetivas. As políticas voltadas para a juventude ainda são insuficientes e pouco propositivas. A situação remete à questão do controle do Estado sobre uma grande quantidade de sujeitos que necessitam de emprego e renda, sem saber como e nem onde encontrá-los. Por outro lado, as facções criminosas não constituem um poder paralelo, mas possuem relação de contiguidade com as agências do Estado.

Segundo Silva (2004), a situação deflagra uma crise de legitimidade do Estado, que implica num déficit de sua capacidade de exercer o controle social. O efeito tem sido a ampliação do recurso à violência que é concomitante à expansão e organização da criminalidade. Em suas palavras:

(..) de um lado, como variável independente, uma profunda crise de autoridade que gera impunidade e corrupção e torna ineficaz o funcionamento das agências estatais, inclusive e especialmente as relacionadas ao controle social e à administração da justiça; de outro, a variável dependente a ser explicada: o crescimento do crime violento organizado nos espaços em que a atividade regulatória e as políticas substantivas do Estado não conseguem preencher. (SILVA, 2004, p. 70-71)

A questão remete ao ponto central desta dissertação, que é destacar a tendência à concentração das ações de controle social sobre os territórios de pobreza, lugares onde a violência é de certa forma naturalizada. Este é um efeito do avanço do neoliberalismo, visto que as políticas sociais vão se tornando menos institucionalizadas e passam a adquirir o sentido de “gestão dos territórios”. Assim sendo, os governos se voltam menos para o investimento em instituições públicas estatais e passam a selecionar as áreas de interesse para a sua atuação, além de definir a forma de intervenção sobre elas. Como as políticas públicas sobre os territórios de pobreza são bastante residuais, não há efeitos práticos em termos de pacificação, e as ações do Estado no território vão sendo marcadas pela política de segurança, especialmente pelas operações policiais, que acabam por acentuar o estigma do lugar como espaço de violência. Tais operações não apresentam como objetivo central o fim do tráfico de drogas e de armas, mas possuem como alvo principal o controle sobre os jovens na localidade.

Assim, nesse contexto do avanço do neoliberalismo, a vigilância e o controle, na sua base jurídica, vão se tornando rarefeitos com relação à seguridade social, mas rígidos em termos das forças de segurança. Os dispositivos e mecanismos de controle vão se tornando menos democráticos, sendo preteridos aos aparatos repressivos considerados imprescindíveis à proteção da sociedade (SIERRA; FREIRE, 2021).

Diante do exposto, o próximo capítulo irá discutir em estudo de caso a relação da juventude com a violência e o território na cidade de Campos dos Goytacazes - RJ, a fim de demonstrar que a dinâmica de violência e da guerra às drogas que atingem de forma majoritária os jovens está presente também nas cidades do interior.

3 ESTUDO DE CASO: MORTES VIOLENTAS DE JOVENS EM CAMPOS DOS GOYTACAZES

Este capítulo tem como objetivo compreender a dinâmica da violência associada ao território que atinge de forma majoritária os jovens negros, pobres e periféricos, sobretudo a partir da política neoliberal e da intensificação a guerra às drogas, no município de Campos dos Goytacazes - RJ. A fim de se debater como tal dinâmica socioterritorial é realizada nas cidades do interior, tendo em vista que os elementos supracitados não atingem apenas as grandes metrópoles, mas também têm se espalhado nas pequenas e médias cidades, principalmente com a expansão do desemprego estrutural e crescimento do tráfico de drogas que chega até as pequenas e pacatas cidades, transformando-as também em palco da violência e mortes prematuras.

Considera-se, neste trabalho, dados sobre homicídios de jovens. Embora nem sempre a violência cotidiana termine em morte, a morte revela a violência levada ao extremo. Desse modo os homicídios são a parte visível de uma realidade complexa que será analisada neste trabalho associada ao território e aos seus contextos políticos, econômicos e sociais, bem como à disposição dos serviços públicos nos territórios mais afetados pela violência.

Como este capítulo se dispõe a analisar um território específico, a cidade de Campos dos Goytacazes, considera-se que a metodologia utilizada é o estudo de caso – com base nos documentos oficiais da prefeitura e dados do Instituto de Segurança Pública. O estudo de caso como metodologia se define uma vez que estuda e caracteriza algo em particular. Importa ressaltar que o particular não é dissociado ou apartado do contexto macro ou geral.

3.1 Metodologia de estudo de caso

Tendo em vista que este trabalho pretende se debruçar sobre os dados da violência contra a juventude e o contexto histórico econômico e social da cidade de Campos dos Goytacazes - RJ, a metodologia aplicada é o estudo de caso, pois compreende a investigação empírica de uma realidade específica, porém não apartada da realidade em nível macro, uma vez que os contextos sociais, políticos e econômicos, bem como a violência que é produzida nas grandes cidades e metrópoles, também estão sendo reproduzidos – com particularidades e especificidades – em cidades interioranas.

Desse modo, a metodologia do estudo de caso, segundo Yin (1994), é um inquérito empírico que investiga um fenômeno contemporâneo dentro do seu conceito de vida real, especialmente quando as fronteiras entre fenômenos e contextos não são claramente evidentes.

No geral, os estudos de caso são a estratégia preferida quando questões “como” e “porque” estão a ser colocadas, quando o investigador tem pouco controle sobre os acontecimentos, e quando o foco está nos fenômenos contemporâneos dentro do contexto da vida real. (YIN, 1994, p. 10)

O estudo de caso é muito utilizado para examinar acontecimentos contemporâneos, mas quando os comportamentos relevantes não podem ser manipulados. Diferentemente das técnicas utilizadas no estudo histórico convencional – artefatos, documentos, registros, o estudo de caso também se utiliza da observação direta e entrevistas, podendo ser feita a coleta de dados de diversas formas, além de incluir estudos de casos simples ou múltiplos (os casos simples são os mais comuns tendo o foco em uma unidade, e os múltiplos são os quais vários estudos são conduzidos simultaneamente, com indivíduos ou organizações, por exemplo) tendo análises quantitativas ou qualitativas (YIN, 1994).

Dessa forma, descrever e caracterizar estudos de caso não é uma tarefa fácil, pois podem ser usados de modos diferentes, através de modalidade de pesquisa, na prática educacional e com aplicação em muitos campos do conhecimento, como medicina, psicologia, nas áreas tecnológicas, humanas e sociais (VENTURA, 2007). De acordo com Ventura (2007), os estudos de caso que priorizam a abordagem qualitativa da pesquisa, são considerados naturalísticos, pois priorizam a interpretação dos dados feita no contexto; a busca constante de novas respostas e indagações; a retratação completa e profunda da realidade; o uso de uma variedade de fontes de informação e a possibilidade de generalizações.

Portanto este trabalho é um estudo de caso que irá pensar a violência que acomete a juventude - sobretudo negra, pobre e periférica na cidade de Campos dos Goytacazes e como esse fenômeno de mortes violentas se manifesta no município, através da coleta de dados feita a partir de documentos e registros municipais e dados do Instituto de Segurança Pública (ISP), com análises quantitativas e qualitativas, compreendendo que as mesmas se complementam para melhor entendimento da realidade.

Além de buscar compreender o contexto político, econômico, social e as particularidades de uma cidade interiorana, sendo uma das últimas a abolir a escravidão, com forte presença das usinas açucareiras e famílias tradicionais com forte influência conservadora na política municipal. A análise também se volta à disposição dos serviços públicos de proteção social no município e a sua relação com a violência e modos de vida da juventude.

No entanto, tais elementos que são particulares a cidade de Campos dos Goytacazes não são apartados, afastados ou únicos do município, tendo em vista que tais características fazem parte da nossa formação sócio-histórica e estão presentes em diversos territórios. Portanto, se faz necessário o entendimento de que os fenômenos e acontecimentos que atravessam determinados territórios são constituídos enquanto parte da dinâmica capitalista, cultural e social que vivemos.

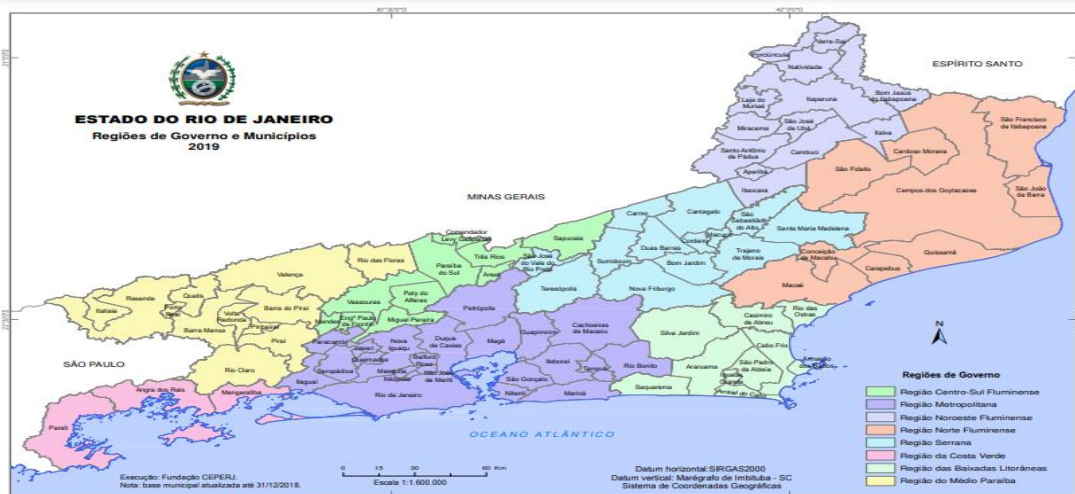
Assim como Azeredo (2022, p. 133) destaca, é necessária a compreensão de que todo “local” se articula com o externo e o “global”. Por isso, compreender o bairro e a cidade demanda considerar que todo local se manifesta através de apropriações e usos de seus habitantes e da interpretação feita pelo conjunto da sociedade, uma vez que as condições de vida presentes em um dado território possuem raízes históricas, que guardadas suas particularidades, mantém eixos comuns através das análises feitas a partir das escalas: do país, do estado, da cidade, do bairro (AZEREDO, 2022).

Dessa forma, este trabalho ao considerar a cidade de Campos dos Goytacazes como local privilegiado para análise da realidade, sobretudo referente a mortes violentas de jovens – não está desconsiderando a realidade a nível macro, mas também analisando e ponderando como as questões estruturais, sistêmicas e as raízes históricas estão presentes nesse território.

3.2 Caracterização econômica e social de Campos dos Goytacazes

A cidade de Campos dos Goytacazes, localizada na região Norte Fluminense do Rio de Janeiro possui grande extensão territorial, sendo a maior cidade do interior com 14 distritos e mais de 150 bairros. O município localizado na região Norte Fluminense está distante da cidade do Rio de Janeiro, como pode ser visto no mapa a seguir:

Mapa 1 - Microrregiões do Estado do Rio de Janeiro



Fonte: PRODÉRJ, 2019³

A população campista está em torno de 514.643 habitantes, segundo a estimativa populacional do IBGE de 2021, sendo também uma das cidades mais populosas do interior do estado. Esse quantitativo populacional é predominantemente urbano: 90,3% vivendo nas cidades, em detrimento de 9,7% residindo em áreas caracterizadas como rurais (CAMPOS DOS GOYTACAZES, 2018).

Campos é uma cidade marcada pelas contradições do progresso e avanço em meio ao arcaico e ao conservadorismo. Como exemplo, foi a primeira cidade da América Latina a ter luz elétrica em 1883; possui a livraria mais antiga do Brasil ainda em atividade; foi palco de importantes movimentos abolicionistas, com a fundação da Sociedade Campista Emancipadora, com nomes como Luís Carlos de Lacerda e José Carlos do Patrocínio como expoentes da causa. No entanto, foi a última cidade brasileira a aderir a abolição, com casos recentes de trabalhos análogos à escravidão e ainda marcada pela pobreza e desigualdade, apesar do volumoso recurso de *royalties* que recebe atualmente.

Além disso, Campos é uma das cidades mais importantes economicamente e politicamente da região Norte Fluminense, tendo em vista sua grande extensão territorial e número de habitantes. A região é conhecida pela tradição na produção de cana, açúcar e álcool. Durante o período do século XVII as atividades desenvolvidas em Campos eram ligadas à pecuária e às lavouras, e boa parte do gênero alimentício produzido na região era exportada para o Rio de Janeiro. E no século XVIII, a cultura da cana-de-açúcar ocupa grande centralidade na economia campista (SILVA; CARVALHO, 2004).

Tal projeto de desenvolvimento gerava grande volume de produção, mas por outro lado produziu intensa concentração de renda e terras - o que contribuiu para que não apenas Campos, mas toda região Norte Fluminense ficasse marcada como uma das que mais recebeu escravos, baseando a produção por muito tempo com o perfil de trabalho escravo (CAMPOS DOS GOYTACAZES, 2022).

Desse modo, durante o período colonial, com a base da produção econômica pautada de forma majoritária no trabalho escravo, na produção da lavoura e cana-de-açúcar, surge também a formação de grupos sociais e econômicos que irão dar início às classes e grupos ainda marcantes e perceptíveis na sociedade atual:

³ Disponível em: http://arquivos.proderj.rj.gov.br/sefaz_ceperj_imagens/Arquivos_Ceperj/ceep/informacoes-do-territorio/cartografia-fluminense/Mapa%20das%20Regi%C3%B5es%20de%20Governo%20e%20Munic%C3%ADpios%20do%20Estado%20do%20Rio%20de%20Janeiro%20-%202019%20-%20CEPERJ.pdf. Acesso em: 12 out. 2022.

[...] observou-se a constituição de distintos grupos sociais tendo em conta o modo de produção mercantil exportador, fundamentado na produção açucareira, a saber: a) uma aristocracia rural (os senhores de engenho e, mais tarde, no período imperial, os chamados barões do açúcar); b) uma nova burguesia mercantil, responsável pelas intermediações comerciais e financeiras dos povoados no Norte Fluminense com as demais regiões do país e da metrópole, envolvendo o comércio de açúcar, tráfico de escravos, comércio de gêneros de primeira necessidade e empréstimos financeiros aos senhores de engenho; c) o clero, que exerceu grande influência no contexto socioeconômico regional, por ter se consolidado como grande proprietário de terras e expressivo produtor de açúcar na região e d) os negros africanos, mão-de-obra empregada no processo produtivo, até o final do século XIX, que se somavam aos índios e mestiços. A articulação dos grupos sociais, acima descritos, em torno da produção de açúcar, iria definir a base da formação social e econômica do Norte Fluminense. (SILVA, CARVALHO, 2004, p. 35)

Tendo em vista os grupos sociais supracitados: a aristocracia rural, burguesia mercantil, clero e ex-escravos, é possível observar de forma empírica que tais grupos foram se perpetuando ao longo do tempo e mudando suas roupagens e abordagens, mas continuam presentes na sociedade e no seu imaginário, além de exercerem influência na economia e política local.

Os ex-escravos por sua vez, conforme já analisados por Moura (1977, 1994); Nascimento (1978); Gonzalez (1982), após a abolição da escravatura, tornaram-se uma massa populacional sem qualquer respaldo social, econômico, de moradia, sendo obrigados a viver da sua própria sorte, criando estratégias de sobrevivência. Em Campos essa realidade não foi diferente, os ex-escravos sem proteção das políticas públicas passaram a adensar os bolsões de pobreza da cidade.

De acordo com Cruz (2022), o fim da escravidão e, posteriormente, as mudanças técnicas na lavoura e nas Usinas e as leis de proteção ao trabalhador, provocaram a expulsão de milhares de trabalhadores do campo. Expulsos do campo, estabeleceram-se em núcleos urbanos e nas periferias das cidades. Desse modo, ainda que hoje haja produção de cana, de açúcar e álcool, é irrelevante em volume, emprego e renda, sendo atualmente um ciclo encerrado.

No entanto, desde o fim da década de 70 a região Norte Fluminense é produtora de petróleo, mercado que deu um grande *boom* na economia da região e especificamente na cidade de Campos dos Goytacazes e Macaé. O novo mercado, que cresceu exponencialmente, exigiu mão de obra qualificada e um grande número de trabalhadores. Porém, segundo Cruz (2022), a força de trabalho regional encontrada, é composta em sua maioria por ex-trabalhadores rurais da economia sucroalcooleira, uma vez que o segmento se encontrava em declínio gradual desde os anos de 1970.

Assim, o novo ciclo econômico confrontou-se com uma grande questão social - a massa de trabalhadores destituída da terra, de direitos, moradia, educação formal, que foram integrados marginalmente à cidade, desprovidos de acesso aos direitos, à infraestrutura urbana

e aos meios de vida e trabalho, um exército de reserva nunca mais incorporado, em sua grande parte, através de relações de trabalho formais, na economia regional formal (CRUZ, 2022).

O novo ciclo econômico confrontava-se com a questão social da região, representada pelas desigualdades decorrentes da superexploração dos trabalhadores na lavoura da cana, grande parte dos quais na informalidade, destituídos de direitos e de condições dignas de trabalho. Constituíam um exército formado por trabalhadores miseráveis, sem formação educacional formal, desprovidos dos requisitos prévios para ingresso no novo mercado de trabalho. Constituíam os deserdados da cana, expropriados dos meios de vida no campo e destituídos dos meios de integração no trabalho assalariado formal no novo ciclo. (CRUZ, 2003 apud CRUZ, 2022, p. 56)

Desse modo, o início das atividades voltadas para o petróleo acarretou em diversas transformações econômicas e socioambientais na região. Os trabalhadores que anteriormente trabalhavam na lavoura, no campo, e que em sua maioria não possuíam qualificação e escolaridade formal, foram segregados do novo ciclo econômico, ocupando os territórios mais periféricos da cidade - sobretudo o território de Guarus.

Tendo em vista as mudanças ocorridas na força de trabalho e a modernização causada, o território de Guarus comparada a outras localidades do município, foi o que recebeu maior fluxo de antigos trabalhadores das fazendas e/ou usinas próximas ao local, descendentes de filhos e netos de ex-escravos (ASSIS, 2016).

Referente ao mercado de petróleo na região, atualmente a Bacia de Campos é responsável por mais de 80% da produção de petróleo e gás do Brasil, recebendo *royalties* pela extração do petróleo regional⁴ em que a partir do final da década de 1990, quando tiveram um substancial aumento, colocaram alguns municípios do Norte- Fluminense entre os maiores níveis de orçamento per-capita do país; entretanto, considerando-se os aspectos das desigualdades de renda, da qualidade de vida e bem-estar, tais índices não são condizentes com o dinamismo da sua economia (CRUZ, 2004).

Contudo, os valores expressivos dos *royalties*, aliados ao crescimento das indústrias e desenvolvimento atuam como um atrativo migratório, principalmente na cidade de Macaé, onde se concentram os principais postos de trabalho, em que juntamente com Campos, recebem o título de Capital Nacional do Petróleo.

Segundo dados dos movimentos migratórios nos municípios da Região Norte-Fluminense em 2000 e 2010, Campos dos Goytacazes e Macaé são os municípios com maior atração populacional na região, em termos absolutos. Macaé com maior índice, pois sendo a

⁴ Os *royalties* são uma compensação financeira devida à União, aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios beneficiados pelas empresas que produzem petróleo e gás natural. No ano de 2021, o estado do Rio de Janeiro recebeu o valor de R\$ 7,8 bilhões em *royalties*.

sede da indústria do petróleo, incrementou o mercado de trabalho local e atraiu pessoas de várias partes do país, enquanto Campos atraiu muitos estudantes de diversos municípios e estados vizinhos, tornando-se um pólo educacional (CAMPOS DOS GOYTACAZES, 2018). Campos torna-se um importante pólo universitário com a expansão das redes de ensino, formação e qualificação profissional, com mais de 10 instituições de ensino superior, dentre elas universidades públicas (como Universidade Federal Fluminense - UFF, Instituto Federal Fluminense - IFF, e Universidade Estadual do Norte Fluminense - UENF) e privadas.

É importante destacar que a cidade de Campos possui relevância na economia da região Norte Fluminense, inicialmente com a produção da cana de açúcar e agricultura, posteriormente com o petróleo e o recebimento dos *royalties* e atualmente, segundo os indicadores econômicos do município, vem se observando uma tendência de expansão do setor terciário ao longo das últimas décadas, tendo em vista o rápido crescimento do setor nos segmentos de serviço e comércio - que tem sido responsáveis pela geração da maior parte dos empregos do município (CAMPOS DOS GOYTACAZES, 2018).

Entretanto, segundo Azeredo (2022), ainda que os cursos técnicos e as universidades assumam papel estratégico como agentes de mudança, uma das principais preocupações dos pesquisadores da área se refere à capacidade da região gerar empregos para profissionais nela formados. Devido ao fato dos gestores das cidades não terem conseguido alavancar o desenvolvimento, sobretudo pela via da geração de emprego - apesar dos recursos dos *royalties*, sendo possível afirmar que os recursos dos *royalties* não foram conduzidos em prol da justiça social.

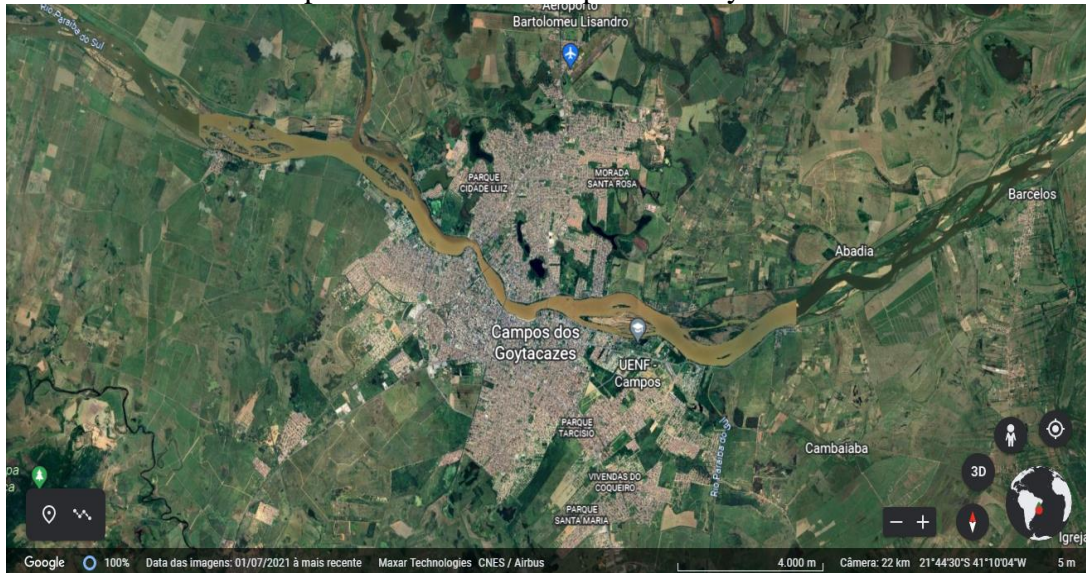
Tal fato é possível ser confirmado com base no documento produzido pela prefeitura municipal intitulado como: *Perfil de Campos dos Goytacazes*, do ano de 2018, onde se pode afirmar que a população residente de Campos é majoritariamente pobre. Apesar do crescimento econômico advindo do petróleo, a expansão das universidades e o aumento do setor terciário, tais fatores não atingiram a maior parte da população. A população de menor renda - que é também em maior número negra - está em maior concentração (ou segregação) no território de Guarus, localidade que será melhor abordada no próximo item (CAMPOS DOS GOYTACAZES, 2018).

3.3 Campos dos Goytacazes: territórios e moralidades

A cidade de Campos é dividida particularmente entre uma ponte sob o Rio Paraíba do Sul, onde de um lado (margem direita) possui maior desenvolvimento econômico,

infraestrutura, concentração populacional e conseqüentemente, é a área central da cidade - enquanto que o outro lado da ponte (margem esquerda) estão os bairros mais pobres, periféricos e os distritos rurais. É possível perceber na imagem retirada do *Google Earth*, a cidade assim dividida através do rio.

Mapa 2 - Cidade de Campos dos Goytacazes



Fonte: imagem retirada do *Google Earth*

A ocupação do território hoje conhecido como Guarus - da margem esquerda do rio, foi dada inicialmente pela população indígena - os índios Goitacás⁵ e posteriormente no fim do século XIX por quilombolas. Esse grupo populacional foi considerado por muitos, como “bárbaros”.

Para além da separação física dos territórios através do rio, havia também uma fronteira moral, considerando seus moradores como sujeitos perigosos. Segundo Azeredo (2022, p. 135), “a origem social dos moradores incide sobre o modo como a localidade é categorizada”.

A separação entre o território de até então Guarulhos (Guarus) e a Vila de São Salvador (o centro de Campos) não era meramente administrativa, pois havia também um delineamento moral entre os moradores. A localidade de Guarus estava condenada à segregação territorial. A não assimilação das populações indígenas e quilombolas aos projetos urbanísticos da cidade, os tornou inimigos internos e, conseqüentemente, um motivo para desqualificação do território (ASSIS, 2016, p. 30).

⁵ Os Goitacás (ou Goytacazes) foi uma tribo indígena que deu origem ao nome da cidade - Campos dos Goytacazes. Grupo indígena brasileiro que habitou a região do Espírito Santo e Campos, até a metade do século XVII ou até fins do século XVIII. A etimologia do nome que procede do tupi, possui como significado: “grandes corredores” ou “gente que sabe nadar”. A tribo Goitacá era considerada pelos historiadores como agressivos e arduos, possuindo a alcunha de tribo mais selvagem do Brasil. Foram exterminados pelos colonizadores portugueses através de uma epidemia de varíola propositalmente provocada.

Desse modo, a localidade de Guarus foi categorizada de forma moral como um lugar perigoso desde os primórdios da sua ocupação, ocorrendo ainda uma intensa propagação de rumores sobre os perigos de circulação no território. De acordo com Assis (2021, p. 50), “Guarus constituía outra cidade, um lugar adequado para a permanência das populações tomadas por perigosas e que não despertava o interesse do poder público”.

Sendo o território de Guarus ocupado inicialmente pela população indígena e quilombolas, estes foram sucedidos por sujeitos da mesma linhagem de raça/etnia, que encarnaram na pele e cor da maioria dos cortadores de cana e dos trabalhadores em geral com baixa qualificação e remuneração, estando na condição de “desintegrados” das cidades (AZEREDO, 2022). Desse modo, Guarus foi – e é – um território marcado pela pobreza, onde havia (e ainda há) uma separação moral presente entre os moradores da região central e os de Guarus. Assim conforme analisa Azeredo (2022):

Neste percurso sobre os primeiros moradores de Guarulhos, observa-se, que o preconceito quanto à origem geográfica ainda hoje marca os processos de territorialização dos que lá se fixaram ou pretendem se fixar. A noção de que “da ponte pra lá a coisa é diferente”, ainda faz alusão a um espaço habitado por sujeitos “perigosos” e remete a expressões de desigualdades, segregações e discriminações de todas as ordens. (AZEREDO, 2022, p. 135)

Nesse contexto, apesar de Campos dos Goytacazes possuir importância na produção de riquezas nacionais conforme abordado anteriormente com o petróleo, tais heranças e riquezas foram distribuídas de modo desigual, deixando uma maioria deserdada dos benefícios do progresso - sobretudo os residentes do território de Guarus - que não coincidentemente é o território mais empobrecido e com ausência de recursos. Assim, segundo Azeredo (2022), o desenvolvimento não foi sinônimo de inclusão ou resultou numa inclusão típica da “cidade negada”.

Dessa forma, o território de Guarus - em oposição ao centro da cidade - continua a ser reconhecido como local de perigo, de perigosa circulação, inicialmente como alusão aos povos que ocuparam e atualmente também pela pobreza, marginalidade e concentração do tráfico de drogas presentes nesta região. Desse modo, os moradores de Guarus sofrem com a segregação moral e econômica imposta, além da ausência do reconhecimento por reputação, prática cultural muito presente na cidade de Campos, principalmente através do reconhecimento por sobrenomes - vinculados a um status social e notoriedade.

Blanc e Assis (2021) analisam que de forma muito atrelada a cultura da cana de açúcar, a cidade ainda possui alguns fatores presentes no imaginário local, sobretudo referentes a “famílias tradicionais” e os membros da dita “sociedade campista”. A figura do senhor de

engenho e do usineiro ainda permanecem no imaginário local advindo do “tempo áureo” sucroalcooleiro, principalmente tendo sobrenomes como referências e reconhecimento social. O grupo aristocrático - proprietários de terra e que possuem certa ascensão econômica, lhes é garantido uma reputação pública que é valorizada nos quadros de referências do município, assim como os senhores de engenho e usineiros, considerados como a parte “nobre da sociedade campista” sendo atribuídos notoriedade mesmo que de forma simbólica (BLANC; ASSIS, 2021).

Desse modo, com a presença dos sobrenomes associados a uma reputação moral, a forma de pertencimento e, de certo modo, reconhecimento daquele sujeito, estão ligadas às cadeias de reputação.

As cadeias de reputação operam justamente no processo de enquadramento dos atores na situação a partir de referenciais coletivamente estabelecidos, como um estoque de conhecimento compartilhado sobre pessoas através das suas redes de relações. Deste modo são acionados os sobrenomes de família mas não apenas, como pretendemos demonstrar. [...] É um elemento de diferenciação cujo valor é dado não pelo seu conteúdo - uma boa ou má reputação -, mas seu potencial de abrangência - o quanto permite a alguém ser (re)conhecido. A notoriedade representa, deste modo, o exercício de uma reputação pública, uma forma de reconhecimento pautada no conhecimento mútuo (direto ou indireto) e que culmina com o estabelecimento de uma relação de confiança pela proximidade, mesmo que relativa. O fato de se estar inserido em uma cadeia de reputação confere aos seus membros um posicionamento, torna-os próximos, dotados de uma estima por familiaridade. (BLANC; ASSIS, 2021, p. 36)

Os autores Blanc e Assis (2021) analisam que essas reputações são recursos úteis em diferentes situações, servindo aqueles que as possuem como uma ferramenta de ação e que pode instaurar um regime de proximidade, mesmo entre desconhecidos diretos. Por outro lado, as famílias que não possuem tal ferramenta, não pertencentes a uma cadeia de pessoalidade e tradição no município, sobretudo os moradores de Guarus, sofrem com a desconfiança e desqualificação moral, ocupando a posição de outro, em contraposição ao nós, “os campistas”, dentro desse contexto, morar em Guarus é estar em “desvantagem” (BLANC; ASSIS, 2021).

No entanto, se faz importante problematizar tal herança que a “cultura da cana de açúcar” deixou presente na cidade ainda nos tempos atuais, uma vez que está atrelada também a um passado escravocrata em que os senhores de engenhos adquiriram riquezas e terras baseados no trabalho escravo, violência e expropriação contra a população negra. Tais sobrenomes ainda serem reconhecidos com prestígio, reconhecimento social e dentro de uma cadeia de reputação, em oposição aos moradores de Guarus - que inicialmente foi ocupado de forma majoritária por quilombolas e trabalhadores rurais e são segregados moralmente, nos demonstra que a cidade não “resolveu” os males da escravidão, não possuindo justiça social

com essa população e ainda estimando um passado escravocrata, imbuído de violência, racismo e elitismo.

Portanto, apesar do crescimento populacional da cidade, da expansão das universidades, de ser um importante pólo petrolífero, a cidade permanece conservadora, saudosista de um passado escravocrata, enaltecendo sobrenomes ligados à aristocracia e sem justiça social com a população negra, descendentes de escravos e quilombolas, que permanecem em situação de segregação moral, territorial, econômica e racial nos territórios periféricos da cidade.

Para além disso, segundo Azeredo (2022, p. 137) morar em territórios pobres e segregados, em qualquer tempo e espaço, contribui para que famílias tenham acesso limitado ou não acessem os principais circuitos sociais e econômicos frente ao mercado de trabalho e as possibilidades institucionalizadas do Estado.

Dessa forma, conforme já mencionado anteriormente, os territórios periféricos são os que mais sofrem com a ausência de serviços públicos, investimentos privados, bem como uma rede de proteção socioassistencial institucionalizada. Assim, os moradores dos territórios periféricos tendem a estar mais expostos às expressões da questão social sem uma rede sólida de proteção social, com baixa qualidade e recursos no que tange a empregos, moradia, lazer e segurança pública.

Portanto, o próximo item tem como objetivo fazer uma análise dos serviços socioassistenciais nos territórios de Campos, sobretudo em torno das políticas, serviços e ações públicas para a população jovem, considerando o contexto particular de desenvolvimento e amadurecimento deste segmento, tendo em vista que o território se configura como importante elemento no modo como a juventude se apropria da cidade e dos seus direitos, uma vez que com a desproteção social, os jovens são impedidos de acessar seus direitos sociais, gerando impactos na mobilidade social, na relação com a cidade e oportunidades, além de apresentar maior exposição a violência - que se concentra não coincidentemente nesses territórios, atraindo maior número de jovens para a criminalidade, inclusive a do tráfico de drogas.

3.4 Análise socioterritorial do município

O território de Campos dos Goytacazes não é diferente de outros territórios situados em sociedades capitalistas. A cidade possui suas intervenções urbanas e modernizações pautadas no interesse do capital - o que conseqüentemente gerou um

[...] fenômeno de diferenciação sócio-espacial, definido por dois aspectos: o sobrevalor da área central, com incremento de ações públicas, e o desvalor das áreas

periféricas, pela falta de investimento e ocupação progressiva dos trabalhadores mais empobrecidos – somado a eles os ex-escravos. (CAMPOS DOS GOYTACAZES, 2022)

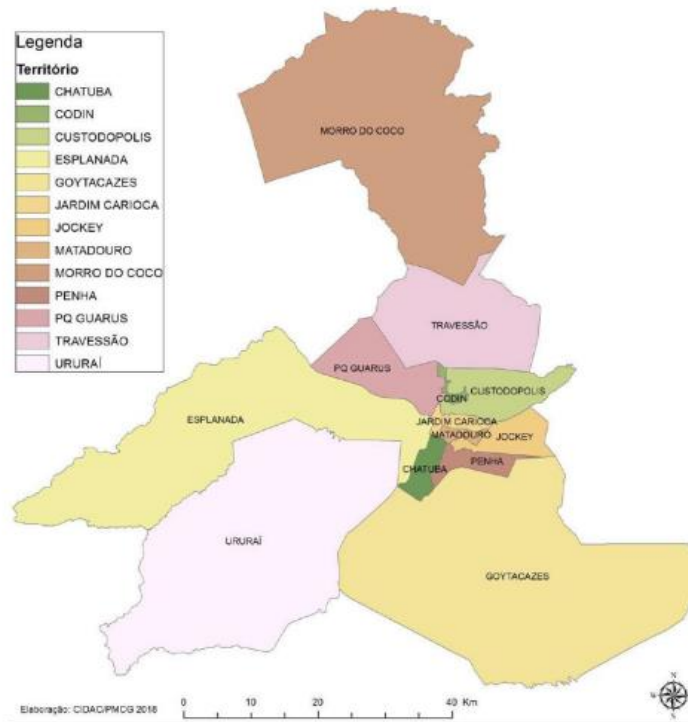
Desse modo, na margem esquerda do Rio Paraíba do Sul – o território de Guarus é o território de Campos mais empobrecido que abriga diversos bairros periféricos, juntamente com os distritos de Travessão e Morro do Coco, que também ficam à margem esquerda do rio. Nesse sentido, é importante ressaltar que a pobreza deve ser compreendida em diversos sentidos, pois as desigualdades sociais se manifestam nas diversas expressões da questão social, resultante da relação capital x trabalho inerente à sociedade capitalista. Entretanto, a pobreza não pode ser entendida apenas pela variável da renda, mas por diversos fatores, de forma multidimensional. Assim como classifica a autora Silva (2010):

O entendimento é de que o sistema de produção capitalista, centrado na expropriação e na exploração para garantir a mais valia, e a repartição injusta e desigual da renda nacional entre as classes sociais são responsáveis pela instituição de um processo excludente, gerador e reprodutor da pobreza, entendida enquanto fenômeno estrutural, complexo, de natureza multidimensional, relativo, não podendo ser considerada como mera insuficiência de renda. (SILVA, 2010, p. 157)

A ausência de recursos somada a baixa cobertura do Estado nesses territórios, dificulta a produção e reprodução social da classe trabalhadora, que sem acesso a bens e serviços e desprovidos de capital está mais suscetível também à violência. Desse modo, esse item busca analisar como a rede socioassistencial governamental de proteção social está disponível nos territórios de Campos dos Goytacazes - sobretudo os territórios periféricos e com maior índice de violência.

De forma a pensar nos serviços de proteção social ofertados à população, é importante se ater ao fato que a cidade de Campos é subdividida em 13 territórios para a Política de Assistência Social. Assim, compreender a realidade dos territórios é importante para entender de forma concreta as desigualdades sociais e as expressões da questão social que a população vivencia cotidianamente, bem como a organização dos serviços e possíveis alternativas de enfrentamento, dentro do contexto daquele território. Não por acaso, a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) trabalha a partir do território, tendo como grande eixo de análise, estratégia, ação e organização dos serviços. Os 13 territórios de Campos, são apresentados na figura abaixo:

Mapa 3 - Territórios da Política de Assistência Social em Campos dos Goytacazes



Fonte: imagem retirada do Plano Municipal de Assistência Social de Campos dos Goytacazes - 2022 - 2025

De acordo com o *Plano Municipal de Assistência Social de Campos dos Goytacazes* do ano de 2022-2025 - um dos seus objetivos é analisar os padrões dos serviços com informações relacionadas ao tipo, volume e padrões de qualidade dos serviços ofertados pela rede socioassistencial. E também as principais vulnerabilidades e riscos sociais que incidem sobre as famílias e indivíduos.

Para realizar tal análise, foi adotada no desenvolvimento da metodologia a extração de dados da população cadastrada no Cadastro Único de cada território, a fim de realizar um panorama geral acerca de algumas situações de vulnerabilidade presentes, que foram explanadas em forma de *ranking*. Os índices utilizados para tal análise foram a respeito da renda: quantidade de pessoas em extrema pobreza; número de pessoas na família: famílias numerosas; responsável familiar sem cônjuge: arranjo monoparental de chefia feminina; número de pessoas com deficiência; idosos; crianças e adolescentes; pessoas com 18 anos ou mais com ausência de trabalho remunerado no último ano; pessoas que trabalharam nos últimos 12 meses no trabalho informal; escolaridade: pessoas com 25 anos ou mais que possuem apenas o Ensino Fundamental.

Segundo o documento, o critério para eleição dos indicadores do *ranking* foi a significatividade dessas expressões da questão social e a possibilidade de agravarem ainda mais o quadro social, considerando sua capacidade de exclusão do mundo do trabalho e seus

impactos sobre a população em situação de pobreza (CAMPOS DOS GOYTACAZES, 2022, p. 48).

Desse modo, a partir desses dados, foram construídas tabelas com cálculos percentuais de incidência de tais índices em cada território, gerando como resultado um percentual de ocorrência segundo as particularidades do território. Dessa forma foi possível analisar qual território possui maior incidência de vulnerabilidade social e, por conseguinte, deve possuir maior foco de atenção. A tabela apresenta de forma sintetizada o somatório dos índices percentuais citados.

Tabela 1 - *Ranking* das “vulnerabilidades e riscos sociais” nos territórios de Campos dos Goytacazes

Territórios da assistência social	Ranking da “vulnerabilidade social” dos territórios
Travessão	418%
Ururaí	417%
Codin	417%
Goitacazes	402%
Custodópolis	397%
Parque Guarus	393%
Morro do Coco	388%
Jockey	386%
Penha	374%
Esplanada	370%
Jardim Carioca	362%
Chatuba	357%
Matadouro	334%

Fonte: Tabela produzida pela autora com base nos dados do Plano Municipal de Assistência Social de Campos dos Goytacazes - 2022-2025.

Em linhas gerais, a vulnerabilidade social é entendida como resultado negativo da relação entre a disponibilidade dos recursos materiais ou simbólicos dos atores, sejam eles indivíduos ou grupos e o acesso à estrutura de oportunidades sociais, econômicas, culturais que

provêm do Estado, do mercado e da sociedade (ABRAMOVAY et. al, 2002). Desse modo, o termo é marcado por sua multideterminação, não sendo caracterizado apenas pela ausência de renda, mas também pelas desigualdades e dificuldades de acesso a bens e serviços públicos.

O termo vulnerabilidade social é usado no documento do *Plano Municipal de Assistência Social de Campos dos Goytacazes* e por isso, reproduzido neste trabalho, entretanto, se faz importante ressaltar as problematizações e contradições que tal conceituação traz consigo, uma vez que possui críticas por parte de alguns autores como Silva; Yazbek e Giovanni (2011) que defendem que o termo deve ser problematizado por não contemplar a totalidade que envolve a questão social, ao contrário, fragmenta e escamoteia as contradições da relação capital x trabalho.

O termo possui inconsistências no que diz respeito à sua conceituação e definição dos problemas sociais encontrados na sociedade capitalista, uma vez que muitas das vezes é usado como “guarda-chuva” para abranger variadas expressões da questão social, acabando por as escamotear ou atribuir como adjetivos da condição do sujeito. Para além da indefinição conceitual do termo, este muito apropriado pelas políticas sociais, sobretudo da Política de Assistência Social, tende a atribuir a pobreza e adversidades como inerentes à sociedade capitalista e aos indivíduos.

[...] os conceitos de vulnerabilidade e risco social devem ser problematizados. Eles não são adjetivos da condição do usuário. A produção da desigualdade é inerente ao sistema capitalista, ao (re)produzi-la produz e reproduz vulnerabilidades e riscos sociais. Essas vulnerabilidades e riscos devem ser enfrentados como produtos dessa desigualdade, e, portanto, requerem uma intervenção para além do campo das políticas sociais. Não se resolve desigualdade com potencialidades individuais ou familiares. Não se trata de ‘equipar’ os sujeitos, nem de descobrir suas ‘potencialidades’ como trabalham alguns autores. Trata-se de reconhecer essa desigualdade, de reconhecer que há um campo de atuação importante que atende a necessidades sociais da população e que trabalhá-las como direitos da cidadania rompe com a lógica de responsabilizar o sujeito pelas vicissitudes e mazelas que o capitalismo produz”. (SILVA; YAZBEK; GIOVANNI, 2011, p. 50)

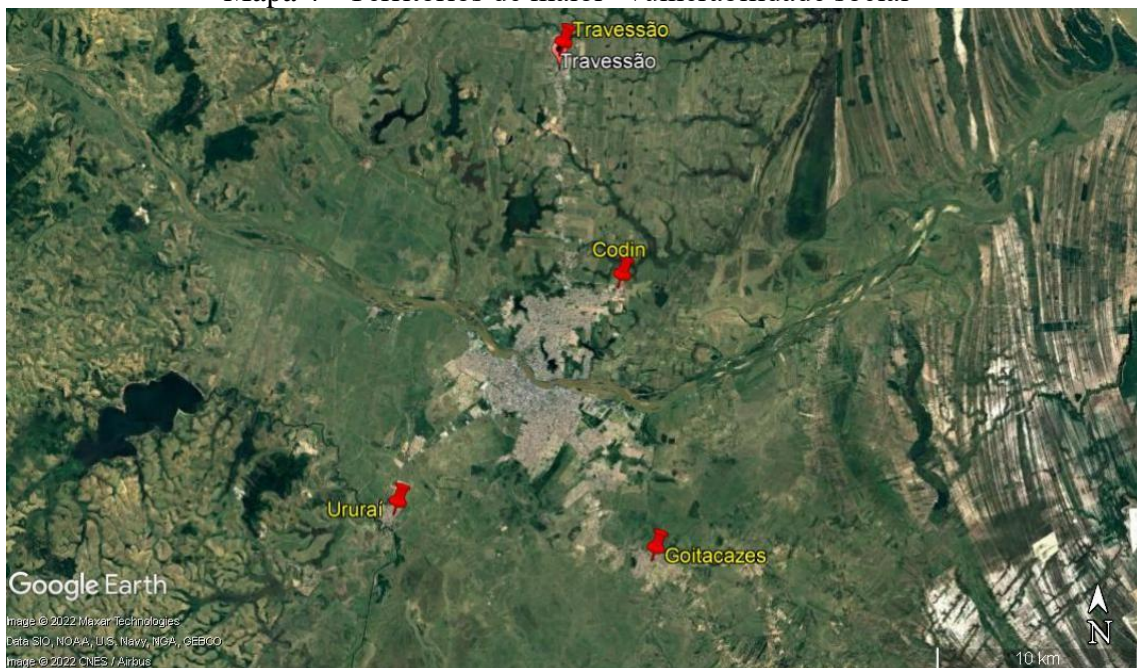
Desse modo, apesar do documento utilizado se apropriar do termo vulnerabilidade social para elencar algumas das expressões da questão social, que foram usadas como indicadores e "termômetros" dos territórios que necessitam de maior atenção e foco social, vale salientar neste trabalho as contradições e problematizações conceituais existentes em torno de tal termo.

Após o esclarecimento, retomamos a questão territorial da violência em Campos dos Goytacazes. De acordo com o *ranking*, os territórios de Travessão, Ururaí, Codin e Goitacazes são os que concentram maiores percentuais de “vulnerabilidade” de acordo com a soma dos

índices estabelecidos. Conforme as variáveis analisadas, o território da Codin é o que apresenta maior quantidade de pessoas em extrema pobreza com (76%); sendo Travessão o território que mais concentra famílias numerosas com (27%); maior incidência de famílias com arranjo monoparental de chefia feminina está na Codin (28%); maior número de pessoas com deficiência no Jardim Carioca (9,1%); de idosos na Chatuba (17%); crianças e adolescentes novamente na Codin (42%); pessoas com 18 anos ou mais com ausência de trabalho remunerado no último ano no Parque Guarus (83%); maior número de pessoas com 25 anos ou mais que possuem apenas o Ensino Fundamental em Travessão (76%); e pessoas que trabalharam nos últimos 12 meses no trabalho informal em Goitacazes (89%).

De modo a elucidar os territórios que estão em maior evidência no *ranking*, a imagem do mapa abaixo pontua tais territórios com o marcador na cor vermelha.

Mapa 4 - Territórios de maior “vulnerabilidade social”



Fonte: Imagem retirada do *Google Earth*, 2022.

Como é possível perceber com o mapa, os territórios que estão destacados de acordo com o ranking estabelecido pelo documento, são territórios localizados geograficamente nos extremos da cidade. Há de se lembrar que Campos é uma cidade de grande extensão territorial e os territórios periféricos são os que mais sofrem com o desvalor, marginalização e com a ausência de recursos públicos e privados para investimentos. Isso se revela na concentração das expressões da questão social nesses territórios e no modo como a população vive.

De modo a caracterizar a renda domiciliar da população campista, o documento titulado como *Campos dos Goytacazes Perfil 2018*, observa, segundo o IBGE de 2010 que 26,34% das famílias têm renda per capita inferior a meio salário mínimo; 29,77% dos domicílios possuem renda de meio a um salário mínimo e 19,98% renda per capita de mais de um a dois salários mínimos. Considerando as classes econômicas mais baixas do município - as que têm renda domiciliar per capita de até um salário mínimo, é possível avaliar que estas correspondem a aproximadamente 56% dos domicílios. Nesse sentido, o território de Guarus é o território que possui maior concentração de famílias com renda per capita inferior a 1/2 salário mínimo. Dos 25 bairros analisados em Guarus, 14 bairros (56%) possuíam mais de 40% das famílias em situação de pobreza ou extrema pobreza (CAMPOS DOS GOYTACAZES, 2018, p. 71).

A partir de tais dados, pode-se afirmar que a população residente de Campos é majoritariamente pobre, e que apesar do aumento econômico advindo do petróleo, a expansão das universidades e do setor terciário, tal movimentação econômica não atingiu grande parte da população - sobretudo a população residente nas áreas periféricas.

Tendo em vista os territórios destacados no *ranking* das “vulnerabilidades e riscos sociais” - Travessão, Ururaí, Codin e Goitacazes, em análise geral tais territórios são constituídos por uma média de 10 a 15 bairros, sendo Goitacazes o maior território com 28 bairros e aproximadamente 62 mil habitantes. De modo em comum a todos os territórios elencados, a maior parte das famílias são chefiadas por mulheres; tendo como raça/cor predominante de negros e pardos; de forma majoritaria a escolaridade dos moradores é até o ensino fundamental incompleto; sendo a maioria extremamente pobres - com renda per capita de até R\$ 89; além disso, a principal função dos moradores são trabalhos por conta própria (bico, autônomo).

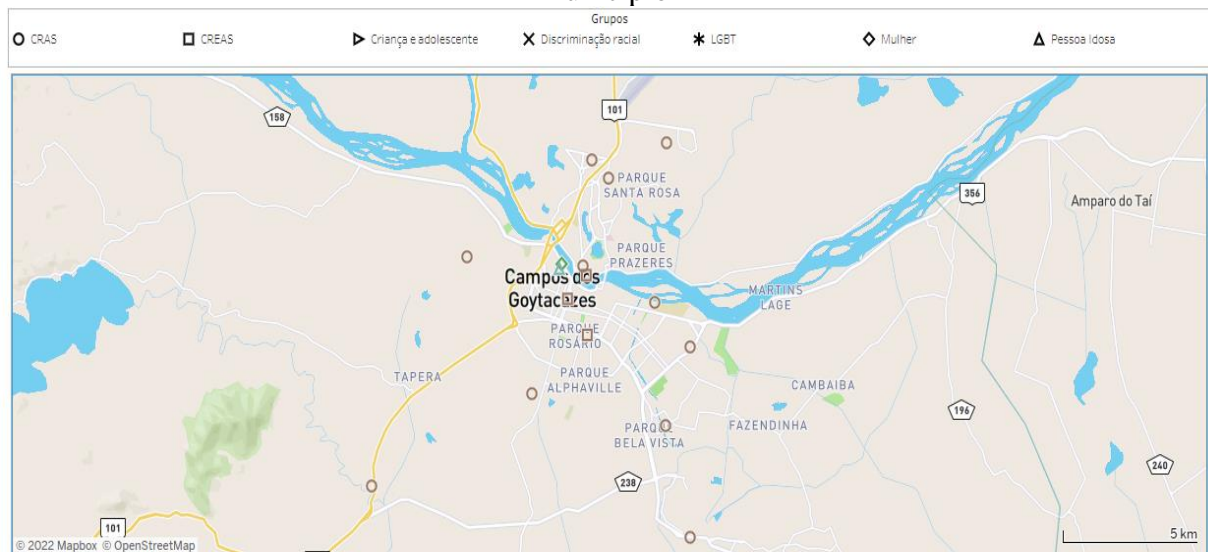
Em relação a população desses territórios, é importante citar que todos possuem um número expressivo de crianças e adolescentes - chegando a corresponder a 42% da população no território da Codin. Entretanto, apesar do número expressivo de crianças e adolescentes nesses territórios e compreendendo o seu momento de desenvolvimento físico, intelectual e início de socialização, há poucos recursos e equipamentos públicos para tal segmento nos territórios referidos.

A respeito dos equipamentos públicos existentes, todos os territórios possuem o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), como unidade de Proteção Social Básica nos territórios de abrangência da política, com caráter preventivo, protetivo e proativo. No entanto, os territórios com maiores índices de vulnerabilidade social carecem de maiores serviços e equipamentos de proteção e amparo, sobretudo em relação ao segmento juvenil, tendo em vista

que este grupo populacional está presente em grande número e é o mais acometido pela violência letal conforme já abordado.

De modo a elucidar a rede de atendimento do município e sua localização geográfica, a figura abaixo mostra a localização dos equipamentos da rede, como CRAS, CREAS, equipamento para crianças e adolescentes; discriminação racial; LGBT; mulher e pessoa idosa:

Mapa 5 - Rede de atendimento de serviços públicos disponibilizadas geograficamente no município



Legenda: ○ - CRAS; □ - CREAS; ▷ - Criança e adolescente; X - Discriminação racial; * - LGBT; ◇ - Mulher; △ - Pessoa idosa.

Fonte: imagem retirada do ISP (2021).

Como é possível observar na imagem, a rede de atendimento de serviços públicos está localizada sobretudo na parte mais central da cidade, com exceção dos CRAS que estão presentes também em regiões periféricas, porém em número insuficiente. Isso nos revela uma ausência da presença estatal nesses territórios com serviços de proteção social.

Como forma de complementação do serviço de proteção socioassistencial, o município possui parcerias com entidades não governamentais, sendo considerado relevante e essencial o papel desempenhado pelas Organizações da Sociedade Civil (OSC's) que possuem cofinanciamento pelo poder público, entre elas as instituições de Serviço de Acolhimento Institucional para Idosos (ILPI); Serviço de Acolhimento Institucional para Adultos e Famílias; e Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência. Para além dessas entidades, há 10 entidades que realizam trabalhos voltados para orientação e apoio sócio familiar a crianças e adolescentes, que devem estar cadastradas no Conselho Municipal de Promoção dos Direitos da Criança e Adolescentes (CMPDCA), como determina o ECA. Porém tais entidades também estão localizadas geograficamente nas áreas mais centrais da cidade,

havendo poucas nas áreas periféricas, locais estes mais prejudicados e vulnerabilizados pela violência e ausência de serviços públicos de qualidade.

Nos territórios que estão em maior evidência no *ranking* de vulnerabilidade, há apenas duas instituições não governamentais que realizam um trabalho de apoio e orientação sócio familiar realizando atividades de contraturno escolar, uma em Goitacazes e outra unidade em Ururaí. Desse modo, há de se ressaltar que a interrupção dos referidos serviços acarretaria enorme prejuízo aos usuários, uma vez que são desenvolvidos apenas por instituições não governamentais e que, portanto, podem ser encerrados deixando tais grupos desamparados.

De acordo com o Plano Municipal da Assistência Social, identificou-se também as potencialidades dos territórios que estão relacionadas a grupos coletivos, como movimentos sociais, cooperativas e associação de moradores, que podem contribuir com o avanço e desenvolvimento dos territórios caso sejam trabalhadas em conjunto com o poder público.

A Política Nacional de Assistência Social prevê em seu escopo o território como elemento fundante da política, o que requer olhar para a realidade social e apreender as dinâmicas socioterritoriais como base para a realização do trabalho social, assim como as contradições e complexidades que envolvem a assistência social como uma das políticas de promoção e garantia de proteção social aos cidadãos (DINIZ, 2018).

Desse modo, é importante compreender que a PNAS centraliza o território como “chão” nas palavras de Diniz (2018), e que nesse sentido, constitui-se através da proximidade com os sujeitos e seus locais de vivência e moradia.

É no lugar territorial, no chão das relações sociais, que a vida se produz e se reproduz, onde é possível perceber as capacidades protetivas, as mediações arquitetadas para a vivência e sobrevivência. É o espaço de ocorrência das vulnerabilidades, ameaças, violência, potencialidades, processos de ajuda, sociabilidades e outras múltiplas expressões das relações humanas e sociais. É com esse mote analítico que o território ocupa espaço estratégico na Política Nacional de Assistência Social e no Sistema Único de Assistência Social - SUAS, porque força seus atores a conhecer a realidade, as dinâmicas socioespaciais e demográficas. Permite a leitura da presença e incidência de situações de vulnerabilidades, percepção dos traços das vivências produzidas, das mediações políticas, sociais, culturais, econômicas e relacionais produzidas no chão da vida, seja, no contexto urbano das metrópoles, das grandes, médias e pequenas cidades ou na realidade rural, ribeirinha e das comunidades tradicionais dos lugares mais recôncavos do país. A leitura, análise e compreensão sobre as dobraduras e porosidades do território são essenciais para o planejamento e intervenção do trabalho social, na proposição da garantia e acesso aos direitos socioassistenciais. (DINIZ, 2018, p. 2)

Assim, o território é um elemento primordial e estratégico na Política de Assistência que não apenas aproxima os seus atores com o contexto territorial, vivência e realidade dos sujeitos que ali habitam e criam suas sociabilidades, mas também é uma política que possui potencialidades de acesso, integração e articulação com os sujeitos, serviços e entidades que

trabalham na proteção social e em outros setores, como saúde, educação, segurança. Além de que os dados produzidos referentes ao território permitem planejar ações específicas, conforme as questões ali presentes.

Dessa forma, a Política de Assistência, sobretudo os espaços dos CRAS e CREAS devem ser equipamentos pensados a partir dos direitos territoriais, uma vez que tais equipamentos com o volume de informações e dados que são possíveis obter, podem formular ações no território visando à garantia de direitos, prevenção de vulnerabilidade e violações, abandonando assim o trabalho burocrático ou estritamente institucional, centrado nos centros de convivência ou atendimento nos equipamentos, bem como articular ações com outras instituições e serviços, a fim de criar uma rede que se mobilize com o objetivo da efetivação e garantia de direitos dos jovens a partir dos dados geoespacializados - importantes no diagnóstico socioterritorial de uma localidade.

Conforme Diniz (2018), a realidade do trabalho social na política de assistência social se mostra como um fronte de possibilidades no chão das travessias. Não havendo caminhos absolutos ou metodologias prontas que se possam aplicar em todos os contextos, pois a realidade dos territórios é demasiadamente complexa e distinta, e invalidaria qualquer pretensão de modelos rígidos. Dessa forma, conhecer o território, suas particularidades, sociabilidades e sujeitos é primordial para execução da política de proteção social.

No entanto, é importante ressaltar que atualmente por compor a seguridade social, a política de assistência sofre ataques seja no seu financiamento ou com novos arranjos de programas e projetos que se vinculam a práticas imediatistas e conservadoras que passam a compor a territorialidade dessa política de proteção social. Os ataques passam pelo pragmatismo das gestões, que exercem projetos de sociedade que prezam os valores de mercado, e se movimentam na negação de direitos e proteção social (DINIZ, 2018).

Tal projeto de sociedade e valores de mercados estão atrelados a política neoliberal - comprometida com a lógica financeira do capital e nas palavras da Marilda Iamamoto (2009), promovem uma “captura” do Estado, provocando a fragilização da organização dos trabalhadores e dos direitos sociais.

Desse modo, os direitos sociais e o bem-estar são transferidos da responsabilidade do Estado para o foro privado, da individualidade, tornando esses indivíduos dependentes do voluntariado, caridade e organismos do Terceiro Setor. Nesse contexto cresce o desemprego, a informalização e a precarização dos contratos de trabalho, ficando a cargo do Estado o “alívio da pobreza extrema”, com políticas sociais voltadas à privatização, focalização e descentralização.

Essa lógica de captura do Estado atinge de forma direta a Política de Assistência Social que já possui o clientelismo, fragmentação e coronelismo como marcas advindas do passado. Além de impactar também os profissionais que trabalham na política - a começar pela forma de contratação que tem sido cada vez mais frequente a substituição de concursos públicos por contratos temporários. Tal medida tem como efeito a dificuldade de dar continuidade a trabalhos que compõem equipes multiprofissionais, além de submeter à lógica mercantil e produtivista, com contratos temporários dependendo das dinâmicas eleitorais o que favorece as concepções de clientelismo e coronelismo (ALMEIDA; ALENCAR, 2011). Fator que acontece de forma preponderante na cidade de Campos dos Goytacazes com o loteamento de secretarias e cargos públicos a determinados partidos políticos.

Dessa forma, conforme avança o ideário neoliberal, Almeida e Alencar (2011) afirmam que avança também novas práticas e valores gerenciais, que em conjunto tendem ao esvaziamento do significado do que é público de fato. A cidadania e as políticas públicas passam a ser submetidas a uma racionalidade mercantil que retira dos serviços sociais sua dimensão de direito, o que altera de forma significativa os processos de trabalho das políticas públicas, em especial da política de assistência.

Nesse contexto, de esvaziamento dos direitos sociais, de precarização dos serviços e na forma de contratação dos profissionais, há um aumento das demandas e do número de usuários que sofrem com o desemprego estrutural, trabalho informal, ausência de políticas voltadas para a criança e adolescente, aumento do Estado penal e violência, fatores que muitas vezes impedem que os profissionais da política de assistência consiga sair do espaço meramente institucional e burocrático para lidar com as potencialidades dos territórios.

Dessa forma, tendo em vista a desproteção social, a vulnerabilidade e maior incidência das expressões da questão social nos territórios periféricos, sobretudo para o público juvenil, tais fatores colaboram com o fato da violência também estar mais presente nesses territórios - e como sabido, atingindo de forma predominante a população mais jovem.

3.5 Violência e juventude em Campos dos Goytacazes

De modo a caracterizar a juventude campista dentro desse cenário, segundo o IBGE de 2010, o segmento etário de 15 a 29 anos corresponde a 25,6% da população. Ainda possuindo o Censo de 2010 como referência, no município havia 10.799 jovens de 15 a 17 anos fora do ensino médio. Entre esses jovens, 66,8% eram negros. Além disso, desse número, 7.788 jovens não estavam estudando nem trabalhando.

De acordo com tais dados e com o Diagnóstico Socioterritorial do município, é possível afirmar que referente à defasagem escolar, os indicadores apontam a maior incidência do jovem negro e pobre com baixa escolaridade. Tal perfil também é identificado em maior número nos jovens que cumprem medidas socioeducativas - assim demonstra a necessidade de proposições e medidas para esse segmento.

Segundo o Diagnóstico, o quantitativo de adolescentes e jovens de Campos dos Goytacazes que estavam em Medida Socioeducativa no ano de 2017 foi de 526. Sendo adolescentes predominantemente do sexo masculino (84%) em detrimento de 16% do sexo feminino. No que se refere à raça/cor, 77% dos adolescentes se declararam negros (pretos e pardos). Tal dado reforça a compreensão da questão racial, da classe e do sexo desses jovens como pontos centrais de discussão e formulação de políticas.

Possuindo também como ponto de análise os territórios de moradia desses jovens, os bairros com maior concentração de casos são: Penha (29); Novo Jockey (27); Novo Eldorado (23); Goitacazes (20); Parque Guarus (19); Parque Eldorado (19); Jardim Carioca (16); Parque Prazeres (16); Cidade Luz (14); Parque Califórnia (11) e Ururaí (11).

Importante ressaltar que os bairros de Novo Eldorado, Parque Guarus, Parque Eldorado, Jardim Carioca, Parque Prazeres e Cidade Luz, pertencem ao território de Guarus, na margem esquerda do rio Paraíba do Sul, área marcada pela pobreza, desigualdade social e escassez de equipamentos públicos. Assim verifica-se, que dentre os bairros com maior concentração de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas, os que residem em Guarus representam 52%.

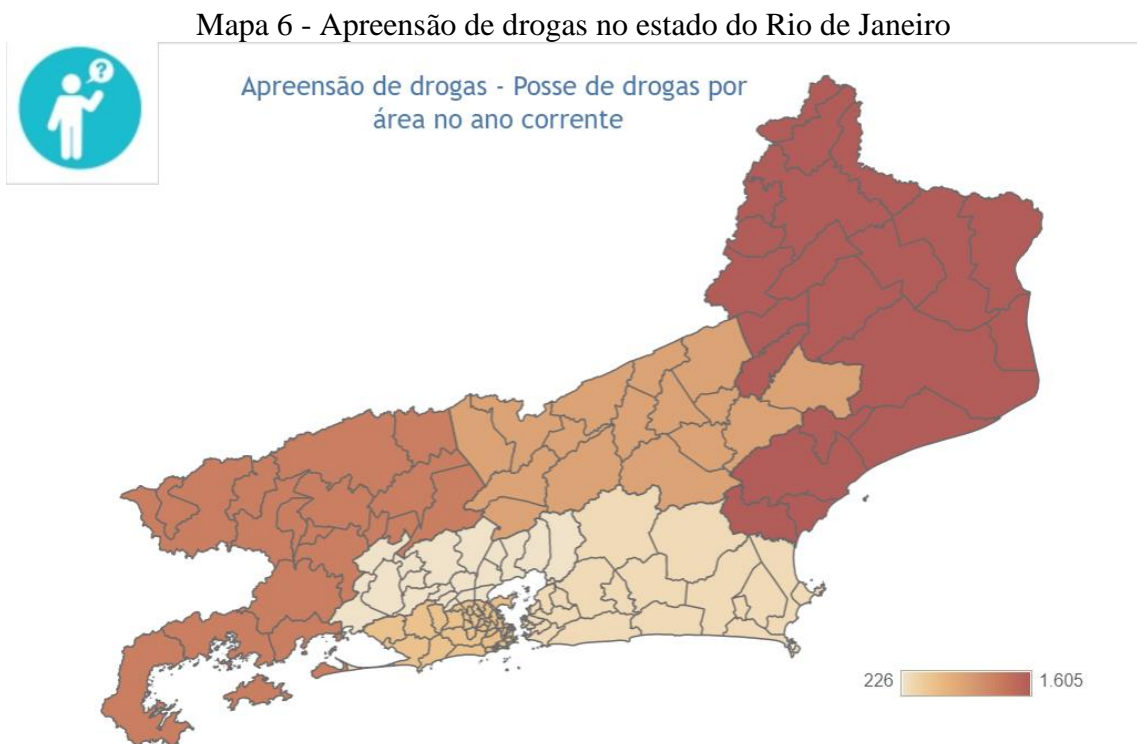
Além disso, o tráfico se destaca em todos os bairros de moradia enquanto o principal ato infracional cometido. O tráfico de drogas no município de Campos dos Goytacazes, assim como em outros territórios se apresenta como um dos fatores determinantes para o aumento da criminalidade e morte de jovens, com a rivalidade de facções, confrontos com a polícia e pela dinâmica da ilegalidade que atrai cada vez mais jovens.

Segundo o levantamento produzido pela organização Conselho Cidadão para a Segurança Pública e a Justiça Penal do México, considerando cidades com mais de 300 mil habitantes - a cidade de Campos alcançou em 2016 a 19ª posição, subiu da 45ª posição em 2017, para 35ª em 2018, entre as 50 cidades mais violentas do mundo. Dado extremamente preocupante ao considerarmos que Campos está situado no interior, não sendo uma grande metrópole tal qual as outras cidades listadas pelo documento.

De acordo com as manchetes de jornais, as ações violentas estão estreitamente vinculadas ao tráfico de drogas e as regiões periféricas. A matéria do jornal *online Terceira Via*

no ano de 2021 relatou que apesar de Campos ser uma cidade do interior, possui problemas típicos de cidades grandes e de regiões metropolitanas, como a disputa de territórios por facções criminosas, tendo o comércio ilegal de drogas como um impulsionador da violência.

No gráfico abaixo podemos constatar que a apreensão de drogas pela polícia tem ocorrido com maior frequência na região Norte Fluminense, que registrou 1.605 ações, enquanto na capital foram 558.



Fonte: ISP Dados⁶

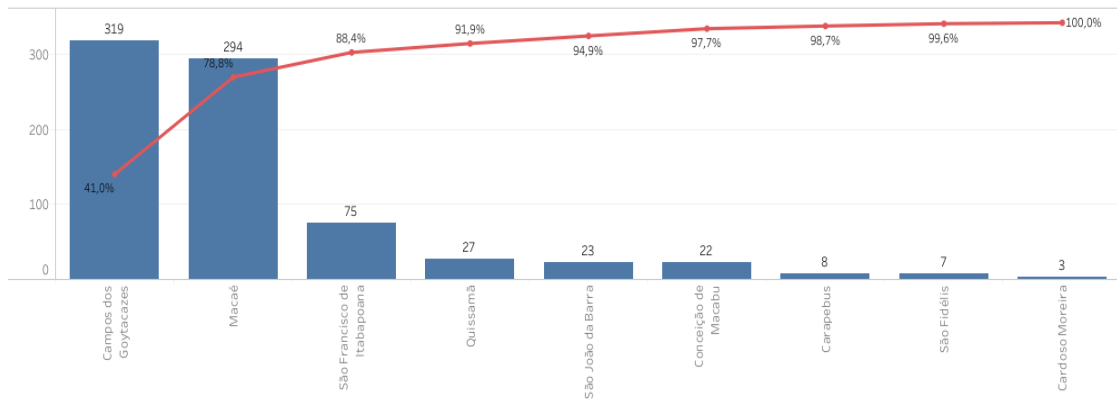
Na mesma matéria ainda há uma análise sobre os bairros mais afetados por essa violência, como as comunidades de Tira-Gosto e Baleeira e os bairros de Guarus, como Santa Helena, Lebret, Novo Eldorado, Santa Rosa, entre outros, que aparecem como palco de conflitos envolvendo crimes como homicídios e tentativas de homicídio. Tais fatos demonstram que o tema da violência no município é um problema recorrente que deve ser tratado com seriedade.

Segundo dados recentes do ISP, a cidade de Campos é a que possui maior incidência de homicídios na região Norte Fluminense durante o período de janeiro de 2020 a julho de 2022.

⁶ Disponível em: [Série Histórica - ISP Visualização \(ispvisualizacao.rj.gov.br\)](https://ispvisualizacao.rj.gov.br). Acesso em: 4 set. 2022.

Gráfico 3 - Ocorrência de homicídios dolosos na região Norte Fluminense

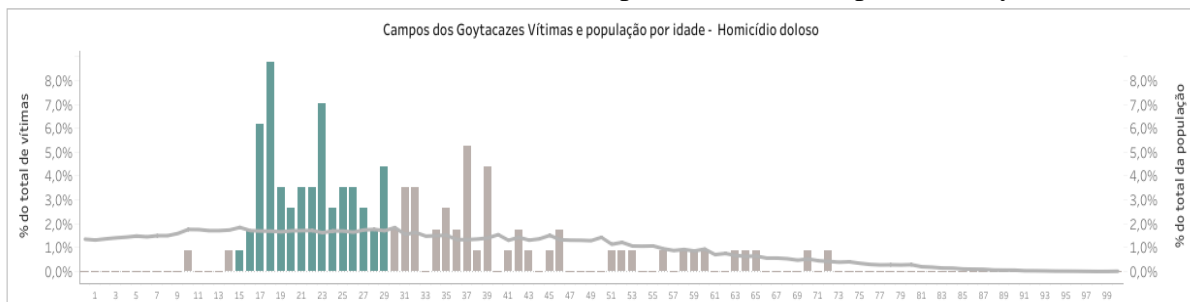
(i) Gráfico de Pareto por tipo de área selecionada (janeiro de 2020 a julho de 2022)



Fonte: imagem e dados retirados do ISP (2022).

A fim de pensar os dados sobre a violência no município, o ISP nos revela que no ano de 2021 houve um aumento no número de mortes por homicídio em relação ao ano de 2020, atingindo o número de 64 homicídios. Desse número, a sua maioria é de jovens, sendo o maior número de vítimas os jovens na faixa etária de 18 anos.

Gráfico 4 - Vítimas de homicídio doloso por idade em Campos dos Goytacazes



Fonte: Gráfico e dados do ISP (2021).

De modo a caracterizar o grupo populacional que está sendo vítima de homicídios, segundo o ISP (2021) 96,9% das vítimas são homens e de forma majoritária negros (pretos e pardos) representando 79,7% dos números. Esse dado da cidade de Campos corresponde aos dados nacionais reveladores de que as vítimas de homicídio no país são jovens negros, do sexo masculino, pobres e que possuem baixa escolaridade, sendo um perfil definido e criado por estigmas, preconceitos de uma sociedade que passou pela escravidão e que deixou como herança a imagem do jovem negro como sujeito perigoso. Uma imagem que o alijou de oportunidades de empregos, escolaridade, proteção social e segurança pública.

Desse modo, os homens, jovens, negros, pobres e periféricos são os que estão em maior número com baixa escolaridade, em cumprimento de medidas socioeducativas e como vítimas de homicídios. Essa condição que vivencia esse grupo populacional não deve ser vista como

uma trágica coincidência, mas deve ser problematizada na falta de oportunidades, políticas sociais e nos resquícios da escravidão que a sociedade tem destinado a esse grupo.

De acordo com o documento produzido pela Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes em parceria com a Superintendência de Paz e Defesa Social; Gabinete de Gestão Integrada Municipal e a Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, titulado como *Série de Estudos Violência em Campos dos Goytacazes - homicídio de adolescentes e jovens 2011-2015*, os dados acerca dos jovens vítimas de homicídio no município, nos revelam a escolaridade; bairros de residência; bairros em que ocorreram o homicídio; meio utilizado para efetuar o homicídio; e ocupação dos adolescentes e jovens vítimas de homicídio.

Nesse sentido, a respeito da escolaridade há uma concentração de 90% das vítimas de homicídio com escolaridade correspondente ao ensino fundamental, especificamente 48% com a escolaridade entre 5º e 8º série e 42% entre 1º e 4º série, sendo clara a defasagem escolar.

Sobre os bairros de moradia das vítimas, a maioria residia no território de Guarus, correspondendo a 62% dos casos. Os bairros Novo Eldorado, Goitacazes, Travessão, Parque Santa Rosa e Parque Guarus, respectivamente, tiveram números expressivos em quantidade de casos. Há de se ressaltar que os bairros que se apresentam como principais territórios de moradia dos jovens vítimas dos homicídios são os mesmos bairros pertencentes aos territórios que estão em maior evidência no *ranking* de vulnerabilidade social - sendo o bairro de Novo Eldorado localizado no território da Codin e o Parque Santa Rosa em Custodópolis.

Já referente aos bairros em que ocorreram os homicídios durante esse período de 2011 a 2015 - 56% ocorreram na margem esquerda do Rio Paraíba e os principais bairros foram Travessão, Parque Santa Rosa, Parque Novo Eldorado, Goitacazes, Parque Guarus. Nesse sentido, podemos aferir que os adolescentes e jovens de Campos estão morrendo nos seus próprios bairros de moradia (CAMPOS DOS GOYTACAZES, 2011).

O documento ressalta que esse movimento difere do que acontecia há algumas décadas atrás, quando jovens traficantes de drogas morriam ao acessar o território do inimigo, sendo importante observar os distritos de Travessão e Goitacazes, entre os primeiros colocados nas informações coletadas, seja de bairro de residência, seja de bairro de ocorrência de adolescentes e jovens vítimas de homicídios.

O meio utilizado para efetuar o homicídio destaca-se expressivamente o uso de arma de fogo, representando 92% dos casos. O segundo meio mais utilizado foi o objeto cortante ou penetrante como faca, estilete, navalha, flecha, entre outros, com 22 casos, que representam 4 % do total.

Referente a ocupação dos jovens vítimas de homicídio, os dados apresentados concluem que 70% das vítimas possuíam alguma ocupação - com destaque para a ocupação de servente (com atividades ligadas à construção civil com servente de obras, pedreiro, pintor, ajudante de pedreiro, marceneiros, ajudante de pintor e eletricista), atividades em sua maioria que exigem baixo grau de escolaridade. 15% eram estudantes e 11% encontravam-se desempregados.

Desse modo, se faz importante pensar a territorialização da violência bem como da disposição dos serviços públicos, geração de emprego e renda e a oferta de serviços voltados para a população jovem, uma vez que os dados demonstram que os mesmos territórios que estão em maior evidência no *ranking* das vulnerabilidades sociais são os mesmos dos bairros de moradia dos jovens vítimas de homicídios, além de serem os mesmos em que ocorrem os homicídios. Problematizar a violência produzida e reproduzida pelos jovens e a ausência do Estado nesses territórios é de suma importância para se pensar em um trabalho de prevenção pautado na defesa da vida da juventude negra, pobre e periférica.

Assim, de forma a caracterizar o grupo populacional que sofre maior incidência como vítimas de homicídios na cidade de Campos - são jovens, negros, com baixa escolaridade, com trabalhos informais, moradores de áreas que concentram um índice de alta vulnerabilidade social, nas periferias e que estão morrendo por crimes de execução nos seus próprios bairros de residência (CAMPOS DOS GOYTACAZES, 2011).

Tal realidade reproduzida na cidade de Campos, no interior do Estado do Rio de Janeiro não difere da realidade encontrada nas grandes metrópoles, podendo afirmar que mesmo nas pequenas e médias cidades ocorreram mudanças significativas no aumento da violência e na sensação de insegurança por parte da população.

De acordo com Endlich e Fernandes (2014), os dados acerca da violência em cidades pequenas - analisados de forma absoluta, os números não chamam tanto a atenção. Contudo, quando considerados proporcionalmente em relação a sua população, observa-se que os índices obtidos posicionam algumas pequenas localidades entre as mais violentas do Brasil, tendo em vista que além dos homicídios, cresceram também as ocorrências contra o patrimônio, como furtos e roubos.

Os autores alertam para o fato de serem frequentes nas manchetes de jornais e na mídia, os discursos que afirmam haver maior tranquilidade e segurança nas pequenas cidades e, por outro lado, outros que notam mudanças e transformações destacando eventos violentos. É comum que a violência seja vinculada a grandes cidades, capitais e metrópoles, uma vez que, em números absolutos, a violência é mais expressiva nesses territórios. No entanto, tem sido cada vez mais frequente o aumento da violência em pequenas cidades.

Endlich e Fernandes (2014, p.7) acreditam que tal fato se dá em muitos casos, porque as quadrilhas aproveitam a ausência de serviços públicos de segurança, a facilidade de acesso e deslocamento por rodovias pouco fiscalizadas, entre outros fatores, para amedrontar e aterrorizar as pequenas localidades. Um dos possíveis motivos para o aumento da violência nesses locais está relacionada diretamente à propagação e aumento do tráfico de drogas, principalmente dos jovens dessas localidades, tendo em vista que cada vez mais cedo os jovens têm contato com esses produtos, já que permanecem “sendo uma fonte de geração de dinheiro meio às ruínas do capitalismo periférico pós-fordista com seus trabalhadores pobres (hiper)precarizados” (SOUZA, 2008, p. 126 apud ENDLICH; FERNANDES, 2014).

O crescimento do tráfico de drogas em pequenas e médias cidades tem relação direta com a necessidade de dinheiro dos jovens atrelada a necessidade de expansão do mercado ilegal de conquistar e dominar novos territórios. Tendo em vista que, de acordo com Marino (2002), o tráfico de drogas age principalmente pelo controle territorial exclusivo das comunidades - não permitindo intervenções e interferências nos seus territórios, exercendo controle até mesmo das organizações cívicas locais.

A milícia - grupos paramilitares, também possui a sua atuação atrelada ao controle armado do território, além de possuírem táticas de controle como exploração de transporte coletivos, a venda pirata de sinal de TV a cabo, gás de cozinha e cobrança de uma taxa de “segurança”. Segundo o ex-comandante da Polícia Militar, coronel Ramiro Campos - em entrevista ao *Portal Viu*, o coronel afirma que durante a pandemia, ocorreu a visível chegada e crescimento das milícias nas cidades da Região dos Lagos, Norte e Noroeste Fluminense.

Assim, o tráfico e a milícia a partir de suas atuações de controle, criminalidade e violência, vem crescendo também no interior do Estado, aumentando a sensação de insegurança e limitando o direito de ir e vir da população.

Importante salientar ainda que a inserção de crianças e adolescentes no tráfico de drogas é considerado pelo ECA como ato infracional análogo ao crime de tráfico de drogas, sendo aplicadas punições com as medidas socioeducativas presentes no ECA. Entretanto, a atuação de crianças e adolescentes nesta atividade ilegal também é considerado como trabalho infantil, constando na Lista das Piores Formas de Trabalho Infantil (Lista TIP).

Uma vez que os danos gerados aos adolescentes pela execução do tráfico de drogas estão a: jornadas exaustivas, prolongadas (entre 8 e 12 horas) e noturnas; incapacidade de frequentar a escola; situações mentalmente, fisicamente, socialmente e moralmente perigosas e

prejudiciais; contato com substâncias que oferecem risco à sua saúde e riscos nas relações com a Polícia, segundo a Lista TIP⁷.

Para além disso, a ausência de recursos e equipamentos estatais de promoção a proteção social, segurança, educação e lazer a esses jovens, contribuem para a entrada dos jovens a ilegalidade, bem como torna os territórios vulneráveis a entrada e permanência de grupos criminosos nesses locais, aumentando a sensação de insegurança urbana.

A ausência do Estado é, sem dúvida, um grande impulsor da insegurança urbana. Não apenas no sentido de regulamentação ou fiscalização, mas no sentido de dar suporte à vida urbana: saúde, educação, saneamento, emprego, transporte, lazer, entre outros elementos. Com a ruptura sugerida entre o poder e as políticas, os órgãos do Estado abandonaram ou transferiram para a iniciativa privada um volume crescente de funções antes desempenhadas. (ENDLICH; FERNANDES, 2014, p.13)

Desse modo, a forma de atuação do Estado, favorece a estrutura do tráfico de drogas, da ilegalidade e da marginalidade que coopta cada vez mais jovens para sua dinâmica violenta - jovens que à mercê da crise do capitalismo não encontram empregos formais e tornam-se mais vulneráveis.

Nas grandes metrópoles, berço da industrialização, crescimento urbano e populacional, a violência provocada pelo tráfico de drogas não aparece como um fenômeno novo, no entanto, as cidades de pequeno e médio portes também estão sendo integradas a essa dinâmica, sobretudo em meio a crise do capital e a impossibilidade de empregos e cobertura social para todos.

Entretanto, os autores Endlich e Fernandes (2014) ressaltam que apesar da difusão e interiorização da violência e da insegurança urbana em pequenas cidades recentemente, outras situações sempre estiveram associadas à violência no interior, como as perseguições políticas, o coronelismo e/ou as lutas por terra/solo urbano, entre outros fatores. Porém, atualmente, somam-se a esses fatos, a propagação dos roubos, dos furtos e dos homicídios.

É importante problematizar que uma característica do interior e das pequenas cidades é o alto grau de pessoalização, portanto, é comum a ausência de denúncias de ocorrências, como violência doméstica, estupro, etc; especialmente em ambientes familiares, as chamadas subnotificações (ENDLICH; FERNANDES, 2014, p. 7).

Vale destacar que o tráfico de drogas se apresenta como um dos principais motivos, na cidade de Campos, no que tange ao cumprimento de medidas socioeducativas e à causa dos

⁷ Disponível em: <https://livredetrabalho infantil.org.br/noticias/reportagens/trabalho-infantil-no-traffic-de-drogas-justica-pune-em-vez-de-protger-mostra-pesquisa/>. Acesso em: 10 set. 2022.

homicídios dos jovens - no entanto, tais fatores não promovem um afastamento ou medo de inserção por parte dos jovens de adentrar a essa dinâmica, mas pelo contrário, um número cada vez maior de adolescentes e jovens têm se envolvido no comércio ilegal de drogas.

Considerando os contextos sociais, políticos e econômicos que esses jovens estão inseridos - de pobreza, marginalidade, discriminação, com ausência de recursos de lazer, baixa escolaridade, etc, o tráfico acaba desempenhando um papel importante de fascínio a esses jovens, através do mundo de armas, dinheiro, festas, perigo, adrenalina, causando a sensação de possibilidades.

Nas ruas da cidade os jovens favelados quando não são ignorados, são tratados com atitudes racistas e discriminatórias. Para esses jovens o tráfico e as armas são as únicas formas de inversão dessa situação de desprezo. Possibilitam a visibilidade e o respeito interno da comunidade. Para um jovem desempregado e morador de favela, o tráfico oferece poder e remuneração bem maior do que um salário mínimo. (MARINO, 2002, p. 9)

Assim, apesar das consequências violentas que a dinâmica do tráfico provoca - como assassinato e cerceamento da liberdade, para muitos jovens, tal dinâmica ainda se apresenta como possibilidade de visibilidade, dinheiro e acesso a bens e mercadorias - fator determinante numa sociedade capitalista que prega o consumo.

Desse modo, é importante pensar a juventude atrelada ao seu território, tendo em vista que o território se apresenta enquanto elemento primordial para a formação e constituição da juventude enquanto sujeitos sociais, políticos e que tem acesso ou não a seus direitos e oportunidades, sendo o espaço concreto onde se efetiva as relações sociais. O território expressa as condições objetivas que os jovens vivenciam. Além disso é lugar de resistência e de disputas pela apropriação do espaço.

É importante ressaltar que o território é usado de modo estratégico na execução de políticas sociais e de controle. Uma vez que o Estado não ocupa os territórios com políticas sociais e de proteção, tais territórios tornam-se mais vulneráveis pela disputa entre facções criminosas, que comandam tais lugares com regras e punições próprias - a exemplo do toque de recolher, não usar ou fazer gestos/símbolos que subentendem ser usados pela facção rival, podendo ser punidos com agressões físicas ou morte.

Esse tipo de domínio não é completo, visto que os moradores se submetem ao Estado e ao comando dos chefes do tráfico ou de milícias. Além disso, a forma de atuação do Estado nesses territórios é complexa, tendo em vista a não separação nítida entre eles, apesar de operarem com lógicas diferentes.

Essa relação entre os agentes do Estado e crime organizado impacta de forma direta na sociabilidade. Os jovens precisam saber como lidar com a vigilância da polícia, além de serem cerceados pelo tráfico de circular pela cidade por causa da territorialização do espaço urbano, dividido pelas facções do tráfico. Desse modo, eles são impedidos de exercer o direito de ir e vir. As regras de convivência estabelecidas pelo tráfico são de conhecimento dos jovens e dos moradores e possuem impacto direto na convivência, sociabilidade e na apropriação do território.

Esse fator de apropriação do território pelas facções, revela a incapacidade do Estado de exercer com exclusividade o poder da repressão, a partir da política de segurança. O fato se tornou mais evidente com o crescimento das milícias no país, o que aprofundou a complexidade da relação entre o sistema de administração da justiça e os territórios de pobreza.

Assim, como segundo Marino (2002), a polícia brasileira, especificamente a do Rio de Janeiro, tem desempenhado duas funções opostas: ora de repressão, ora de viabilidade do tráfico de drogas, pois existe grande corrupção no meio policial. De acordo com o autor, vários estudos sobre a temática do tráfico de drogas têm reforçado a ideia de simbiose entre polícia e a criminalidade. Esses estudos apresentam aspectos negativos originários do tráfico de drogas que vão ao encontro da ausência de uma política de segurança voltada para o combate e/ou o controle das drogas ilícitas no Brasil.

No entanto, apesar dessa característica de simbiose e corrupção no meio policial, os impactos da política de guerra às drogas atinge em maior número as classes populares - e como já citado os jovens negros, pobres e periféricos - que sofrem com os excessos, arbitrariedades e violência policial. Assim, de acordo com Marino (2002), em vista das características de corrupção intrínsecas à polícia, a construção de um projeto efetivo de combate às drogas parece impossível de ser realizado sem a reestruturação da própria instituição policial brasileira.

Portanto, para que se concretize uma política eficaz de promoção a vida e a dignidade dos jovens negros, pobres e periféricos, é necessário uma reestruturação na política de segurança pública, bem como no aumento da proteção social dos sujeitos, sobretudo nos territórios vulnerabilizados, sem acesso a recursos e marcados pela desigualdade social.

No entanto, dentro deste contexto de desigualdade social, violência, marginalização e discriminação com os jovens negros e pobres de periferia, deve ser ressaltado que a juventude também produz resistência e cria meios de combater tais estigmas através da arte, música, grafite, eventos que são produzidos nos territórios como parte da cultura juvenil periférica e também política.

Takeiti e Vicentin (2019) analisam que essa produção cultural é contra-hegemônica, pois reflete modos de afirmação coletiva de setores juvenis na periferia da metrópole e não sob o ponto de vista da criminalização ou vitimação como frequentemente são atribuídos pela grande mídia, mas com recursos ativos e que refletem a resistência que produzem nesses territórios.

Evidenciando que o engajamento da juventude na produção estética na periferia tem operado como estratégia de luta contra os estados de dominação hegemônicos e de estigmatização aí presentes. Segundo Takeiti e Vicentin (2019, p. 257), a subversão pela arte agencia possibilidades de transformação na periferia da cidade.

Santos (2002) ressalta que o território não é apenas um espaço físico, mas um "território-vivo" onde está presente as pluralidades, diversidades, movimento, de um espaço que ao ser apropriado pelos sujeitos que ali vivem são criadas relações, sociabilidades, convivência. Desse modo, os territórios periféricos também são apropriados e devem ser repensados através dos jovens, que apesar da violência e do estigma que enfrentam, também produzem artes, cultura, resistência que contribuem para mudanças efetivas advindas pelos próprios nos seus territórios de origem. Significa que estes jovens enfrentam inúmeras barreiras para o acesso a direitos em decorrência da falta de proteção do Estado, tanto no que se refere aos direitos civis quanto aos direitos sociais e políticos. Esses últimos com menor visibilidade, pois pouco ainda se sabe das possibilidades de organização política desses jovens nesses territórios dominados pelos chefes de organizações criminosas.

No campo da cultura, estes jovens buscam se firmar. Tal situação coloca em evidência a figura do menino pobre da favela na sua dimensão política, com os movimentos que contestam, através da música, grafite, dança, as contradições da sociedade que pouco oferta espaços e possibilidades para esses jovens usualmente segregados, inferiorizados ou silenciados pela cultura dominante (TAKEITI; VICENTIN, 2019).

É importante pensar que mesmo com a violência, com a falta de proteção social e serviços públicos que prezam a educação, lazer, os jovens criam seus modos de ser e estar nos territórios periféricos e de favela e chamam a atenção através da arte e cultura - que produzidos pelos mesmos revelam a sua capacidade de resistência e recriam as formas como são vistos, com a cultura popular, o funk, rap, hip hop, danças, expressões artísticas criadas pela massa.

Eles expressam – por meio da música, da poesia, da dança, do desenho, da palavra – a vida, as violências presentes local e globalmente. Tais efeitos estéticos são de ordem política, singular, mas igualmente coletiva, dando mais visibilidade às redes territoriais e sociais existentes. Esses jovens contribuem para a construção de espaços

públicos nas periferias e favelas, privatizadas pelo tráfico e submetidas às violências e a todas as formas de vulnerabilidades. (TAKEITI; VICENTIN, 2019, p. 259)

Desse modo, a juventude preta, pobre e periférica ainda resiste aos estigmas e violência e politizam suas trajetórias e vivências através da arte, cultura, denunciando o abandono estatal e conquistando os espaços públicos para criar medidas efetivas de combate a discriminação.

De modo a pensar como a juventude campista tem se inserido culturalmente na cidade, a autora Muniz (2022), analisa o olhar dos adolescentes e jovens em cumprimento de medida socioeducativa no Centro de Recursos Integrados de Atendimento ao Adolescente (Criaad/Campos) em relação a cidade e as atividades culturais e de lazer que praticam.

Tendo em vista que os jovens pesquisados são em sua maioria residentes de áreas periféricas e pobres, em maior número os jovens destacaram a igreja e a rua como o espaço de lazer que mais frequentam. Tal fato salienta o crescimento das igrejas, sobretudo as pentecostais, em territórios de pobreza, onde se apresentam para além de um local de fé, um local de sociabilidade, lazer, construção de vínculos, apoio mútuo e sensação de pertencimento a uma comunidade.

Além disso, ao frequentar a igreja, as práticas religiosas (acampamento, ensaios musicais, participação em célula) para esses jovens passam a ser experimentadas como forma de lazer e entretenimento. A ocorrência dessas atividades muitas vezes se dá nas proximidades dos lugares de moradia desses adolescentes e jovens. (MUNIZ, 2022, p. 37)

Para além das igrejas, a juventude periférica também se apropriou de rodas culturais e do movimento hip hop, que a partir de 2012 passou a ter maior visibilidade na cidade de Campos, passando a ser produzidas em praças públicas de bairros periféricos e na centralidade urbana, como no bairro de Custodópolis, Parque Prazeres (localizados em Guarus) e na praça São Salvador, localizada no centro da cidade.

Os jovens engajados no movimento e na cultura hip hop, dão maior visibilidade, apropriações e ressignificações aos espaços públicos urbanos e periféricos na cidade. E ainda entremeia estética e política de um modo singular: onde os MC's vocalizam questões sociais e políticas que os indignam e, para tanto, descrevem suas experiências cotidianas na cidade, elaborando críticas e denúncias referentes às desigualdades sociais e violências vivenciadas no cotidiano, expondo opiniões e denunciando problemas sociais (PEREIRA, 2019).

As rodas culturais de hip hop também ressignificam de forma política os moradores das periferias, negros e pobres:

Se fora do contexto do movimento Hip Hop ser pobre, negro e/ou morador de periferia adquire uma conotação negativa, na lógica do movimento Hip Hop essas identidades

adquirem uma conotação positiva, de modo que o oposto (o branco; o “playboy”) adquire uma conotação negativa. Assim, há um duplo movimento de (re)qualificação tanto das identidades tidas como “positivas” quanto de (re)qualificação das identidades discriminadas e estigmatizadas, revertendo a ordem moral da cidade. (PEREIRA, 2019, p. 47)

Assim, se, por um lado, essas manifestações culturais com batalhas de rimas, rodas culturais, são encontros para fins de sociabilidade, lazer e entretenimento relacionados por outro, esta sociabilidade articula estética e política, compartilhando e publicizando o cotidiano das juventudes periféricas (PEREIRA, 2019).

Assim, apesar das barreiras enfrentadas pela juventude pobre, negra e periférica, com a violência, ausência de serviços estatais e políticas públicas, além do elevado número de execuções que acometem esse segmento, a juventude cria e recria estratégias de resistência, cultura e lazer.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho buscou analisar a juventude na sua forma plural e múltipla, a desconsiderando como bloco homogêneo e monolítico, uma vez que o modo de se vivenciar a juventude está atrelada de forma direta ao território, contexto político, econômico, social e histórico. Desse modo, a forma de se vivenciar a juventude das classes populares e residentes de territórios periféricos e de favelas, certamente serão distintas das classes com maior poder aquisitivo residentes de territórios considerados nobres. Isso porque não somente na forma de se vivenciar a juventude, mas também no acesso ou no impedimento do acesso a direitos sociais, a divisão capitalista do espaço, agudiza a desigualdade social, pobreza e a política neoliberal acentua a escassez de recursos públicos, como educação, saúde, lazer e segurança pública. Assim, a juventude deve ser compreendida através dos seus processos sociais e das condições materiais e concretas que está inserida - fatores que impactam de forma direta a condição e vivência juvenil.

No senso comum, a juventude é frequentemente entendida como uma “fase de transgressão”, rebeldia, associada também a atos violentos, como se fosse mais predisposta a cometer atos de violência, entretanto, a classe considerada “perigosa”, são os jovens pobres, negros e periféricos que sofrem com o controle específico da Política de Segurança Pública, sendo este segmento o mais acometido pela violência; encarceramento e vítimas de homicídios.

Importante ressaltar que o contexto brasileiro advém da escravidão, possuindo a violência como um traço estruturante da sociedade e da nossa formação sóciohistórica, não tendo solucionado os males e a discriminação desse período. Atualmente, os negros são os que estão em maior número nos presídios, mais acometidos pela violência letal, e em maior número desempregados ou em trabalhos informais, além de compor de forma majoritária os territórios periféricos, favelas e regiões consideradas desvalorizadas.

Assim, a juventude brasileira - negra, pobre e os territórios de favela e periferia, sofrem com os estigmas, discriminação, violência e exclusão no mercado de trabalho formal - o que em tempos de crise e acentuação da pobreza deixa mais tênue o limiar do legal e o ilegal. Desse modo, muitos jovens são empurrados e veem com certo fascínio a possibilidade de dinheiro e consumo através do mercado ilegal do tráfico de drogas, dinâmica essa que com a “guerra às drogas” tem contribuído com a execução de diversos jovens no Brasil.

A territorialização da violência se dá sobretudo com a ausência de recursos e serviços estatais - deixando territórios mais vulneráveis para entrada e permanência de grupos armados criminosos nesses locais, que ao ocuparem esses territórios impõem regras e punições próprias

- atingindo a sociabilidade, circulação e acesso a direitos dos jovens moradores desses territórios.

Tal realidade de acentuação da violência através de grupos criminosos e do confronto com a polícia, não se dá apenas nas grandes cidades e metrópoles, mas também atinge as cidades do interior, pequenas e médias cidades. Com a necessidade de expansão do tráfico de conquistar mais territórios, com a inserção de cada vez mais jovens na dinâmica ilegal e com os poucos recursos de proteção social existentes, efetua-se uma política de morte que tem causado inúmeras interrupções de vidas de forma precoce.

Os dados do ISP e dos documentos oficiais da Prefeitura de Campos dos Goytacazes afirmam que de forma majoritária, as vítimas de homicídio na cidade são homens, jovens, negros, com baixa escolaridade (em sua maioria com o ensino fundamental incompleto), que ocupam trabalhos que necessitam de baixo grau de instrução e que foram executados em sua maioria através de armas de fogo.

Os dados de georreferenciamento de ocorrência dos homicídios revelam que tais crimes se deram nos seus próprios territórios de moradia, sendo, portanto, mortos nos seus próprios bairros ou em bairros próximos. Desta forma, pode-se afirmar que a violência sofrida pelos jovens é territorializada, ao passo que o lugar de moradia se coloca como elemento importante para a construção da cidadania - acesso a direitos, sociabilidade, relações e violência.

A partir do diagnóstico socioterritorial dos dados desses territórios, foi possível constatar que os territórios de ocorrência e moradia das vítimas são considerados pela Política de Assistência do município, como territórios "vulneráveis e de risco social", ou seja, com um alto índice de expressões da questão social - moradores com baixa escolaridade; sem emprego formal; famílias numerosas; elevado número de crianças e adolescentes; com renda mensal de menos de R\$ 89 per capita; que de acordo com a análise do documento - são fatores que colaboram com a exclusão do mercado de trabalho formal em uma sociedade em crise.

Tais territórios ainda possuem poucos recursos e equipamentos de proteção social, sobretudo para o segmento jovem - mais acometido pela violência letal e com maior inserção no tráfico de drogas, possuindo apenas os serviços ofertados pelo CRAS e duas instituições não governamentais que oferecem atividades de orientação e apoio sócio familiar no território de Goitacazes e Ururáí.

Os dados socioterritoriais são de suma relevância ao considerarmos os problemas e expressões da questão social enfrentadas pela juventude que ali vivência, socializa e cria relações, sendo possível acompanhar o avanço e o movimento do capital e seus efeitos, como a segregação socioespacial, o empobrecimento e a violência. Além de oferecer subsídios para

implementação de ações, serviços e equipamentos que trabalhem na prevenção da violência e na promoção da vida dos jovens - sobretudo a juventude negra, pobre e periférica.

Nesta dissertação pudemos ver que no território se instaura uma racionalidade de combate ao crime que serve de motivo para o extermínio dos jovens, num contexto de restrição das políticas sociais e de gestão dos territórios em termos de riscos e vulnerabilidades. Ou seja, os territórios de pobreza revelam o poder bélico do Estado em exercer o controle social, sobretudo dos jovens que necessitam ingressar no mercado ilegal para sobreviver. Diante da crise, alguns jovens vão sendo atraídos para as organizações criminosas (tráfico, milícias), o que serve de motivo para que o Estado adote uma política de segurança que culpabiliza, fere e mata os jovens negros e pobres, residentes nas periferias urbana. De certo modo, o Estado participa deste cenário de violência urbana no qual ajuda a construir, produzindo e reproduzindo o extermínio da juventude em territórios de pobreza.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Miriam; et al. **Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina: desafios para políticas públicas**. Brasília: UNESCO; BID, 2002.

ABREU, Maria Helena Elpidio. **Território, política social e serviço social no contexto do social-liberalismo**. Tese (Doutorado em Serviço Social). 338 f. Rio de Janeiro: Faculdade de Serviço Social, Centro de Ciências Sociais, Uerj, 2015. Disponível em: <https://www.bdttd.uerj.br:8443/bitstream/1/15896/1/Tese%20-%20Maria%20Helena%20Elpidio%20Abreu.pdf>. Acesso em: 9 jul. 2022.

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de; ALENCAR, Mônica Maria Torres. **Serviço Social, trabalho e políticas públicas**. São Paulo: Saraiva, 2011.

ALMEIDA, Silvio. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.

ANTUNES, Ricardo; ALVES, Giovanni. As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 25, n. 87, p. 335-351, maio-ago., 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/FSqZN7YDckXnYwfqSWqgGPp/?format=pdf>. Acesso em: 10 jul. 2022.

ASSIS, Renan Lubanco. “Morador de Guarus”: categorias morais mobilizadas em situações de copresença na cidade de Campos dos Goytacazes. **Revista Brasileira de Sociologia da Emoção**, v.15, n. 45, p. 28-38, dez. 2016. Disponível em: <http://www.cchla.ufpb.br/rbse/AssisArtDossie.pdf>. Acesso em: 12 out. 2022.

ASSIS, Renan Lubanco. **O outro lado do rio: mobilizações coletivas e estratégias de enfrentamento em um bairro de expansão urbana da cidade de Campos dos Goytacazes – RJ**. Campos dos Goytacazes (Rio de Janeiro): Essentia, 2021.

AZEREDO, Verônica Gonçalves. Territorialidades familiares em território de pobreza em Campos dos Goytacazes. *In*: MORAES, Carlos; MENDES, Juliana (org.). **A Questão Social no Norte Fluminense: expressões e enfrentamentos**. Campos dos Goytacazes (Rio de Janeiro): Essentia, 2022.

BATISTA, Vera Malaguti. **Difíceis ganhos fáceis: drogas e juventude pobre no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

BATISTA, Vera Malaguti. A juventude e a questão criminal no Brasil. *In*: MAGALHÃES, José Luiz Q. de; SALUM, Maria José G.; OLIVEIRA, Rodrigo T. (Orgs.). **Mitos e Verdades sobre a Justiça Infanto-Juvenil Brasileira: Por que somos contrários à redução da maioridade?** Brasília: ed. CFP, 2015.

BECKER, Howard S., **Métodos de pesquisa em ciências sociais**. 3a. ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1997.

BEHRING, Elaine Rossetti. Estado no Capitalismo: notas para uma leitura crítica do Brasil recente. *In*: BOSCHETTI, Ivanete; BEHRING, Elaine; LIMA, Rita de Lourdes (Orgs.). **Marxismo, Política Social e Direitos**. São Paulo: Cortez Editora, 2018.

BERNASKI, Jóice; SOCHODOLAK, Hélio. História da violência e sociedade brasileira. **Oficina do Historiador**, Porto Alegre, EDIPUCRS, v. 11, n. 1, p. 43-60, jan-jun, 2018.

Disponível em:

<https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/oficinadohistoriador/article/view/24181/17068>. Acesso em: 12 jun. 2022.

BLANC, Manuela; ASSIS, Renan Lubanco. “De que família você é?” O médio e o pequeno urbano e rituais de interação. **Sociabilidades Urbanas, Revista de Antropologia e Sociologia**, v. 5, n. 13, p. 33-46, mar. 2021. Disponível em:

<https://docplayer.com.br/206240758-De-que-familia-voce-e-o-medio-e-o-pequeno-urbano-e-rituais-de-interacao-which-family-are-you-from-medium-and-small-cities-and-interaction-rituals.html>. Acesso em: 15 out. 2022.

BOSCHETTI, Ivanete Salete. Limitações do estado social capitalista contemporâneo: expropriações, acumulação, exploração e violência. **Journal of Management & Primary Health Care**, 2020. Disponível em: <https://www.jmphc.com.br/jmphc/article/view/980>. Acesso em: 10 set. 2022.

BOSCO FILHO, João. Espaço e território: um debate em torno de conceitos-chave para a geografia crítica. **Revista Espinhaço**, Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, v. 2, n. 1, p. 41-51, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.5281/zenodo.3968819>. Acesso em: 26 jun. 2022.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. São Paulo: Ed. 34; Edusp, 2000.

CAMPOS DOS GOYTACAZES. Prefeitura Municipal. Gabinete de Gestão Integrada Municipal (GGIM). **Série de estudos violência em Campos dos Goytacazes homicídio de adolescentes e jovens 2011-2015**. Campos dos Goytacazes (Rio de Janeiro), 2016.

CAMPOS DOS GOYTACAZES. Prefeitura Municipal. **Perfil Campos dos Goytacazes**. Campos dos Goytacazes (Rio de Janeiro), 2018. Disponível em: <https://www.campos.rj.gov.br/newdocs/1542233062PERFILCAMPOS2018.pdf>. Acesso em: 1 out. 2022.

CAMPOS DOS GOYTACAZES. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano e Social. **Plano Municipal de Assistência Social 2022-2025**. Campos dos Goytacazes (Rio de Janeiro), 2022.

CARLOS, A. F. A. A geografia brasileira hoje: algumas reflexões. **Terra Livre**, [S. l.], v. 1, n. 18, 2015. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/index.php/terralivre/article/view/151>. Acesso em: 26 jul. 2022.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: FFLCH, 2007, 85 p. Disponível em: https://gesp.ffiich.usp.br/sites/gesp.ffiich.usp.br/files/O_lugar_no_do_mundo.pdf. Acesso em: 17 jun. 2022.

CARVALHO, A. M.; SILVA, R. C. R. Formação Econômica da Região Norte Fluminense. *In: Economia e desenvolvimento no Norte Fluminense: da cana de açúcar aos royalties do petróleo*. Campos dos Goytacazes (Rio de Janeiro): WTC Editora, 2004.

CARVALHO, Silvia. **Quando o corpo cala e a alma chora**: a formação social brasileira e a sua contribuição no genocídio da juventude “negra” em São Gonçalo. Dissertação (Mestrado em Serviço Social e Desenvolvimento Regional). Niterói (Rio de Janeiro): Universidade Federal Fluminense, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/synthesis.2016.46029>. Acesso em: 19 mai. 2022.

CASSAB, Clarice et al. Representações na mídia da juventude e a produção do medo: experiência em uma cidade média brasileira. **Finisterra**, Lisboa (1966), v. 51, p. 103-120, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.18055/Finis3918>. Acesso em: 05 mai. 2022.

CASSAB, Clarice. O imperativo do gozo em um mundo de incertezas: ser jovem em um conjunto habitacional periférico. *In: BARBOSA, Jorge; DAMASCENO, Ilaina (Orgs.). Juventudes das cidades*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2020.

CERQUEIRA, Daniel et al. **Atlas da Violência 2021**. São Paulo: FBSP, 2021. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/5141-atlasdaviolencia2021completo.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2022.

CHAUÍ, Marilena; ITOKAZU, Ericka Marie (Org.); CHAUÍ-BERLINCK, Luciana (Org.). **Sobre a violência**: Escritos de Marilena Chauí. v. 5. Belo Horizonte: São Paulo: Autêntica Editora, 2018.

COIMBRA, Cecília. **Operação Rio**: o mito das classes perigosas: um estudo sobre a violência urbana, a mídia impressa e os discursos de segurança pública. Rio de Janeiro: Oficina do Autor; Intertexto, 2001.

CRUZ, José Luis Vianna. Modernização produtiva, crescimento econômico e pobreza no Norte Fluminense (1970-2000). *In: Economia e desenvolvimento no Norte Fluminense: da cana de açúcar aos royalties do petróleo*. Campos dos Goytacazes (Rio de Janeiro): WTC Editora, 2004.

CRUZ, José Luis Vianna. Norte Fluminense/RJ: desenvolvimento e impactos na estrutura do mercado de trabalho. *In: MORAES, Carlos; MENDES, Juliana (Org.). A Questão Social no Norte Fluminense: expressões e enfrentamentos*. Campos dos Goytacazes (Rio de Janeiro): Essentia, 2022.

DAHLBERG, Linda; KRUG, Etienne. Violência: um problema global de saúde pública. **Ciência & Saúde Coletiva**, n. 11, p. 1163-1178, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-81232006000500007>. Acesso em: 15 mai. 2022.

DANTAS, Michael Hudson. Análise das características da violência no Brasil. **Anais do 16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais**, v. 16 n. 1, 2019. Disponível em: <https://broseguini.bonino.com.br/ojs/index.php/CBAS/article/view/1505>. Acesso em: 07 mai. 2022.

DAYRELL, Juarez. O jovem como sujeito social. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 5/6, n. 24, p. 40-52, 2003. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782003000300004>. Acesso em: 14 abr. 2022.

DINIZ, Rodrigo Aparecido. Território, trabalho social e assistência social: alguns aportes sobre a realidade da cidade de Curitiba (PR). **Anais do Encontro de Pesquisadores e Estudantes de Serviço Social**, Vitória, v. 16 n. 1, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/abepss/article/view/22069>. Acesso em: 15 jun. 2022.

DUARTE, Joana das Flores. **Meninas e território: criminalização da pobreza e seletividade jurídica**. São Paulo. Cortez, 2018.

ENDLICH, Angela Maria; FERNANDES, Pedro Henrique Carnevalli. Aumento da violência em pequenas cidades, sentimento de insegurança e controle social. Scripta Nova, **Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**, v. XVIII, n. 493 (30), 2014. Disponível em: <https://revistes.ub.edu/index.php/ScriptaNova/article/view/15019>. Acesso em: 29 set. 2022.

ERIKSON, Erik. **Identidade, juventude e crise**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1972.

ESTEVES, Luiz Carlos; ABRAMOVAY, Miriam. Juventude, Juventudes: pelos outros e por elas mesmas. VI Congresso Português de Sociologia, **Mundos sociais: saberes e práticas**, Lisboa (Portugal): Universidade Nova de Lisboa, 2008. Disponível em: <http://associacaoportuguesasociologia.pt/vicongresso/pdfs/254.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2022.

FEFFERMANN, Marisa. Vidas Arriscadas: um estudo sobre jovens inscritos no tráfico de drogas. **BIS#40**, p. 32-34, dez. 2006. Disponível em: <https://docs.bvsalud.org/biblioref/ses-sp/2006/ses-7285/ses-7285-052.pdf>. Acesso em: 29 ago. 2022.

FERREIRA, Ignez Costa; PENNA, Nelba Azevedo. Território da violência: um olhar geográfico sobre a violência urbana. GEOUSP, **Espaço e Tempo (Online)**, [S. l.], v. 9, n. 18, p. 155-168, 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geousp.2005.73979>. Acesso em: 28 mai. 2022.

GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos. **Lugar de negro**. Rio de Janeiro: Editora Marco Zero Limitada, 1982.

IAMAMOTO, Marilda Villela. Os espaços sócio-ocupacionais do assistente social. *In: Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais*. p. 341-376. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

IANNI, Octavio. Questão Social. **Ciência & Trópico**, Recife, v. 17, n. 2, p. 789-202, jul-dez 1989. Disponível em: <https://periodicos.fundaj.gov.br/CIC/article/view/436>. Acesso em: 30 ago. 2022.

IANNI, O. A construção da categoria. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, número especial, p. 397-416, abr. 2011. Disponível em: <https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/ianni-201804131230457141340.pdf>. Acesso em: 4 ago. 2022.

LEAL, Jackson. Guerra às drogas e criminalização da juventude: Da ilegalidade do entorpecimento à funcionalidade do anestesiamiento. **DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, Rio de Janeiro, vol. 11, n. 2, p. 191-211, maio-ago 2018. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/dilemas/article/view/10888/11281>. Acesso em: 5 out. 2022.

LOPES, Roseli Esquerdo; SILVA, Carla Regina. Adolescência e juventude: Entre conceitos e políticas públicas. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**, São Carlos (São Paulo), v. 17, n.2, p. 87-106, jul-dez 2009. Disponível em: <https://www.cadernosdeterapiaocupacional.ufscar.br/index.php/cadernos/article/view/100>. Acesso em: 1 abr. 2022.

MARINO, L. F. Política territorial de combate ao tráfico de drogas no Rio de Janeiro: inexistência ou ineficiência. *In*: IV Encontro Nacional da ANGEPE: A Geografia no Século XXI, São Paulo. **Anais do IV Encontro Nacional da ANGEPE**, 2002. Disponível em: <https://docplayer.com.br/6599466-Politica-territorial-de-combate-ao-trafico-de-drogas-no-rio-de-janeiro-inexistencia-ou-ineficiencia-leonardo-freire-marino.html>. Acesso em: 10 out. 2022.

MARQUES JUNIOR, Joilson Santana. O “equivoco” como morte negra, ou como “naturalizar” balas racializadas. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 23, n. 2, p. 366-374, maio-ago. 2020.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política – Livro 1**. ed. 2. São Paulo: Boitempo, 2006.

MEAD, Margaret. **Adolescência, Sexo e Cultura em Samoa**. Barcelona (Espanha): Piados Ibérica. 1990.

MENDES, Kíssila Teixeira. Segurança pública e lógica neoliberal: a realidade brasileira. **Ideias: Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas (São Paulo)**, v. 7, n.1, p. 203-226, jan-jul. 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.20396/ideias.v7i1.8649517>. Acesso em: 10 set. 2022.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Violência: um problema para a saúde dos brasileiros. *In*: BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Impacto da violência na saúde dos brasileiros**. Brasília: Ministério da Saúde, 2005.

MISSE, Michel. Notas sobre a sujeição criminal de crianças e adolescentes. *In*: PAIVA, V.; SENTO-SÉ, J. T. (Org.). **Juventude em Conflito com a Lei**. Rio de Janeiro: Garamond, 2007. p. 191-200.

MOURA, Clóvis. **O negro: de bom escravo a mau cidadão?** Rio de Janeiro: Conquista, 1977.

MOURA, Clóvis. O racismo como arma ideológica de dominação. **Revista Princípios**, São Paulo, n. 34, p. 28-38, ago-out, 1994.

MOURA, M. L. S.; FERREIRA, M. C. Escolha da técnica de coleta de dados. **Projetos de pesquisa: elaboração, redação e apresentação**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2005.

MUNIZ, Tatiane Pereira. **Juventude e o direito à cidade: o olhar dos usuários do CRIAAD sobre o município de Campos dos Goytacazes-RJ**. 52 f. Monografia (Graduação em Serviço

Social). Campos dos Goytacazes: Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional, Universidade Federal Fluminense, 2022. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/bitstream/handle/1/24936/MONOGRAFIA%20FINAL.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 28 out. 2022.

NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra S/A, 1978.

OLIVEIRA, Cleiton; SILVA, Guaracy. O Novo Regime Fiscal: tramitação e impactos para a educação. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação (RBP AE)**, Goiânia, v. 34, n. 1, p. 253-269, jan-abr, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.21573/vol34n12018.77586>. Acesso em: 12 out. 2022.

PEREIRA, Danielle Cristina Alves. **"Isso é rap goytacá!"**: batalha de mc's, ação coletiva e intervenção em espaços públicos urbanos em Campos dos Goytacazes. 2019. 55 f. Monografia (Bacharelado em Ciências Sociais). Campos dos Goytacazes (Rio de Janeiro): Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional, Universidade Federal Fluminense, 2019. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/handle/1/16185>. Acesso em: 30 out. 2022.

RIVERO, Patricia. Segregação urbana e distribuição da violência: Homicídios georreferenciados no município do Rio de Janeiro. **DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, vol. 3, n. 9, p. 117-142, jul-set, 2010.

SADER, Emir. **O anjo torto: Esquerda (e direita) no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1995.

SANTOS, Milton. As cidadanias mutiladas. In: LERNER, Julio (Ed.). **O preconceito**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1997.

SANTOS, Milton. O território e o saber local: Algumas categorias de análise. **Cadernos IPPUR**, Rio de Janeiro, ano XIII, n. 2, p. 15-24, 1999. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/ippur/issue/download%20ad/277/86>. Acesso em: 10 jun. 2022.

SANTOS, Milton. O dinheiro e o território. In: SANTOS, Milton. **Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial**. Rio de Janeiro: Ed. Lamparina, 2002.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, María. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 9 ed. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SANTOS, Josiane. **"Questão social"**: particularidades no Brasil. São Paulo: Cortez, 2012.

SAQUET, Marcos Aurelio; SILVA, Sueli. Milton Santos: concepções de geografia, espaço e território. **Geo Uerj**, ano 10, v. 2, n. 18, p. 24-42, 2º semestre de 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/geouerj>. Acesso em: 10 jul. 2022.

SARDINHA, Thiago. A geografia dos grupos armados no Rio de Janeiro. **Revista Opera**. [s.l.], 18 nov. 2020. Disponível em: <https://revistaopera.com.br/2020/11/18/a-geografia-dos-grupos-armados-no-rio-de-janeiro-e-a-sua-reconfiguracao-territorial/>. Acesso em: 27 set. 2022.

SCHERER, Giovane Antonio. Territórios Violentados e Vidas Descartáveis: a dinâmica espacial do capital diante da crise estrutural. **Emancipação**, Ponta Grossa (Paraná), v. 18, ano

2, p. 251-265, 2018. Disponível em <https://revistas.uepg.br/index.php/emancipacao/article/view/10904>. Acesso em: 8 jul. 2022.

SIERRA, Vânia Morales; FREIRE, Silene de Moraes. A moderna construção da vigilância e do controle social no Brasil. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 24, n. 1, p. 168-176, jan./abr. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-0259.2021.e75233> Acesso em: 8 jun.2022.

SILVA, Luiz Antonio Machado da. Sociabilidade violenta: por uma interpretação da criminalidade contemporânea no Brasil urbano. **Sociedade e Estado [online]**. v. 19, n. 1, p. 53-84, 2004. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-69922004000100004>. Acesso em: 9 out. 2022.

SILVA, Maria Ozanira. Pobreza, desigualdade e políticas públicas: caracterizando e problematizando a realidade brasileira. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 13 n. 2 p. 155-163 jul-dez, 2010

SILVA, R. C. R. S.; CARVALHO, A. M. Formação econômica da Região Norte Fluminense. *In*: PESSANHA, Roberto; NETO, Romeu (Org.). **Economia e desenvolvimento no Norte Fluminense: da cana-de-açúcar aos royalties do petróleo**. Campos dos Goytacazes (Rio de Janeiro): Editora WTC, 2004.

SILVA, R. de O.; MARQUES, M. D. Neoliberalismo e desenvolvimento regional: obstáculos da política regional no Brasil. **DRd - Desenvolvimento Regional em debate**, [S. l.], v. 10, p. 348-369, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.24302/drd.v10i0.2686>. Acesso em: 11 out. 2022.

SILVA, Maria Ozanira da Silva; YAZBEK, Maria Carmelita; GIOVANNI, Geraldo Di. **A política social brasileira no século XXI: a prevalência dos programas de transferência de renda**. São Paulo: Cortez, 2011.

SIMÃO, Mario Pires. Jovens de favelas, categoria em disputa política. *In*: BARBOSA, Jorge Luiz; DAMASCENO, Ilaina (Orgs.). **Juventudes das cidades**. 1 ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2020.

SOARES, Antonio Mateus de Carvalho. O acúmulo da violência e da criminalidade na sociedade brasileira e a corrosão dos direitos humanos. **Revista Interdisciplinar de Direitos Humanos da Unesp**, Bauru (São Paulo), v. 2, n. 3, p. 161-189, jul-dez 2014. Disponível em: <https://www3.faac.unesp.br/ridh/index.php/ridh/article/view/214/106>. Acesso em: 5 abr. 2022.

SOARES, Luiz Eduardo. **Desmilitarizar**. São Paulo: Editora Boitempo, 2019.

SOARES, Eliane Veras; BRAGA, Maria Lúcia de Santana; COSTA, Diogo Valença. O dilema racial brasileiro: de Roger Bastide a Florestan Fernandes ou da explicação teórica à proposição política. **Sociedade e Cultura**, v. 5, n. 1, p. 35-52, jan-jun, 2002. Disponível em: <https://doi.org/10.5216/sec.v5i1.551>. Acesso em: 30 set. 2022.

TAKEITI, B. A.; VICENTIN, M. C. G. Juventude(s) periférica(s) e subjetivações: narrativas de (re)existência juvenil em territórios culturais. **Fractal: Revista de Psicologia**, v. 31, p. 256-262, 4 set. 2019. Disponível em: https://doi.org/10.22409/1984-0292/v31i_esp/29028. Acesso em: 9 out. 2022.

TRABALHO infantil no tráfico de drogas: Justiça pune em vez de proteger, mostra pesquisa. **Criança livre do trabalho infantil**. [S.l.], 26 jun. 2018. Disponível em: <https://livredetrabalho infantil.org.br/noticias/reportagens/trabalho-infantil-no-trafico-de-drogas-justica-pune-em-vez-de-proteger-mostra-pesquisa/>. Acesso em: 03 nov. 2022.

VALE, Ana Lia; SAQUET, Marcos Aurelio; SANTOS, Roselí Alves. O território: diferentes abordagens e conceito-chave para a compreensão da migração. **Revista Faz Ciência**, [S.l.], v. 7, n. 1, p. 11-26, 2005. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/fazciencia/article/view/7380>. Acesso em: 2 mai. 2022.

VENTURA, Magda Maria. O Estudo de Caso como Modalidade de Pesquisa. **Revista SOCERJ**, v. 20, n. 5, p. 383-386, set-out, 2007. Disponível em: http://sociedades.cardiol.br/socerj/revista/2007_05/a2007_v20_n05_art10.pdf. Acesso em: 28 set. 2022.

YIN, R. K. **Pesquisa Estudo de Caso: Desenho e Métodos**. 2 ed. Porto Alegre: Bookman, 1994.